



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

AURICÉLIA MARIA DA SILVA

**DE LOUCO E CANGACEIRO A VALENTE E DESTEMIDO: as representações sobre
o coronel José Pereira na Guerra de Princesa (PB)**

JOÃO PESSOA

2020

AURICÉLIA MARIA DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Nayana Rodrigues C. Mariano

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S5861 Silva, Auricélia Maria da.

De louco e cangaceiro a valente e destemido : as representações sobre o coronel José Pereira na Guerra de Princesa (PB) / Auricélia Maria da Silva. - João Pessoa, 2020.
97 f. : il.

Orientação: Edvaldo Carvalho Alves.

Coorientação: Nayana Rodrigues C. Mariano.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA/PPGCI.

1. Representação social - Coronel José Pereira. 2. Guerra de Princesa. 3. Jornal A União. 4. Jornal do Commercio. I. Alves, Edvaldo Carvalho. II. Mariano, Nayana Rodrigues C. III. Título.

UFPB/BC

CDU 316.4(043)

AURICÉLIA MARIA DA SILVA

**DE LOUCO E CANGACEIRO A VALENTE E DESTEMIDO: as representações
sobre o coronel José Pereira na Guerra de Princesa (PB)**

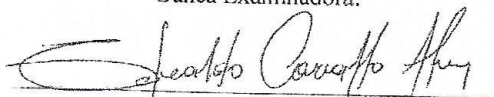
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação (PPGCI) como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação,
Conhecimento e Sociedade.

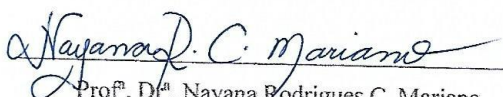
Linha de Pesquisa: Organização, Acesso
e Uso da Informação.

Defendido em: ____/____/2020

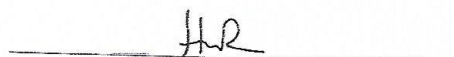
Banca Examinadora:



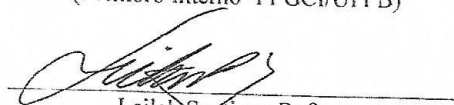
Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
(Orientador-PPGCI/UFPB)



Prof. Dr. Nayana Rodrigues C. Mariano
(Co-orientadora-PPGCI/UFPB)



Henry Poncio Cruz de Oliveira
(Membro Interno- PPGCI/UFPB)



Leilah Santiago Bufrem
(Membro Externo- PPGCI/UFPB)

A Deus, por ter piedade de mim, por me
proteger e guiar todos os meus passos.

AGRADECIMENTOS

Registro nessas linhas o meu eterno agradecimento antes e sempre, ao meu único Salvador, Rei e Poderoso, o Senhor Deus que de tudo tem me protegido, tem zelado e cuidado. Tu és fiel Senhor!

A minha querida família: ao meu pai Francisco e à minha mãe Socorro, e ainda, aos meus irmãos (ãs) Ary, Alcilene, Arnaldo, Antônio, Lília, Totonha, Cione, Tida, Adailton, Aldo, Alcineide, Ana Paula e Alice, aos lindos sobrinhos Analanda, Antunes, Arthur, Marianna, Rafinha, Beatriz, Arielly, Ariana, Heloísa, João, Emily, Davi, Filipe, Guilherme (*in memorian*), Francisco, Samuel, e por fim, aos (às) cunhados (as) Alzeni, Aldomar, Elídia, Nita, Salomé, Evânia, Janderson, Daniel e César.

Juntos vocês foram importantíssimos para que eu conseguisse continuar essa jornada, especialmente a minha mãe, que acreditou no meu potencial e me incentivou em um momento do qual muito precisei. O “eu te amo” inesperado naquela madrugada de você, meu querido irmão Cione, fez-me sentir querida e confirmar que eu não estava só nessa jornada.

O primeiro sim, com sabor de forte apoio ecoado por sua voz, minha comadre e irmã Lília, representam hoje, a certeza de que há dezessete anos, estava correta quanto à escolha que fiz ao desbravar a capital em busca da realização dos meus sonhos, além de me proporcionar a certeza do sentimento incondicional que você sente por mim, e que há em mim também, em justa medida.

A você, minha querida irmã Alice, resta meu muitíssimo obrigada pelas sempre fortes palavras de apoio, por acreditar em mim, e andar sempre de mãos dadas comigo, livre sempre de qualquer julgamento. A caminhada é difícil, mas se torna mais leve quando temos em nossa companhia alguém de forte caráter como você. Que sorte a minha!

Aos queridos amigos que sempre estão comigo: Raimundo, Julhinho, Jamaci, Iran, Therese (Cris), Denilson, Tarcísio, Dani, minha companheira universitária, Jadson, Adelina, Marcondes da Fundação Joaquim Nabuco/PE pela presteza, à querida Edjavane, pela paciência, ensinamentos e por me atender sempre que preciso. E de forma diferenciada, à Ariadne de Lima, que providencialmente Deus nos aproximou para que de formas diferentes você me ajudasse. Sem esquecer o seu esposo Luciano, que me ajudou, e muito para a realização deste trabalho e sonho. Eternamente e mil vezes, meu muito obrigada!

A família Mandú, João Mandú (*in memorian*), Sandro, Socorro, Nilza e a todos que sempre me apoiam na colaboração de material para as pesquisas e escritas de meus trabalhos.

A Edson Mandú, meu agradecimento especial pela atenção, gentileza e disposição de sempre me ajudar independente do pedido, horário ou situação. Você é realmente muito especial.

A toda família Galdino nas pessoas de Rodrigo, Larissa, Denise, e de forma muito especial, ao meu queridíssimo pastor Aldenor. Faltam-me palavras para externar a gratidão por tudo que o senhor fez e faz por mim e por minha família, ao me conduzir na caminhada cristã e me auxiliar na conquista daquilo que Deus já tinha determinado para minha vida. Sem sua ajuda, certamente seria impossível.

À professora Leilah Santiago, aos professores Derek Warwick e Henry Poncio, que, como membros examinadores da qualificação e da banca de defesa, juntos contribuíram de forma muito proveitosa para os ajustes da pesquisa. Agradeço por aceitarem o convite, pela educação, simpatia e comprometimento. Pelas dicas preciosas, sugestões coerentes, correções e apresentação de autores e novos conceitos, ampliando assim, o sentido e a proposta a ser aqui alcançada.

Ao querido, simpático e inteligentíssimo orientador e professor Edvaldo, pela parceria e paciência que tem tido comigo, pela presteza com que trata seus alunos, e o devido respeito dada a sua profissão, pelo empréstimo do material, sugestões de leitura, por tudo, muito obrigada.

A toda família Mariano, pela colaboração e prestígio que tem dado às pesquisas voltadas às variadas possibilidades de estudo da história política, social e cotidiana da cidade de Princesa Isabel-PB. A Paulo Mariano (*in memorian*), pela simpatia e importância que me deu naquele encontro promovido por Deus na Pedra de Ingá, e pelos livros enviados e entregues pelas mãos da filha/professora e minha co-orientadora Nayana Mariano, que de prontidão aceitou o convite para me ajudar na construção desta pesquisa. Suas palavras de força no primeiro contato após o aceite, serviram-me de verdadeiro refrigerio naquele momento de tensão e insegurança que me encontrava. Você, como todos já haviam me dito, é simplesmente maravilhosa! Obrigada pelas sugestões, disposição, empréstimos de livros e por ser tão humana como foi comigo.

A verdade contida na frase “juntos somos mais fortes”, pode ser percebida na construção desta pesquisa, a união e a presença de todos vocês em minha vida, tornaram-se inspiração para chegada até aqui. Linda é esta palavra do Senhor: Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar. Josué 1:9

A todos, meu muito obrigada!

“As Representações Sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente.”

(Sandra Jovchelovitch)

RESUMO

O movimento armado conhecido como “Guerra de Princesa” teve como figuras centrais o coronel José Pereira, líder político do município de Princesa Isabel (PB), contra as regras impostas pelo governo estadual do político João Pessoa. A Guerra eclode em fevereiro e encerra com a morte de João Pessoa em 26 de julho de 1930. Dada a efervescência, os jornais da época narravam diariamente os acontecimentos. No Estado paraibano, o jornal *A União* foi o órgão que concedeu voz ao governo vigente. Em Pernambuco, o *Jornal do Commercio*, juntamente com seus idealizadores, eram amigos e partidários do coronel princesense. As representações sobre o coronel, considerando o recorte temporal da memória do município correspondente à “Guerra de Princesa”, liderada pelo representante político local, expressam visões divergentes relativas à sua figura. Em razão dos discursos produzidos pelos dois periódicos, cumpre, pois, questionar: *como foi representada a imagem do coronel Zé Pereira nos periódicos A União e Jornal do Commercio no ano de 1930?* O objetivo geral deste trabalho é analisar como foi construída a imagem do coronel José Pereira nos veículos jornalísticos *A União* e *Jornal do Commercio*, nas publicações dos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto do ano de 1930, a partir dos discursos produzidos na época por esses veículos de comunicação. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva, documental. Tem como justificativa estudar as possibilidades de análise crítica da informação em conteúdos jornalísticos, bem como o uso das metodologias de organização, acesso e uso da informação no campo da Ciência da Informação e aplicação do método de análise de domínio do discurso. Os já referidos meses dos jornais analisados datam de fevereiro, início da Guerra, e se estende até o mês de agosto. O presente trabalho dispõe da leitura, releitura e compartilhamento de ideias acerca da pessoa do coronel “Zé Pereira”, bem como a sua atuação política na Guerra. O estudo constatou que os domínios e conteúdos utilizados para representá-lo nas matérias jornalísticas são expressamente opostos, uma vez que entre os termos encontrados, destaca-se: o vocábulo “cangaceiro” que significa “criminoso, bandido e salteador”, costumeiramente apresentado pelo jornal *A União* para se referir a José Pereira. Por outro lado, surge o verbete “libertador” o qual expressa “aquele que livra uma pessoa de grande perigo” e “defensor”, que representa “aquele que defende, protetor”, sendo estes os termos utilizados pelo *Jornal do Commercio*. Por fim, reitera-se que a Ciência da Informação é um campo de conhecimento indispensável para estudos voltados a representações sociais constituídas a partir de informações já existentes.

Palavras-Chave: Coronel José Pereira. Guerra de Princesa. Jornal *A União*. Jornal do *Commercio*.

ABSTRACT

The armed movement known as “Princesa war” had as central figures the Colonel José Pereira, political leader of the city of Princesa Isabel (PB), against the rules imposed by the state government of politician João Pessoa. The war breaks out in february and ends with the death of João Pessoa on July 26, 1930. Given the effervescence, the events were narrated daily by the newspapers of the time. In the state of Paraíba, the newspaper *A União* was the body that gave voice to the current government. In pernambuco, the *Jornal do Commercio*, its creators were friends and supporters of the princesense colonel. The representations about the colonel, considering the time frame of the municipality's memory corresponding to the “Princesa War”, led by the local political representative, express divergent views regarding his figure. Due to the speeches charged by the two journals, it is necessary to ask: how was the image of Colonel Zé Pereira represented in the periodicals “*A União*” and “*Jornal do Commercio*” in 1930? The general objective of this work is to analyze how the image of Colonel José Pereira was constructed in the journalistic vehicles *A União* and *Jornal do Commercio*, in the publications of the months of February, March, April, May, June, July and August of the year 1930, from the speeches produced at the time by these media outlets. The research is characterized as qualitative, descriptive, documentary. Its justification is to study the possibilities of critical analysis of information in journalistic content, as well as the use of methodologies of organization, access and use of information in the field of Information Science and application of the method of analysis of the domain of discourse. The aforementioned months of the analyzed newspapers date from February, the beginning of the War, and extends to the month of August. The present work has the reading, rereading and sharing of ideas about the person of Colonel “Zé Pereira”, as well as his political performance in the War. The study found that the domains and content used to represent it in journalistic articles are expressly opposed, since among the terms found, the following words stand out: the word “cangaceiro” which means “criminal, bandit and robber”, usually presented by the newspaper *A União* to refer to José Pereira. On the other hand, the entry “liberator” appears, which expresses “one who frees a person from great danger” and “defender”, which represents “one who defends, protector”, these being the terms used by *Jornal do Commercio*. Finally, it is reiterated that Information Science is an indispensable field of knowledge for studies aimed at social representations based on existing information.

Key-Words: Colonel José Pereira. Princesa of War. Newspaper *A União*. *Jornal do Commercio*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal de Princeza.....	39
Figura 2 – Coronel Zé Pereira.....	43
Figura 3 – João Pessoa.....	43
Figura 4 – Residência do Coronel José Pereira.....	44
Figura 5 – Primeira Edição do Jornal <i>A União</i> de “02 de fevereiro de 1893”.....	55
Figura 6 – Bandeira do Estado da Paraíba.....	58
Figura 7 – <i>A União</i> edição nº 42.....	63
Figura 8 – <i>A União</i> edição nº 51.....	66
Figura 9 – <i>Jornal do Commercio</i> dia 07 de junho de 1930.....	76
Figura 10 – <i>Jornal do Commercio</i> dia 30 de março de 1930.....	78
Figura 11 – <i>Jornal do Commercio</i> dia 21 de maio de 1930.....	82
Figura 12 – <i>Jornal do Commercio</i> dia 16 de julho de 1930.....	83
Figura 13 – <i>JC</i> dia 16 de março de 1930.....	84
Figura 14 – <i>JC</i> dia 23 de abril de 1930.....	84
Figura 15 – <i>JC</i> dia 09 de maio de 1930.....	84
Figura 16 – <i>JC</i> dia 22 de junho de 1930.....	84
Figura 17 – <i>JC</i> dia 15 de julho de 1930.....	85
Figura 18 – <i>JC</i> dia 13 de agosto de 1930.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores utilizados nas Abordagens da Pesquisa.....	21
Quadro 2 – Termos extraídos das matérias do jornal <i>A União</i> referentes ao Coronel José Pereira na “Guerra de Princesa”	64
Quadro 3 – Termos extraídos das matérias do <i>Jornal do Commercio</i> referentes ao Coronel José Pereira na “Guerra de Princesa”	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Domínio
CI	Ciência da Informação
EPC	Empresa Paraibana de Comunicação
JC	Jornal do Commercio
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PRP	Partido Republicano da Paraíba
RS	Representações Sociais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2.1	Tipo e natureza da pesquisa.....	22
2.2	Corpus da pesquisa.....	23
2.3	Método de análise de domínio do discurso.....	25
3	A INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E INFORMAÇÃO COTIDIANA: do que estamos falando.....	29
4	A CIDADE DE PRINCESA: do povoamento à emancipação	36
4.1	Princesa Isabel: breves considerações historiográficas.....	40
4.2	A Revolta/Guerra de Princesa.....	43
5	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORONEL JOSÉ PEREIRA.....	51
5.1	O jornal <i>A União</i>	55
5.2	A “trabalho do Estado”: <i>A União</i> como fonte de informação cotidiana da Paraíba.....	59
5.3	Sentidos da informação: a construção da imagem do coronel “Zé Pereira” segundo o jornal <i>A União</i>	61
6	O JORNAL DO COMMERCIO.....	71
6.1	A voz opositora do <i>Jornal do Commercio</i>	74
6.2	Sentidos da informação: a construção da imagem do coronel “Zé Pereira” segundo o do <i>Jornal do Commercio</i>	77
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de forma espontânea, quando ainda criança participava das aulas na cidade de Princesa Isabel (PB), ao ouvir e ver as professoras e todo o civismo ao comemorar em sala de aula a emancipação política da cidade. Os meses de novembro são festivos no local, em especial no dia dezoito, dia da emancipação política. Nas escolas, as professoras são incumbidas de apresentar a história do município aos alunos, cantar o hino, falar da arquitetura, dos artistas e da cultura local.

Mas um recorte temporal da memória do município se destaca aos demais, a “Guerra de Princesa”¹, período em que a cidade viveu o fervor de uma guerra liderada pelo representante político local, o coronel José Pereira Lima, conhecido como “Zé Pereira”. Em sala de aula, era perceptível a imaturidade de uma criança/adolescente na formação do ensino fundamental e médio. Contudo, o sentimento de representatividade e vaidade das professoras ao falarem do coronel, era algo que se sobressaía e despertava nos alunos o mesmo sentimento.

Foi em 1930, que a cidade comandada pelo coronel Zé Pereira, deflagrou uma guerra em oposição ao governo estadual de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O episódio teve origem quando João Pessoa² tomou posse para governar o Estado da Paraíba, e atuou com propostas de reformular a estrutura administrativa e reerguer as finanças do Estado. Trouxe ideias inovadoras de centralizar o comércio do Estado para a capital, e implantou barreiras tributárias para que o comércio não fosse mantido entre os governantes dos municípios e os Estados vizinhos, a exemplo de Pernambuco.

Essas decisões prejudicavam as cidades interioranas, uma vez que eram distantes do litoral e faziam comércio com os Estados limítrofes. A insatisfação atingiu o chefe político de Princesa Isabel (PB), o coronel José Pereira, já que fortes laços comerciais eram mantidos com o vizinho Estado de Pernambuco.

Em Recife, o comércio foi atingido, e os irmãos Pessoa de Queirós, comerciantes do Estado e aliados de Zé Pereira, que apesar de serem primos de João Pessoa e ambos sobrinhos de Epiácio Pessoa, nutriam rivalidade e lideraram uma campanha contra a barreira tributária imposta pelo então governador da Paraíba, através de seu periódico o *Jornal do Commercio*.

¹ Nas leituras bibliográficas, é possível encontrar ainda a nomenclatura “Guerra de 30” e “Revolta de Princesa”, para se referirem ao mesmo acontecimento.

² O uso do nome João Pessoa nesta pesquisa faz referência ao político. Em 1930 a cidade e capital do Estado paraibano era chamada de Parahyba, passa a ser chamada João Pessoa numa honraria póstuma em setembro deste mesmo ano, menos de três meses após seu assassinato.

Na Paraíba, *A União*, órgão oficial do Estado, defendia a administração de João Pessoa e proferia ataques ao periódico pernambucano.

Diante das insatisfações, o coronel José Pereira deflagra uma Guerra contra o governo de João Pessoa, defende “seu território” e torna Princesa independente do Estado, com hino, leis e bandeira própria. A luta armada se estende durante os meses de fevereiro, março, abril, maio, junho e finaliza em 26 de julho de 1930 com a morte de João Pessoa.

Com estes acontecimentos, o governo Federal pôs termo a Guerra de Princesa. Esse fato alçou o município aos livros e a figura do coronel Zé Pereira passou a habitar o imaginário coletivo. Contudo, diversas representações passaram a construir imagens sobre a figura do coronel e a despertar o meu interesse pela temática.

Anos à frente, já graduada em Arquivologia pela universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na cidade de João Pessoa, análises a respeito da figura política do coronel José Pereira foram desenvolvidas por mim, em um artigo para conclusão de curso de pós-graduação Lato Sensu na área de Gestão de Políticas de Patrimônio Cultural intitulado “Memórias Traumáticas de Princesa Isabel (PB): máculas da revolução de 30”, um estudo que tratou de sumarizar os prejuízos causados na cidade pela revolta, mas sem deixar de reconhecer os contributos deixados pelo coronel na administração política deste município.

Avançando na carreira acadêmica, dessa vez, pleiteando vaga na seleção de mestrado, trouxe a temática como proposta de desenvolvimento de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Assim, foi possível pesquisar e buscar compreender alguns questionamentos que me surgiram durante a leitura de livros, que lia rotineiramente como forma de lazer e curiosidade em conhecer a origem da cidade, lugar onde cheguei com um ano de idade e onde toda minha família mora há quase quatro décadas, nutrindo uma grande paixão pelo município.

Na leitura dos livros, é possível perceber as representações do coronel. Por vezes, o destaque era dado às contribuições do seu governo para a cidade, a exemplo de Inojosa (1980) que descreve Zé Pereira como defensor da cidade de Princesa. Pereira (2013) traça a trajetória política do coronel desde o início da gestão política, a atuação e desenvolvimento da cidade até os desdobramentos da Guerra. Lucena (2013) narra as estratégias utilizadas para defesa do território na Guerra de Princesa.

Em paralelo, outras produções se posicionam de forma contrária e destacam a desenvoltura do governo de João Pessoa. Freire (2000) correspondente do jornal *A União* enviado para a Guerra, narra os bastidores e estratégias utilizadas pelos combatentes de João Pessoa para vencerem a Guerra. Melo (2003) fala sobre a biografia do político e seu perfil de

liderança. Carvalho (1978) descreve João pessoa como homem-símbolo, antirrevolucionário e possuidor de uma administração política modelar. As obras muitas vezes citam matérias do jornal *A União* e do *Jornal do Commercio* para fundamentar seu ponto de vista, sobre os fatos que levaram à revolta na cidade de Princesa.

Nessa trajetória, diante da compreensão dos acontecimentos sobre a Guerra de Princesa e as representações sobre o coronel José Pereira, surgiu a ideia de desenvolvimento da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Somando as inquietações por mim guardadas acerca dos acontecimentos históricos citados, juntamente com a orientação do professor Edvaldo Carvalho, que sugeriu os contornos da pesquisa, quais sejam, a de analisar como se deu o processo de construção da imagem do coronel José Pereira a partir dos jornais *A União*, porta voz do governo do Estado paraibano, e do *Jornal do Commercio*, periódico pernambucano, voz opositora do governo paraibano, e aliado do coronel, por nutrir laços comerciais, assim, surgiu a construção desta pesquisa.

Para substanciar a pesquisa, lançamos o convite, que prontamente foi aceito para co-orientação, à Nayana Mariano, professora do programa de mestrado PPGCI/UFPB e historiadora, nascida na cidade de Princesa Isabel. Acrescento ao fato, que seu pai Paulo Mariano (*in memoriam*) e sua irmã Serioja Mariano, muito contribuíram com pesquisas e publicações de livros sobre a narrativa da cidade de Princesa.

Diante das matérias apresentadas pelos jornais, é possível perceber que um jornal contém elementos informacionais que constroem a imagem do coronel como uma figura heroica, ao passo que o outro declara ser o coronel um vilão. Diante da tomada de partido dos discursos, nasce a questão norteadora da pesquisa, *como foi representada a imagem do Coronel Zé Pereira nos periódicos A União e Jornal do Commercio no ano de 1930?*

Foi na busca por respostas para essa pergunta, que desenvolvemos este estudo, o qual traçamos como objetivo geral da pesquisa, analisar como foi construída a imagem do Coronel José Pereira, por meio dos conteúdos informacionais nos veículos jornalísticos *A União* e *Jornal do Commercio*, nas publicações dos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto do ano de 1930, a partir dos discursos por eles produzidos. Quanto aos objetivos específicos, estes buscam:

- Identificar e categorizar a partir dos jornais *A União* e *Jornal do Commercio*, os conteúdos informacionais relacionados ao Coronel Zé Pereira;

- Analisar os discursos informacionais, relacionados à figura do coronel, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto de 1930, nestes periódicos;
- Verificar nos conteúdos informacionais a presença de sentidos, relacionando-os aos seus produtores;
- Comparar as representações a respeito do coronel “Zé Pereira” construídas pelos dois jornais.

O processo de escolha do tema se justifica por acreditar que o trabalho contribuirá para os estudos sobre a cidade, podendo fomentar pesquisas sobre a história local, e por acreditar que este fato pode ser analisado por vários ângulos. Na conjuntura social, a pesquisa contribui para fomentar estudos para além da política local, também a nacional, dada a abrangência e alcance que as proporções sobre esse fato alcançaram. Tem o intuito ainda de apresentar para aqueles que ainda não conhecem essa parte dos acontecimentos da cidade, a tornarem-se conhecedores desse marco histórico da política paraibana e princesense.

Morar e crescer no município onde um acontecimento político nessas proporções aconteceu, leva-nos a acreditar no potencial desta pesquisa. Há uma vasta literatura escrita sobre a Guerra de Princesa a exemplo de Caminha (1981), Pereira (2013), Lucena (2013), Mariano (2015), mas não no ineditismo que esta pesquisa se propõe, em analisar as representações construídas sobre o coronel José Pereira a partir dos dois periódicos citados.

Entender mais sobre o tema e observar o conteúdo divergente dos jornais, motivou desenvolver a proposta da pesquisa, tendo como justificativa ampliar as possibilidades de análise crítica da informação, uma vez que, a Ciência da Informação também se configura como um campo de conhecimento fundamental para estudos voltados a metodologias de organização, acesso e uso da informação.

Os meses escolhidos se estendem entre fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto do ano de 1930 como cronologia da pesquisa. É importante salientar que o recorte temporal delineado se justifica, inicialmente, pela eclosão da Guerra de Princesa, no mês de fevereiro, e por encontrar, no *corpus* documental, reverberações do movimento mesmo após o seu término, em julho. Por isso a necessidade de alargar as discussões para o mês de agosto.

Ao desenvolver a pesquisa utilizando o jornal como artefato de informação, instrumento diversificado para variados tipos de pesquisa, considerando a informação nela contida, como comenta Ilharco (2003, p. 33), “a informação é um fenômeno, diversificado, complexo e penetrante”. Diante deste complexo informacional, debruçamo-nos a analisar os

conteúdos dos citados periódicos pautados na CI, considerado por Borko (1978) como a força que governa os fluxos da informação.

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e à usabilidade ótima. (BORKO, 1978, p. 1)

Dentro desta perspectiva e relacionando a informação ao conteúdo jornalístico, os autores Guaraldo, Júnior e Brito (2018, p. 2) entendem que o jornal tem “o papel de informar e situar o seu público leitor na vida cotidiana, cultural, social e política, ampliando seu conhecimento”. Segundo Longhi (2015) o jornal possui uma capacidade comunicativa, vinculativa e de construção de conhecimento, o que demonstra o papel da informação fornecida pela imprensa para a sociedade.

Charaudeau (2013) considera que a imprensa é uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos, de imagens fixas em um suporte de papel. Dento da perspectiva de análise do jornal como suporte impresso enquanto mídia, o autor expõe.

Esse conjunto inscreve essa mídia numa tradição escrita que se caracteriza essencialmente por: uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância de recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de produção e compreensão específicas; um percurso ocular multiorientado do espaço de escritura que faz com que o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar; aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor sua leitura. (CHARAUDEAU, 2006, p. 113)

Além da capacidade informativa, os elementos que constituem os jornais são tratados por Bellotto (2006, p. 52) como tipologia documental, definido como a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações neles contidas”, sendo associada à contextualização, competências, funções e atividades da entidade que o geraram. Juntas, estas características conferem ao material produzido elementos como fidedignidade e autenticidade.

Buscamos, assim, respaldar a pesquisa na área da Ciência da Informação para analisar intencionalidades da informação, que segundo Iharco (2003) a intencionalidade está ligada à consciência do sujeito, e que a interpretação feita por ele tem diversas possibilidades de significados, sentidos ou interpretações. Miranda (2019, p. 131) acredita que “a informação é entendida como um fenômeno interpretativo dependente da experiência, pressupostos,

contextos e envolvimento, no âmbito dos quais um sujeito busca resolver suas necessidades de informação”.

Os reflexos das informações produzidas nesse momento da política na cidade de Princesa Isabel (PB) são registradas em jornais e atribuídas à representação da imagem do Coronel José Pereira na Guerra de 30, ocorrida de fevereiro a julho. Aos pesquisadores, está a incumbência de forma cognoscente e legítima de tomar posse das informações. Assim, Hessen comenta:

A consciência cognoscente deve, por assim dizer, rondar seu objeto a fim de realmente apreendê-lo. Ela relaciona seu objeto a outros, compara-o com outros, tira conclusões e assim por diante. É isso que faz o pesquisador nas ciências especializadas quando quer determinar seu objeto sob todos os ângulos. (HESSEN, 2000, p. 70)

Ao pensar a metodologia para pesquisa, o presente trabalho está estruturado de forma a alcançar os objetivos e tornar compreensível a proposta. Apresentando na primeira seção 1- **Introdução**- que traz os aspectos introdutórios do estudo, a problemática, os objetivos e a justificativa. Na seção 2 - **Procedimentos Metodológicos**- apresenta o caminho escolhido e estratégias para executar a pesquisa.

Na seção 3 - intitulada **A informação jornalística e informação cotidiana: do que estamos falando**- situa o leitor sobre os conceitos abordados na pesquisa referente à informação, Ciência da Informação, informação jornalística e informação cotidiana.

Na seção 4- **A cidade de Princesa: breves considerações de sua historiografia**- traça um percurso histórico da formação política e administrativa da cidade de Princesa Isabel-PB, discorre sobre os acontecimentos da “Guerra de Princesa” e a participação do coronel neste episódio.

Na seção 5- **As representações sociais do coronel José Pereira**- relacionada aos aspectos sociais da pesquisa, expõe como as representações sociais auxiliam na mediação entre o saber científico e a sociedade, traça a trajetória de fundação e existência do jornal *A União*, descreve o periódico como veículo informativo no Estado da Paraíba, e como se deu a representação e formação da imagem do coronel “Zé Pereira” no seu noticiário.

Na seção 6- **O Jornal do Commercio**- fala da trajetória de fundação e existência do JC, descreve o periódico como veículo informativo no Estado do Pernambuco, sua relação com a “Guerra de Princesa” e como se deu a representação e formação da imagem do coronel “Zé Pereira” no seu noticiário.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa e elucidar as questões por ela proposta, foi necessário escolher um método que viabilizasse o levantamento de dados de forma satisfatória e escolher a melhor estratégia para o acesso, recolhimento e análise das matérias contidas no jornal *A União* e *Jornal do Commercio*.

Os caminhos percorridos pelos pesquisadores e o modo como foi desenvolvida a pesquisa e a obtenção das informações necessárias para estruturação do estudo, foram feitos por meio de um levantamento prévio, executado nas plataformas e sites oficiais de ambos os periódicos para confirmar a existência ou não do material necessário em meio eletrônico.

No site oficial do jornal *A União* foi encontrado todo material necessário. Neste ambiente digital, existe uma galeria onde o material está disponível. Este por sua vez é facilmente identificável, está separado ano por ano e é disponibilizado gratuitamente para consultas e *downloads*.

A não existência do material em meio eletrônico do *Jornal do Commercio* gerou a necessidade de busca *in loco* no Arquivo Estadual do Pernambuco e na Fundação Joaquim Nabuco, com vistas à aquisição do material total necessário para construir a pesquisa entre os meses de fevereiro a agosto de 1930, para ambos os jornais.

De posse do material, foram traçadas as estratégias de estudo, com leituras das matérias de ambos os jornais feitas mês a mês. Depois disso, foram retirados os termos que mais se repetiram e utilizados pelos dois jornais para representar o coronel José Pereira na “Guerra de Princesa”.

Com um modelo próprio de análise, cujos princípios de construção se basearam nas teorias sobre domínio e procedimentos analíticos, a estrutura apresentada em um quadro expositivo elaborado para cada jornal, foi apresentada em dados separados por colunas que apresentam o “Mês”, “Manchetes” e “Termos Encontrados nas Matérias”, que buscam descrever e sugerir os “Domínios” para organização da informação.

Os domínios extraídos e apresentados no quadro podem contribuir para o planejamento e desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação referentes a este assunto. O recurso pode ser usado pelas instituições que custodiam esse material e que desejam facilitar a busca pela informação. Estes dados alicerçam as percepções apresentadas por cada periódico na construção da representação do coronel. Com a apresentação dos termos, foi possível observar como o jornal *A União* utilizando-se dos termos “cangaceiro” e

“assassino” trouxe a representação de José Pereira, ao passo que o *Jornal do Commercio* o representou como “libertador, defensor e destemido”.

Além de analisar as matérias dos jornais *A União* e *Jornal do Commercio* nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto de 1930, que subsidiaram a análise da informação obtida como base para a pesquisa, observou-se o sentido do conteúdo desses veículos de informação. No “Quadro 1” abaixo, estão apresentados os autores e fundamentações teórico-metodológicas que estruturaram a análise do trabalho.

Quadro 1 – Autores utilizados nas abordagens da Pesquisa

AUTORES	DIMENSÃO TEÓRICA
Minayo (1993)	Para a escolha de um bom método a autora afirma que “um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria”. (1993, p. 239)
Menezes et al. (2019)	Na metodologia a ser produzida e construída, “é através dela que se conhecem os procedimentos e abordagens que serão usados no momento de realização do estudo em si”. (2019, p. 61)
Ilharco (2003)	O autor acredita que fixar no cerne da teoria para dialogar de forma sistemática com os teóricos que tratam a abordagem da pesquisa é necessário estruturar a construção do texto. No intuito de transcorrer aos conceitos de ancoragem que direcionam o estudo, estes passaram pela complexidade do conceito de informação.
Borko (1978)	Para entendimento e desdobramentos do estudo de comportamento informacional.
Lefebvre (1991) e Guimarães (2002)	Para tratar as reflexões acerca dos aspectos da realidade cotidiana e a maneira de interpretá-los.
Jovchelovitch; Guareschi (1994)	Para tratar as Representações Sociais e os processos de constituição simbólica, a maneira como os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo.
Bourdieu (1996)	Compreender as relações de poder, os capitais que comandam a maneira de se jogar e obter sucesso no jogo e nas relações estabelecidas, no caso desta pesquisa, são as relações políticas.
Luca (2011)	Para tratar o uso do jornal como artefato de informação e fonte de pesquisa.
Hjørland & Albrechtsen (1995) e Dias (2015)	Estruturado a partir das ideias apresentadas pelos autores, o diálogo e discussões acerca do uso e aplicação da categoria da Análise de Domínio.
Mariano (2015)	Para fundamentar e compreender o que foi escrito sobre a história de Princesa (PB), nos acontecimentos da cidade antes de depois de 1930.
Mariano (2010)	Verificar as contribuições e ações que o coronel José Pereira deixou para a cidade durante sua administração política.

Caminha (1981)	Compreender os fatos que culminaram na eclosão da “Guerra de Princesa”.
Lucena (2013)	Entender os precedentes da Guerra, e o envolvimento da população junto ao coronel.
Pereira (2013)	Apresentar a biografia do coronel e sua atuação na política da cidade de Princesa Isabel (PB).

Fonte: Elaborado pela autora

2.1 Tipo e natureza da pesquisa

Compreendendo que pesquisa é “um conjunto de ações que deve seguir uma série de procedimentos previamente definidos através de um método baseado na racionalidade a fim de se encontrarem resultados e respostas a um problema previamente apresentado” (MENEZES et al., 2019, p. 11), este estudo se desenvolveu num processo composto de fases até chegar na apresentação satisfatória dos resultados.

Esta pesquisa é apresentada quanto à natureza caracterizada como qualitativa, descritiva, documental. É do tipo qualitativa, pois, estuda a intencionalidade da produção de informação dentro do campo de investigação. “O material de investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” Minayo (1993, p. 243) sendo esse tipo de pesquisa responsável por aprofundamento no mundo dos significados.

No que concerne aos estudos descritivos, Sampieri (2006, p. 102) acrescenta, que eles “pretendem medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se refere”. Desse modo, foi possível concluir esta coleta após inúmeras leituras exaustivas que realizamos nas matérias jornalísticas de ambos os jornais.

Quanto aos objetivos do estudo da pesquisa descritiva Sampieri (2006, p. 100) diz que “[...] consiste em descrever situações, acontecimentos e feitos, isto é, dizer como se manifesta determinado fenômeno”, observando a frequência dos fenômenos é possível obter as respostas das estruturas dos processos.

É documental partindo do pressuposto, do entendimento do que é documento. Segundo Gonsalves (2007, p. 37) “a noção de documento corresponde a uma informação organizada sistematicamente, comunicada de diferentes maneiras (oral, escrita, visual ou gestualmente) e registrada em material durável”. Sendo a pesquisa documental descrita por Gil (2008, p. 45) como aquela que “se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

As inquietações surgidas ao longo dos anos, e observadas a partir da reprodução de discursos em livros, artigos, publicações, filmes, noticiários e jornais sobre a Guerra de Princesa, que giram em torno da figura local o coronel José Pereira, levaram-nos ao desenvolvimento desse estudo. Ancorada sobretudo nos periódicos da época, os jornais, que eram uma das principais fontes de informação utilizadas pelos leitores para se manterem a par dos acontecimentos, para o desenvolvimento deste estudo foi escolhido o periódico paraibano *A União* e o periódico pernambucano *Jornal do Commercio*.

A escolha do jornal *A União* se justifica pelo fato de ser o órgão oficial do Estado, o mais antigo da Paraíba, fundado em 02 de fevereiro de 1893. Este era e é o veículo que concede voz aos acontecimentos políticos paraibanos, e que fazia a defesa administrativa do Estado. Em 1930, fez a cobertura do noticiário da Guerra e a divulgação das agendas e ações políticas de João Pessoa.

Ao que se refere à escolha do *Jornal do Commercio*, este, foi fundado em 3 de abril de 1919 por F. Pessoa de Queiroz, também de grande circulação no Estado de Pernambuco, era voz opositora ao governo da Paraíba e inimigos declarados das ações do governo João Pessoa.

Apesar de os fundadores do jornal serem primos do político paraibano, o então governador do Estado da Paraíba na época, eles nutriam grande rivalidade. Os cordiais laços mantidos entre o coronel Zé Pereira e os Pessoas de Queiroz, proprietários do *Jornal do Commercio*, eram mantidos também pela forte relação comercial existente entre eles, já que Princesa, dada a localização geográfica, facilitava a relação comercial com o vizinho Estado de Pernambuco.

2.2 Corpus da Pesquisa

Para análise da informação contida no *corpus* documental, nós nos apoiaremos na ideia defendida por Bauer; Aarts (2002). Ele compreende que a natureza proposital da seleção do corpo do material a ser pesquisado, está ligada às suas funções simbólicas e representativas. Assim, utilizamos o jornal como suporte informacional, sendo este, um importante elemento de registro do conhecimento, instrumento diversificado para variados tipos de pesquisa e utilizado como fonte principal para este estudo, compondo assim o *corpus* documental.

Corroboramos com a ideia dos autores ao comentar que os jornais “[...] reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal

representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam” Bauer; Gaskell; Allum, (2002, p. 22).

Ao traçarmos os pressupostos da pesquisa, o *corpus* criado, serve ainda, como uma forma de investigação “[...] a construção de um corpus [...] garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo” Bauer; Aarts (2002, p. 40).

O recorte temporal escolhido para desenvolvimento da pesquisa se estende entre os meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto do ano de 1930 como cronologia da pesquisa. Evidenciamos que foi nesse período que a personalidade política do coronel estava voltada para o enfoque não apenas da mídia, mas da política da cidade de Princesa e do Estado da Paraíba.

No período que se estende entre os meses de fevereiro a julho, ocorreram os fatos que culminaram na Guerra armada de Princesa, suas batalhas e entraves. Estender o período até agosto tem intuito de observar o que mais foi dito sobre o coronel pelos dois periódicos, com o final da Guerra.

O *corpus* documental do jornal *A União*, necessário para a pesquisa, foi encontrado disponível em sua totalidade, no site da instituição, o que facilitou o acesso e a análise do conteúdo. As publicações do jornal são de terça a domingo. Nas segundas-feiras- assim como nos dias de hoje- não circulavam publicações. Esse dia era (e ainda o é), destinado ao descanso na produção do jornal. O número médio na época era de oito páginas por publicação.

Com relação ao *Jornal do Commercio*, buscas em sites especializados ou do próprio jornal foram feitas, mas nada de jornais digitalizados foram encontrados disponíveis na rede. Em contato por telefone com a empresa jornalística, a atendente informou que todo material existente deste período, foi cedido para pesquisas ao Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Entrando em contato, também por telefone com o Arquivo, informações sobre horários de pesquisa foram repassadas. O acesso ao material é apenas presencial, o Arquivo pertence ao governo do Estado e está localizado no centro da cidade do Recife.

O local é de fácil acesso e possui ótimas instalações. O material de interesse para a pesquisa está interditado³ devido à ação do tempo, e à fragilidade que se encontra. Ao falar com o gestor responsável pelo local, ele autorizou o acesso, mas apenas para fotografar.

³ O material classificado como interditado por esta instituição, é todo aquele que já sofreu danos devido à ação do tempo (fragilidade do material, envelhecimento, rasgos, danos por ações de micro-organismos, etc.). Estando o material nestas condições, se encontram indisponíveis para consulta. Assim, por precaução, e para prolongar o tempo de vida dos documentos, o manuseio destes jornais precisa ser evitado.

Os jornais se encontram encadernados, bem cuidados apesar de fragilizados. Neste local, existem apenas as publicações dos meses de maio, junho, julho e agosto de 1930, não sendo suficiente para subsidiar a pesquisa. Ainda neste Arquivo, fui informada por um servidor local, que na instituição Joaquim Nabuco, também em Recife (PE), o material poderia estar disponível. Ao entrar em contato com a fundação Joaquim Nabuco, confirmei a existência do material que faltava para concluir a pesquisa, sendo estes os meses de fevereiro, março e abril de 1930.

Joaquim Nabuco é uma fundação pública e está vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Foi fundada em 1949, está centralizada em pesquisas com o propósito de preservar o patrimônio histórico-cultural. O acesso ao local para pesquisa é feito com agendamento prévio.

Seguindo os protocolos da instituição, foi possível ter acesso às informações. O material necessário para esta pesquisa é microfilmado, foi executado pelo manuseio da máquina específica para leitura de microfilme. Na tela do aparelho, são projetadas as imagens dos jornais que foram captadas com o uso do aparelho celular.

2.3 Método de análise de domínio do discurso

A análise de domínio preconizada pela Ciência da Informação se volta ao planejamento e desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação. Amorim e Café (2016, p. 3) a consideram como “uma proposta teórica e metodológica que orienta o reconhecimento do contexto em que se praticarão os serviços de informação”, uma vez, que na atualidade a produção de informação é constante e necessita de contributos que auxiliem na busca e recuperação de forma precisa.

Segundo Gheno (2017, p. 34), o “estudo desta abordagem é considerado uma teoria representativa dos estudos contemporâneos”, e é constantemente abordada pela CI, dada a importância dos estudos e maneiras como vem sendo abordada a produção científica brasileira, a análise de domínio poder ser utilizada em outras áreas do conhecimento com a finalidade de contribuir para o crescimento da ciência de maneira geral.

A análise de domínio está vinculada a outros campos de pesquisa e áreas de conhecimento, tendo como um dos seus objetivos fazer com que toda informação esteja pronta e disponível para ser utilizada posteriormente. Esta organização do conhecimento muito contribuirá para a solução de problemas futuros. Ao utilizar a metodologia da análise de domínio, segundo Dias (2015) é possível alcançar e identificar os objetos, os processos e a

relação do vocabulário deste domínio. Dessa forma, pode trazer contribuições para as atividades de organização e eficácia na recuperação da informação, otimização de sistemas informatizados de gerenciamento e recuperação da informação, sejam para estudantes e pesquisadores do assunto.

A autora afiança que um domínio pode ser considerado uma área do conhecimento ou um determinado campo de especialidade, e define a análise de domínio como um “processo para identificar os objetos existentes em um determinado domínio, entender o contexto de tal forma que seja possível representar e organizar o conhecimento e torná-lo pronto para ser utilizado”, (DIAS, 2015, p. 7).

A contribuição da análise de domínio é importante para facilitar a construção de instrumentos de representação a partir de conhecimentos das comunidades discursivas presentes no domínio. Guimarães (2014, p. 15) comenta que tal análise “constitui uma marcante abordagem para caracterização e avaliação da ciência, na medida em que permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa”. Sobre aplicação e entendimento sobre o domínio, o autor comenta:

O domínio, objeto de análise, decorre da aplicação de um princípio inerente à própria organização do conhecimento – a categorização – na medida em que a partir da identificação de um conjunto de traços comuns (que gera um critério ou diferença) é possível reunir coisas semelhantes e separar coisas diferentes, uma vez que coisas semelhantes tendem a se comportar de maneira semelhante: *Qui se rassemble se semble*. (GUIMARÃES, 2014, p. 16).

A análise de domínio como teoria da Ciência da Informação, contribui para melhor compreensão da informação. Tennis (2012) descreve dois tipos de análise de domínio, que são usadas em funções distintas: “a descritiva” é útil em pesquisas básicas e o que constitui um domínio é regido pelo interesse dos pesquisadores; a “instrumental” é utilizada para criar sistemas de organização do conhecimento, é utilizada por desenvolvedores de sistemas de conhecimento, e segundo o autor, esta variável raramente é considerada, uma vez que é utilizada pelos desenvolvedores de sistemas e pouco considerada pelo público em geral.

Hjørland e Hartel (2003) ao discorrerem sobre a aplicação da AD por meio das três dimensões: ontológica, epistemológica, e sociológica explicam que dimensão ontológica implica afirmações do que constitui o mundo e seus objetos, descreve ou explica a realidade como ela está estruturada, busca reconhecer o conteúdo produzido no domínio. A dimensão

epistemológica está relacionada ao estudo do conhecimento e influencia em elementos como a relevância, sistemas de classificação, gêneros e documentos relacionados ao domínio.

A dimensão sociológica está relacionada ao grupo de pessoas que trabalham com objetos ou aplicação de abordagens, podendo ser expressa, segundo os autores, por conceitos como disciplinas, subdisciplinas, comunidades discursivas, profissões, especialidades, sistema social da ciência e variedade coletiva da vida cotidiana.

Os autores chamam atenção para dinamicidade que são os domínios. “O estudo e organização do conhecimento não se trata apenas da adição de novos termos, mas compreender que à medida que o conhecimento se desenvolve e evolui, a visão das estruturas do mundo e as relações entre diferentes conceitos mudam simbolicamente” Hjørland e Hartel (2003, p. 244).

Composta por atores, instituições e serviços de informação e que estabelece a estrutura de informação, ela está inserida na comunidade discursiva. Amorim e Café (2017, p. 81-82) a compreende como “uma organização social que ordena e limita o processo comunicacional num domínio, constituindo como o epicentro de interesse da análise de domínio”.

A comunidade discursiva é responsável por estabelecer a estrutura da informação à medida que se moldam as linguagens, os conceitos, os significados entre outros. Os autores compreendem o domínio como um condicionante de conhecimento e que pode ser delimitado por um grupo de usuários, por uma disciplina, uma empresa ou um campo de conhecimento que condicionam a produção de novos conhecimentos.

Precusores do estudo sobre análise de domínio, Hjørland & Albrechtsen (1995), usam o conceito como uma nova perspectiva de abordagem para a investigação da área com onze propostas que a caracterizam, sendo seu uso combinado entre mais de uma delas combinadas entre si a partir da aplicação, tornando possível compreender seu uso.

As abordagens por eles propostas são: Produção de obras de referência, Construção de linguagens de indexação, Indexação e recuperação da informação, Estudos de usuários, Estudos bibliométricos, Estudos históricos, Estudos de gêneros/tipologias documentais, Estudos epistemológicos e críticos, Estudos terminológicos, Comunicação científica, Cognição científica, Conhecimento especializado e Inteligência artificial.

Dentre as abordagens propostas pelos autores, e mediante o alinhamento da pesquisa, considerar para esse estudo o uso e aplicação das abordagens “Construção de linguagens de indexação” e “Indexação e recuperação da informação”, possibilita identificar e extrair os termos indexadores, e fazer uma análise dos termos em relação a construção da representação

do coronel, além do contributo para indexar e facilitar o processo de busca e recuperação da informação referente ao assunto. Sobre a importância do uso da abordagem, os autores Guimarães et al. (2017), cometam:

A abordagem da análise de domínio vem sendo especialmente importante para a organização do conhecimento na medida em que os processos de tratamento passam a ser abordados a partir do contexto de produção - e de uso - daquele conhecimento, sendo especialmente importante para os estudos comparativos entre a terminologia da literatura científica de um domínio e as linguagens de indexação da área, a análise do universo e das relações entre referentes e correntes teóricas de um domínio ou, ainda, a análise das relações entre temas, referentes teóricos e correntes teóricas em um domínio. (GUIMARÃES et al., 2017, p. 38)

Ao relacionar a contribuição metodológica da análise de domínio com a abordagem desta pesquisa para a organização do conhecimento, temos a possibilidade de identificar a partir das matérias dos jornais *A União* e *Jornal do Commercio* termos indexadores contidos nos textos jornalísticos, que indicam a representação do coronel José Pereira.

Ao captar a marca linguística e relacionar ao contexto histórico, facilitará buscas para pesquisas futuras por estudiosos deste tema. Ao relacionar os termos utilizados nas matérias, é possível verificar se a representação não muda no interior dos domínios destes jornais, sendo possível ainda, observar se houve similitude ou convergências nos dois discursos.

De acordo com as narrativas o conjunto de termos foram extraídos das matérias, permitindo observar o sentido e o encadeamento das informações. A presença das palavras-chave ou termos que marcam o discurso possibilita o contorno para a construção da imagem do coronel. A leitura atenta das matérias, a seleção dos termos chaves, a observação da articulação das matérias dos dois jornais e a oposição dos discursos permitem a construção da análise de domínio.

3 A INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E INFORMAÇÃO COTIDIANA: do que estamos falando

Na sociedade contemporânea, caracterizada pelos fluxos informacionais, transcendendo para a esfera global, o acesso e o direito à informação se tornam fundamentais não apenas para o gozo de garantias e direitos, mas para integrar relações de ação na esfera pública e privada. A busca por informação é ato recorrente na resolução de diversas situações ou apenas para se manter informado por aquele (a) que a busca. Nessa pesquisa, o escopo é estudar a informação apresentada em periódicos, sobretudo o jornal, uma importante fonte de informação, que há muito tempo faz uso com a finalidade de nos mantermos inteirados acerca dos assuntos e notícias.

O jornal é uma fonte de informação que para além da sua função de informar através dos conteúdos, representa importantes bases históricas, sendo um importante meio de comunicação cultural que atinge as massas, e que também é uma rica fonte para desenvolvimento de pesquisas.

Carvalho (2016, p. 90) comenta que “a importância dos jornais para os estudos acadêmicos se tornou ainda maior graças à digitalização de um grande número de títulos, dos jornais pequenos e locais aos de grande porte e de circulação internacional”. Com isso, o uso da tecnologia em meio digital amplia as possibilidades para seu acesso.

No Brasil o jornal surgiu no início do século XIX. Diferente dos interesses mercantis estabelecidos no cenário Europeu, os jornais brasileiros, além do espírito crítico da corrente literária, possuíam o frescor das notícias diárias. O periódico é uma importante fonte de informação para tornar público assuntos políticos. Ele suportou as transformações ocorridas na evolução da sociedade. Segundo Bradley (1996, p. 21), o jornal é um associado de “informações e assuntos recreativos impressos em papel barato”. No início do século XX, o jornal impresso era o principal veículo de informação da sociedade. Ao seu lado, e não menos importantes, estavam o rádio, o cinema falado e a televisão.

Contribuindo e ampliando o campo, para os mais variados tipos de pesquisa, “o jornal possibilita ao pesquisador múltiplos olhares sobre personagens e temáticas diversas” (Pereira, 2012, p. 3). Nele, a pesquisa pode se utilizar de um universo quase inesgotável de reportagens, notícias, editoriais, notas, anúncios, colunas sociais entre outros.

O pesquisador de jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta**

das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferido** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação [...] (LUCA, 2011, p. 140, grifos da autora)

Além do agregado de utilidade pública, o periódico abrange os variados tipos de interesses sociais, seja o de se manter informado, o de lazer ou distração. Porém a informação é a essência dos periódicos, a soma dos recursos informacionais por ele abarcado é comentado por Le Coadic (1996, p. 5) “A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espaço-temporal: impresso, sinal elétrico, sonoro etc.”.

A notícia forma um sistema de conhecimento entre o informante mediante o jornal e o leitor como receptor destas informações. Considerando as variadas formas de entendimento sobre informação, nesta abordagem entendemos informação jornalística, como a abaixo descrita:

É aquela, que por reunir algumas características determinadas, é difundida através dos meios de comunicação. Nesse sentido, qualquer tipo de conhecimento presente em um suporte material pode ser considerado informação (um tratado de química, a citar, por exemplo). Só o quanto a informação é digna de consideração pública, pela sua relevância para o conjunto da sociedade seja por interesse ou importância, que pode ser considerada jornalística, ou seja, suscetível de aparecer nos meios informativos. (MUÑOZ TORRES, 1997, p. 29, tradução nossa)

A informação que ganha posição de notícia em um jornal, tem em si um *status* de importância e interesse para o leitor, a que se considerar ainda o local e interesse do público que consumirá esta informação. Tavares; Berger (2010, p. 26) acreditam que “o jornal e o cotidiano que nele aparece seria o grande representante da leitura midiática realizada sobre a vida social”.

O uso de periódicos, para inteiração de informação, é utilizado como discurso midiático e lembrado pelos autores Castro; Oliveira (2016, p. 10) como “um suporte impresso que tem a força de persuasão destas ações junto aos leitores, no intuito de se estabelecer um fio condutor entre informação e produção de sentidos”, sendo importante, que os periódicos abarquem no noticiário elementos como finalidade, legibilidade e visibilidade do conteúdo das informações.

As informações contidas em periódicos trazem comumente ideias de construir uma unidade, eliminar ainda que de forma velada algum tipo de diferença ou divisão, amenizar ou

acabar com conflitos. Essas produções são mais evidentes quando a circulação do jornal atinge determinada localidade, e o veículo se posiciona como porta voz do governo. Costa (2019, p. 60) diz que “O Estado toma a força de controle dos meios de comunicação. Isso acontecia dentro e fora do país desde a Revolução de 1930, com a imprensa e a informação sendo direcionada na formação da opinião pública”. Tendo o Estado participação na gestão de controle, produção e disseminação da informação.

A centralização dos serviços de Imprensa Nacional é evidenciada, e as demandas eram controladas nas esferas federais, estaduais e municipais, cujos debates ideológicos por meio da imprensa, eram os meios de manter o embate entre a liberdade e o controle estatal. O imbricamento entre informação, imprensa e governo, desenvolve o mecanismo de comunicação em massa, que contribui para o controle da informação.

As propriedades e o comportamento da informação são vivenciados pela sociedade e são investigados pela Ciência da Informação como forças que orientam o fluxo da informação. Apesar de sua gênese, está voltada para Biblioteconomia e Documentação, a interdisciplinaridade desta ciência está relacionada a campos como a linguística, artes gráficas, psicologia, comunicação, administração, entre outras.

Processar a informação para uma boa acessibilidade requer do profissional habilidade e trato com a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. Pautado no entendimento do que viria a ser informação, cada vez mais a ciência se inclina para estudar a sua complexidade, sua importância, comportamento e definição.

As disciplinas adotam o conceito de informação dentro de seu contexto e com relação aos fenômenos específicos, dada a versatilidade e interdisciplinaridade que a informação pode atingir como fenômeno estritamente humano, por envolver indivíduos transmitindo e recebendo mensagens no contexto de suas ações, Capurro e Hjørland (2008, p. 4) “O uso ordinário de um termo como informação pode ter significados de sua definição formal, significando que visões teóricas conflitantes podem surgir entre as definições científicas explícitas e as definições de uso comum”.

Os autores sugerem ainda que para entendimento e melhor compreensão do termo, comparar diferentes definições, considerar o significado da palavra, e o uso em relação com outros termos nos ajuda a compreender o uso da palavra informação nas definições formais e com uso nas mais variadas disciplinas.

Para Ciência da Informação, definir o que é uma informação e valor para sua área, sempre foi um desafio, dada sua complexidade. Valentim; Ançanello (2018, p. 3) comentam

que, “Atribuir valor à informação é extremamente complexo, pois depende do contexto no qual a informação está inserida, bem como das reais necessidades informacionais do indivíduo ou do grupo de indivíduos que dela necessitam”. No que se refere à análise e identificação do valor da informação, os estudos voltados para esse enfoque podem contribuir para o desenvolvimento da área.

Compreender a informação como um fenômeno sujeito a reverberações, no contexto político e histórico, que ocorre em determinado espaço-tempo é necessário refletir seu desenvolvimento ao longo da história, entendendo que assim, está ligado ao desenvolvimento humano e a transformações históricas e sociais, como comenta os autores Freire e Freire (2009).

Além da dificuldade advinda da dinâmica própria de seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas, com as quais a Ciência da Informação se relaciona, há sua complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens. (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9)

A Ciência da informação nasceu num momento de tensão mundial, e cresceu de forma vertiginosa como uma das ciências mais importantes para a humanidade, desde os anos 50, ano de seu surgimento, a partir do pós-segunda guerra mundial, com a necessidade de criar estruturação para grandes produções de informação, ganhando destaque na área acadêmica, tecnológica e de produção.

A informação permeia de forma significativa na formação e desenvolvimento da cultura, na identidade, na linguagem de grupos e nações, e nos conteúdos e sentidos da linguagem de indivíduos. O que nos faz compreender que a informação é utilizada como suporte para estabelecer a transmissão de conteúdos e saberes. Ainda quanto à complexidade que está presente na informação, os autores Marteleto e Nascimento (2004) abordam características do objeto da CI, que estão imbuídos no processo de compreensão deste fenômeno:

Neste cenário, entende-se que as dimensões históricas, culturais e econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da ‘informação’. Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural da humanidade. (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 4)

Nas reflexões apresentadas por Araújo (2003), sobre o surgimento da CI em um panorama das correntes positivistas, o autor tece críticas às limitações quanto ao conceito de informação e à incapacidade de definição, sendo a informação subjetiva, dotada de sentidos diversos. O autor trata as delimitações sobre o conceito de informação concebendo-a como “coisa”. Esta concepção causa um distanciamento entre o objeto e a realidade do sujeito causando distanciamento quanto a questões históricas voltadas aos conteúdos sociais. Sobre isso, o autor comenta:

Portanto, a Ciência da Informação não “nasce” ainda como uma ciência social. Muito ligada inicialmente à computação (como atesta, por exemplo, a importância do trabalho de Vannervar Busch) e à recuperação automática da informação, ele vai, apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 22)

Devido à complexidade apresentada pelo fenômeno informacional e às transformações conjunturais, Araújo (2009, p. 203) faz o seguinte esclarecimento: “a explicação como sinônimo de simplificação, a quantificação, a busca por regularidades e leis leva ao consequente apagamento das singularidades”, levando-nos a compreender que este conceito não foi suficiente para tratar o objeto de acordo com as novas demandas. Ao explicitar outro teor de desenvolvimento da CI, Saracevic (1996) acredita que a partir da emergência tecnológica houve evolução de outros campos científicos.

Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a CI é definida como um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los. (SARACEVIC, 1996, p. 41)

A CI tem um arcabouço amplo, permitindo o estudo da informação e dos fenômenos a ela correspondentes, estando agregada em várias correntes epistemológicas. A informação, esteja no contexto que for, precisa ser processada, organizada e tratada, para que a possibilidade de acesso ocorra.

Apesar de estarmos nesta pesquisa nos colocando em contextos mais recentes, é importante salientar que a informação está presente no cotidiano da humanidade desde os primórdios. Assim como a própria palavra sugere, cotidiano, palavra que vem do latim *cotidie* ou *cotidianus*, que significa todos os dias, o diário, o dia-dia, o comum, o habitual. A informação cotidiana está ligada a diferentes esferas do conhecimento, principalmente com o campo da Comunicação e Ciências Sociais segundo Araújo (2003).

A dimensão social da informação vai ganhando espaço a partir de trabalhos temáticos e principalmente aos relacionados ao campo da CI “[...] a Ciência da Informação vai conhecer uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, que vai alterar sobretudo o significado do que é entendido como informação” (ARAÚJO, 2003, p. 25).

O fazer no cotidiano do homem é relatado por Aguiar e Herschmann (2014, p. 3), como “atos básicos como comer, andar na rua, conversar, encontrar amigos, estar em casa com a família, praticar esportes e namorar constituem os movimentos naturais do cotidiano”, sendo o viver e o fazer habitual do homem presentes em seu dia a dia. Os autores se apropriam dos conceitos de Josgrilberg (2014), para falar dos movimentos e da maneira do homem estar no mundo.

O cotidiano é constituído dos movimentos humanos que não são sistematizados em normas, leis, instituições e outras articulações de poder sustentadas pelo cálculo, divisões ou qualquer estratégia que pretenda garantir a coesão social- sem haver aqui juízo de valor, pois todo grupo social busca referências mais ou menos estáveis para lhe garantir a existência. (JOSGRILBERG, 2014, p. 93 *apud* AGUIAR; HERSCHMANN, 2014, p. 4).

Ao pensarmos nas articulações do cotidiano e sua relação com a memória, segundo Halbwachs (1990, p. 24) “[...] só posso falar da memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos ainda, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo”.

Muitos acontecimentos do cotidiano, a saber, a lembrança, o esquecimento, o comum e o incomum, representam forças determinantes para lutas sociais, percebidas nas várias nuances, e que se processam dentro do contexto social, podendo se constituir como elemento de identidade do grupo.

Já Lefebvre (1991), ao tratar os estudos sobre o cotidiano, entende que este surge a partir do marco histórico da modernidade, passando por ciclos, com começos e renascimentos dentro de estruturas normalizadoras para os acontecimentos, além de acreditar que o cotidiano no mundo moderno deixou de ser “sujeito” para se tornar “objeto”, reafirmando-se e se consolidando.

Ao tratar o cotidiano em uma perspectiva teórica, Guimarães (2002, p. 12) acrescenta, que “pensar o cotidiano de um prisma teórico implica descobrir o incomum no repetido”. Ao tratar o cotidiano com o olhar respaldado sob viés científico, teorizado nos relatos por meio da ciência, consideramos que este ocorre nas relações do dia a dia de aproximar os sujeitos

dos grupos sociais, fazendo-o existir no meio social para ter o papel de ação e poder ser um agente de transformação.

Ao pensarmos a proposta desta pesquisa, que estuda a informação apresentada no cotidiano do jornal, é comum perceber que o periódico se alimenta desse tipo de informação, e que esta é emitida através de periódicos e produzida por grupo de especialistas, mediante processos técnicos de tratamento da informação, e disponibilizadas nos veículos informacionais. A informação cotidiana, por sua vez, é definida e interpretada por Costa (2019), como aquela que configura:

[...] a vida no dia a dia das sociedades, o que faz com que seu caráter de especialização se mescle a variações entre o conhecimento de senso comum, científico e filosófico, pois, pode ter características desses a partir do meio de difusão estabelecido para sua comunicação. (COSTA, 2019, p. 35)

A informação cotidiana se orienta pela finalidade da satisfação e da necessidade humana. Ela é apresentada por meios informativos de grande alcance, e se refere a acontecimentos que se sucedem de forma consecutiva transmitindo fatos, acontecimentos e emissão de mensagens, chegando a alcançar dimensões históricas. Como comenta Soares (2018, p. 4) “o cotidiano ganha dimensão histórica, na medida em que se configura um espaço e um tempo em que se pode vislumbrar as concepções diversas sobre o mundo”.

A incidência da caracterização do cotidiano no meio social está condicionada à ação de se comunicar, imbricado nas ações do meio social, sendo demarcada pela cultura, como lembra Costa (2019). Os sujeitos e os grupos sociais são conduzidos pelos processos informacionais do começo ao fim em suas ações, sendo o primeiro meio de produção, tendo assim, o poder de ser agente de transformação.

As pesquisas e as vivências cotidianas são partes de um montante de informação, que certamente não conseguiremos dar conta por completo, dada sua complexidade e magnitude. O cotidiano é múltiplo e está inserido entre uma série de coisas visíveis e invisíveis. Costa (2019). Através da pluralidade que pode alcançar o estudo sobre o cotidiano, observar a sociedade é uma forma de estudá-la como objeto de conhecimento científico, seja através de sua cultura, memória, identidade, seja pelas variadas formas de representação.

4 A CIDADE DE PRINCESA: do povoamento à emancipação

Localizada no extremo sudoeste da Paraíba, situada a 418 quilômetros da capital João Pessoa, o município de Princesa Isabel (PB) atravessou algumas etapas, a saber: a de Distrito, Povoado, Vila e Cidade, constituindo autonomia política e administrativa.

Inicialmente, o lugar chamado de “Fazenda Perdição” era de propriedade de Natália do Espírito Santo e outros herdeiros. Assim se chamava, dada a reprodução e propagação de uma lenda. Esta diz que os trabalhadores ao se deslocarem a uma mina de ouro existente nas proximidades, se perdiam ao redor da lagoa, ponto de referência de chegada ao local. Por esse motivo, passa a ser chamada e conhecida como “Lagoa da Perdição”. Convém lembrar que essa lagoa existe até os dias de hoje.

No ano de 1856, padre Francisco Tavares Arcoverde construiu uma capela, em homenagem a Nossa Senhora do Bom conselho. No entorno, surge o povoado que passou a se chamar com o mesmo nome da santa.

Em **1859**, três anos após a construção da capela, o governo da província criava um **Distrito da Paz**, para a região onde se situava a pequena povoação, no Termo da Vila do Piancó. Era a constatação de que ali já se concentrava uma importante comunidade, a merecer a prestação de serviços da justiça, como delegacia de polícia, juizado de paz, etc. [sic] (FLORENCIO, 2017, p. 6, grifos do autor)

A posição geográfica do local contribuía com o polo comercial das cidades do vale do Piancó, mas não apenas as da Paraíba, como também das vizinhas cidades pernambucanas do vale do Pajeú, como Triunfo e Flores, o que explica a rápida expansão de sua urbanização. Recorrendo mais uma vez a Florêncio (2017, p. 7), acrescenta que “[...] dez anos depois de sua fundação, a povoação teria crescido mais que a própria Vila do Piancó, a quem era subordinada política e administrativamente [...]”, já que a distância, geografia montanhosa, péssimas condições das estradas para chegada à Vila do Piancó, inviabilizava acordos e resoluções de problemas.

No final do século XIX, passa a ser chamada de Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho, pela Lei 596 de 1875. Três anos depois, em virtude da Lei n. 540 de 18 de novembro de 1921, Princesa ascendeu à condição de cidade emancipada, atingindo o último degrau administrativo. Através do Decreto-Lei nº 1164 de 15 de novembro de 1938, passou finalmente a ser chamada de Princesa Isabel, em homenagem a filha de Dom Pedro II, a “libertadora dos escravos”.

Dentre os administradores do lugar no processo de sua formação, destacou-se o fazendeiro Marcolino Pereira Lima, casado com Águida de Andrade Lima. Ele foi chefe político e prefeito de Princesa por duas vezes, e deputado estadual da Assembleia Legislativa da Paraíba de 1900 a 1903. Ainda no comando da cidade, faleceu aos 65 anos, em 11 de setembro de 1905, vítima de problemas cardíacos. A cidade neste momento passou a ser comandada pelo seu filho José Pereira Lima, que aos 21 anos de idade interrompe a faculdade de Direito a qual cursava em Recife, segundo Ponzi (1984), e volta a cidade de Princesa para assumir o comando político do município, em razão da morte de seu pai.

José Pereira era um homem letrado e esclarecido. Durante o seu governo, a cidade progrediu com a criação de ruas e avenidas, prédios públicos e privados foram construídos. O comércio se expandia com a chegada de multinacionais, casa de diversões, entre outros. Diante da progressão, o coronel era detentor de posse e prestígios junto ao governo do Estado.

A cidade se destacava pela alta colheita de algodão, conhecida como “ouro branco”. No ano de 1920, Princesa se destacava ainda pela produção de cereais, rapadura, peles, mamonas e outros produtos agrícolas. Foi nesse momento que o local vivenciou tempos áureos, tanto econômicos, sociais, como culturais. No comando político, o coronel⁴ José Pereira, era assim descrito:

Chefe político da região desde 1905, período em que assumiu o lugar do seu pai no comando da política local, José Pereira era o típico coronel da Primeira República, ou seja, com poder, com prestígio político - no seu caso, em nível nacional e com muitas posses. Era acima de tudo um homem viajado que estava ligado às discussões e mudanças que aconteciam no Brasil [...] (MARIANO, 2010, p. 61)

Em uma sociedade onde o espaço rural era o grande palco de decisões políticas, a autoridade do coronel em sua redoma era fator quase inquestionável. Nas decisões políticas, qualquer pessoa que se negasse a votar no candidato indicado pelo coronel seria alvo comum de retaliações. Momento político lembrado por Mocellin (2001, p. 107) “[...] fraudar eleições, demitir funcionários rebeldes, indicar juízes e delegados, bem como matar seus inimigos, eram práticas comuns desses tempos difíceis”. O voto de cabresto era um recurso utilizado pelo coronel para coagir o eleitor a votar no candidato de sua indicação.

⁴ A patente de coronel foi criada no século XX, com a Guarda Nacional, para combater os movimentos do período. O coronel era uma figura de prestígio e autoridade, tinha em suas mãos poderes políticos e de liderança. Em sua redoma, estabelecia-se com criações de gado e de fazendas. O poder desse chefe não era apenas marcado pelo controle político, mas também financeiro e administrativo do local. Para maiores informações, ver Janotti (1981).

As relações de poder atribuídas e gerenciadas pelas figuras dos coronéis, que foram em sua totalidade homens que detiveram poder e prestígio para triunfarem com autonomia no local de dominação, é também objeto de estudo da sociologia. A dominação masculina descrita por Bourdieu (2012) se mantém não apenas pela preservação de mecanismos sociais, como também pela absorção involuntária de um discurso conciliador. A análise sociológica entre os sexos traz causas da persistência da dominação dos homens sobre as mulheres, prática constante no coronelismo.

Principal líder político de 1930 na cidade segundo Roberto (2019), José Pereira, resiste ao governo do Estado por ter seus interesses contrariados, declara Guerra eclodindo no movimento armado que ficou conhecido como a Guerra de Princesa. Tal feito é eternizado na voz do saudoso Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira dá sinais da bravura e resistência da cidade associada à figura do coronel, como se percebe no trecho da música que se segue: “Eita pau pereira que em Princesa já roncou, eita Paraíba Muié macho, sim sinhô”, sinalizando um dos fatos políticos que marcaram na narrativa da cidade.

Diante das insatisfações, o coronel defende seu território e torna Princesa independente do Estado. A luta tem início no mês de fevereiro. A tropa armada do coronel luta contra as forças vindas da capital, para tentar pôr termo à Guerra. Os Pessoa de Queiroz⁵ e seus assessores sugerem a Washington Luiz uma marcha dos homens de Zé Pereira frente aos homens vindos da capital. O presidente da República nega a sugestão.

Diante da negativa os Pessoa de Queiroz, aliados do coronel, arquitetam outro plano para apressar a intervenção. Desta vez, a ideia é proclamar Princesa “Território Livre”, com data de 09 de junho de 1930. O Decreto foi subscrito por José Pereira Lima, e pelos “Ministros” José Frazão Medeiros Lima e Manoel Rodrigues Sinhô, e escrito pelo pernambucano Joaquim Inojosa, apresentado pelo Jornal de Princeza na “Figura 1”. Estabelecia-se assim, a administração provisória de Princesa, com aclamação popular, cujo texto trazia a seguinte resolução:

Artigo 1º - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual está separado desde fevereiro do ano corrente;

Artigo 2º - Passa o município de Princesa a constituir com seus limites atuais um território livre, que terá a denominação de Território de Princesa;

⁵ Os Pessoa de Queiroz, eram fortes empresários pernambucanos na cidade de Recife, também eram donos do *Jornal do Commercio*, periódico que noticiava os acontecimentos e embates ocorridos durante a guerra de 30. Apesar de serem primos do presidente paraibano, João Pessoa, posicionavam-se a favor do coronel José Pereira, por quem nutriam fortes laços comerciais.

Artigo 3º - O Território de Princesa assim constituído permanece subordinado politicamente aos poderes públicos federais conforme se acham estabelecidos na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil;

Artigo 4º - Enquanto pelos meios populares não se fizer a sua organização legal, será o território regido pela administração provisória do mesmo território. (PRINCESA ISABEL, Decreto Nº 1 de 09 de junho de 1930, p. 1)

Figura 1 – Jornal de Princesa



Fonte: Blog Tok de História (2020)

O texto Decreto⁶ foi lido na Câmara Federal em 09 de junho de 1930, e segundo Inojosa (1980) causou grande repercussão. O município passa a ter hino, composto por Augusto Costa, e música do maestro Nelson Ferreira, além de bandeira própria. A luta armada se estende durante os meses de fevereiro, março, abril, maio, junho e finaliza em 26 de julho de 1930 com o assassinato de João Pessoa. Diante deste acontecimento, o governo federal decide pôr fim à Guerra, intervindo na cidade.

⁶ O decreto foi publicado no primeiro e único número do jornal de Princesa, que foi descrito como “Órgão Oficial do Território de Princesa”, ano 1 e nº 1 de 09 de junho de 1930. Foi assinado por José Pereira de Lima, José Frazão Medeiros Lima e Manoel Rodrigues Sinhô. Tinha a intenção de formar o Território Livre de Princesa. Para maiores detalhes ver Inojosa (1980).

Falar de Princesa Isabel é fazer uma conexão imediata com este fato, como lembra Roberto (2019, p. 14) “[...] Verifica-se que a maioria da literatura existente sobre Princesa atém-se aos ocorridos de 1930, e quase nada tem sido escrito sobre a história recente do município”. Esse fato está intimamente ligado à memória do local e associado à figura do coronel Zé Pereira, que segundo o autor, foi um ato de coragem e rebeldia.

Ao se desmembrar da administração política do Estado paraibano, e declarar a cidade sob seu comando, segundo Silva e Paiva (2016, p. 8) constata-se que “[...] desde o início da República Velha em 1889, nenhum outro Município da federação brasileira, hoje com mais de cinco mil municípios, proclamou-se independente, a exemplo do *Território Livre de Princesa*”.

4.1 Princesa Isabel: breves considerações historiográficas

A historiografia da cidade de Princesa vem sendo escrita com registros e pesquisas que vão desde o surgimento até os dias atuais. Em Processo “*Histórico da Emancipação Política, Administrativa e Judiciária do município de Princesa Isabel (PB)*”⁷ (2017), Francisco C. Florêncio fala do processo histórico de formação desde a chegada e ocupação dos primórdios no local, passando pelas fases de evolução, formação até a autonomia política e administrativa da cidade.

Paulo Mariano, em “*Princesa: antes e depois de 30*” (2015) traça um percurso histórico falando dos aspectos de formação e evolução da cidade, relata sobre o crescimento geográfico e econômico do local, fala da chegada da educação no município, da cultura, arquitetura, esporte e turismo, dando destaque na obra sobre os acontecimentos da “Guerra de 30”, e dos reflexos que o acontecimento deixou na cidade.

Serioja Rodrigues (2010) em “*Signos em Confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 20*”, obra fruto da dissertação de mestrado, a autora se concentra nos símbolos que marcaram a chegada do modernismo e que transformaram o cenário urbano da cidade. As mudanças em âmbitos cultural, social e econômico eram percebidas com a chegada da energia elétrica, do primeiro automóvel na cidade, do futebol, do carnaval, do cinema e da arquitetura do local.

⁷ Esta plaqueta foi patrocinada pela prefeitura de Princesa Isabel, teve tiragem de 500 exemplares, foi publicada em 01 de dezembro de 2017. Na capa final da obra, tem o endereço eletrônico: www.historiadeprincesapb.blogspot.com que informa disponibilizar o material para *download*, algumas tentativas para o acesso foram realizadas, a última em 20 de abril de 2020, mas não há disponibilidade do material. O acesso foi possível em versão impressa e está disponível para consulta e cópia, na biblioteca de Cultura Doutor José Nominando Diniz, na cidade de Princesa Isabel.

A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído (1981), Inês Caminha detalha os ocorridos da Guerra de Princesa, relata os acontecimentos que precederam a Guerra, a luta dos combatentes, e o envolvimento da população no movimento. João Lelis em *A campanha de Princesa* (2000), correspondente do jornal *A União*, foi enviado para cobrir e levantar informações sobre a Guerra. Nesta obra, ele narra os acontecidos dos bastidores, como se alimentavam, as estratégias, e como se articulavam os combatentes nas investidas para o ataque.

Tião Lucena em *A Guerra de Princesa* (2013), fala desde o início da batalha, sua eclosão e como ficou a cidade ao final, dando destaque à administração política do coronel Zé Pereira. Na obra *Peste e Cobiça: a inveja e o ódio tramam contra o amor no alvorecer no século XX* (2010), o mesmo autor, trata de uma parte dramática da memória da cidade pouco conhecida. Nesta obra, ele fala da peste bubônica, doença que assolava o Brasil em 1901, iniciada no Rio de Janeiro, chega à vizinha cidade de Triunfo/PE alcançando e dizimando vidas em Princesa, como é relatado neste trecho:

A vila ainda vivia seus dias de peste. Morria muita gente, nos sítios então nem se fala. As filas de cadáveres levados em redes armadas em paus e carregadas nas costas dos sádios em direção ao cemitério pareciam procissão da padroeira. Princesa virara cemitério. (LUCENA, 2010, p. 66)

Em *No tempo das coisas Singelas* (2003), de autoria também de Tião Lucena, de forma saudosa, o autor relata as vivências da infância e das lembranças de quando retorna para visitar parentes na cidade, já que vive há muitos anos na capital do Estado. Conforme diz em suas palavras, veio para João Pessoa “em busca de um futuro diferente”, como descreve no livro a rotina da cidade. De forma bem-humorada, elenca e descreve as “personalidades pitorescas” populares da cidade.

Na obra *Princesa: história e voto* (2019), Domingos Sávio traça um percurso histórico da política da cidade, falando da alternância de poder ora liderado pelos “Pereira” ora pelos “Diniz”, duas famílias que tradicionalmente disputam a administração do município. Os capítulos em sua maioria são dedicados a cada político, o ano da administração, descrição e o desfecho de como foi cada mandato.

Nas obras comemorativas do jornal *A União*, *Paraíba Nomes do Século: série histórica nº 31 José Pereira de Lima* (2000), e na série IV Centenário *Princesa 1884/1984: José Pereira, a chama ainda está acesa* (1984) são dedicadas ao coronel José Pereira. A primeira, fala do perfil de liderança do coronel, da sua atuação como deputado estadual, do

bom relacionamento mantido com a imprensa paraibana e pernambucana. Aponta ainda para o prestígio e as boas relações políticas mantidas com Epiácio Pessoa, como é possível conferir nesse texto:

[...] convidado pelo presidente da República, Epiácio Pessoa, para assistir à chegada ao Brasil do Rei Alberto, da Bélgica, por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil, esteve presente em todas as solenidades, incorporando-se à representação da Paraíba, envergando o fraque ou a casaca, de acordo com o figurino do cerimonial. (A *UNIÃO*, p. 14)

Na segunda publicação, em comemoração ao centenário de seu nascimento, é possível conferir depoimento de paraibanos, sejam eles políticos, escritores, profissionais da imprensa, a exemplo de José Américo de Almeida, Osvaldo Trigueiro, Ernani Sátyro, Celso Mariz, Inês Caminha, Ariano Suassuna, entre outros, contando narrativas diversas sobre a vida, fatos e encontros que tiveram com o coronel.

De autoria de seu filho, Aloysio Pereira, *Eu e meu Pai o Coronel José Pereira/1930-O território livre de Princesa* (2013), uma obra densa, onde o autor relata fatos sobre a família, os acontecidos da “Guerra de 30”, a peregrinação de Zé Pereira quando deixou a cidade ao final da Guerra, os Estados por onde passou, e como se tornou vendedor de fumo e rede para se manter, até poder voltar à cidade de Princesa com segurança.

É possível conferir além de livros sobre a cidade, produções como o documentário “*Princesa do Sertão*”, onde jornalistas, historiadores e familiares do coronel narram os ocorridos no confronto, os fatos históricos da Guerra. Além de pesquisadores, historiadores e jornalistas contribuíram com depoimentos do que viveram ou ouviram falar dos acontecidos da revolta de Princesa. O documentário além de disponível na internet é exibido periodicamente pela TV Senado.

Na dramaturgia, o filme brasileiro “*Parahyba Mulher Macho*”, dirigido por Tizuka Yamazaki (1983), apesar de ter como centro da trama a vida de Anaíde Beiriz e seu envolvimento com João Dantas, traz contornos sobre a Revolta de Princesa, uma vez que João Dantas era aliado de José Pereira, além de seu nome estar associado à historiografia da morte de João Pessoa.

As músicas “*Paraíba*” de Humberto Teixeira, interpretado por Luiz Gonzaga, e “*Cavalos do Cão*” do cantor paraibano Zé Ramalho, também trazem como foco e eternizam os ocorridos da Guerra de Princesa. Além de produções acadêmicas como TCCs, dissertações e teses que se debruçam sobre os vários vieses de que esse fato pode ser pesquisado.

4.2 A Revolta/Guerra de Princesa

Figura 2 – Coronel Zé Pereira



Fonte: Google Imagens (2020)

Figura 3 – João Pessoa



Fonte: Google Imagens (2020)

Eita ⁸pau Pereira,
Que em Princesa já roncou
Eita Paraíba, muié macho
Sim, sinhô! (PARAÍBA, 1950)

Nascido em 1884, filho de Alexandrina Pereira Lima (dona Xandu) e Marcolino Pereira Lima, coronel José Pereira, apresentado acima na “Figura 2”, foi chefe político da cidade de Princesa Isabel (PB) entre os anos de 1915 a 1930. Iniciou seus estudos em Princesa Isabel, transferindo-se em seguida para o Colégio Diocesano da Paraíba e prosseguindo até se tornar estudante de Direito na Faculdade de Recife, onde abandona o curso em 1905, em virtude da morte de seu pai, período em que cursava o terceiro ano.

Assume neste momento com grande prestígio, segundo Pereira (2013), o comando político da cidade. Herdando de seu pai a patente de coronel, sua influência transcendia limites municipais alcançando esferas Estadual e Federal. No período de 1916 a 1930, exerceu quatro legislaturas consecutivas como deputado estadual.

Casou em 1912 com sua sobrinha Alexandrina, filha do coronel Marçal Florentino e Maria Augusta. Do casamento nasceram dez filhos. Destes, sete meninas e um menino morreram nos primeiros anos de vida. Sobreviveu apenas o casal Aloysio Pereira e Luiza

⁸ Trecho da música “Paraíba” de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga (1950), onde a cidade fica conhecida nacionalmente por causa da “Guerra de Princesa”.

Lima. Residiam na cidade de Princesa, na casa hoje conhecida como “Palacete dos Pereiras” (ver “Figura 4”), que no período da Guerra, serviu de hospital para os combatentes feridos.

Era descrito por Leal (1984, p. 14) como “um cidadão natural, inteligente, e dono de um admirável senso de humor”, diferente de alguns coronéis da época foi um “coronel que teve acesso aos estudos, experimentou ventos cosmopolitas e assumiu na sua rota de comando um papel de intermediador entre os interesses do seu sertão”, Abrantes (2009, p. 4).

Figura 4 – Residência⁹ do Coronel José Pereira



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Detentor de fazendas, comercializa algodão e couro, e com habilidade administrativa e liderança política, Zé Pereira, que já possuía apoio e prestígio junto ao governo estadual, era neste momento reconhecido como “coronel Zé Pereira”. Na cidade, os eleitores lealmente seguiam seu direcionamento no tocante às eleições, uma vez que, possuía influência no pleito eleitoral.

As eleições eram decididas no interior, onde os **“coronéis”** detinham enorme força econômica e política. A patente ou posto de coronel da Guarda Nacional deixou de se relacionar com o exército de uma função militar e passou a ser usada para destacar os **chefes políticos. O prestígio de um “coronel” se media pela sua capacidade de trocar favores por votos.** (MOCELLIN, 2001, p. 107, grifos do autor)

O Coronelismo foi uma prática de cunho político-social comum na Primeira República do Brasil (1889-1930), quando o representante detinha uma complexa estrutura de poder, sobretudo no plano municipal. Zé Pereira foi considerado por muitos o maior coronel da

⁹ Conhecida também como “Palacete dos Pereiras”, esta casa foi construída em 1923 e serviu como hospital para os combatentes da “Guerra de Princesa”. Através do Dec. 20.471 de 12/07/1999 foi tombada pelo IPHAEP.

Paraíba, e um dos maiores do Nordeste, sobre o fato, Roberto (2019, p. 30) comenta “[...] José Pereira Lima é considerado por vários autores como o maior e mais importante “coronel” do interior do Nordeste [...]”. Grande foi o progresso em sua administração, a cidade de Princesa cresceu consideravelmente e o comércio era fator importante na região.

Com investimentos e administração do coronel, a cidade ganha importante movimentação noturna. Com a chegada da iluminação elétrica veio, o cinema, em seguida, chegou o primeiro automóvel, a arquitetura erguida de forma pomposa, e as ruas se alargando e crescendo na rua central.

Foi um momento importante e de grande desenvolvimento na cidade, a qual teve uma relevante atuação, na medida em que patrocinou muitas obras públicas. A maior parte do patrimônio arquitetônico existente na cidade foi erguida no período em que o coronel esteve no comando. Sua contribuição para a evolução da cidade é analisada por Mariano (2010, p. 107) “[...] com o prestígio político do coronel José Pereira, o progresso veio através da iluminação elétrica, do automóvel, do telégrafo e do melhoramento das estradas”.

Do outro lado, representante do Estado, estava João Pessoa Cavalcante de Albuquerque (apresentado acima através da “Figura 3”). É paraibano, nascido em Umbuzeiro, em 24 de janeiro de 1878. Filho do funcionário público Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, era sobrinho de Eptácio Pessoa, homem influente na política paraibana e que alcançou o cargo de presidente do Brasil.

Entre outras atribuições, de acordo com Januário (2009) foi advogado, professor e político brasileiro. Aos dezoito anos, ingressou na Escola Militar, e em Belém serviu ao 4º Batalhão de Artilharia de Posição, chegando a ser Supremo Tribunal Militar (STM). Alistou-se no 27º Batalhão de Infantaria na Paraíba em 1894, no Rio de Janeiro.

Atraía a atenção pela simplicidade e pela energia ríspida: expressão de força e finura ao mesmo tempo. Olhos escuros e fiscalizadores viam tudo de uma vez [...] Orador de frases breves, diretas, de uma lógica implacável, atacando ou defendendo contagiava entusiasmo e uma sinceridade descoberta [...]. (VIDAL, 1978, p. 4)

Entre outros adjetivos traçados pelo autor, corajoso e possuidor de espírito de justiça também são elencados como predominância no caráter do político. A convite de seu tio Eptácio, inicia sua carreira política na Paraíba. Nas eleições de 1905 para governo da Paraíba, o coronel José Pereira fornece apoio importante para a vitória de Eptácio Pessoa, com quem

mantinha fortes laços políticos. Na gestão de Suassuna¹⁰, colaborou no combate a *coluna Prestes*, além de contribuir para a ordem pública.

Atuante no Partido Republicano da Paraíba (PRP), o coronel apoiou a candidatura de João Pessoa ao governo do Estado. Vence as eleições e toma posse em 22 de outubro de 1928. Em suas propostas de governo, estavam a de reerguer as finanças e reformar a estrutura político-administrativa do Estado.

Os planos e estratégias para as mudanças começam a ser colocados em prática assim que toma posse do cargo. Com ideias pré-concebidas da carreira militar, trabalhou objetivando diminuir a atuação na gestão dos chefes políticos do interior. Portanto, intensificou o sistema de desprestígio aos coronéis que os comparava a cangaceiros, numa tentativa de macular suas imagens. Assim, iniciou uma série de medidas para alcançar seus objetivos. Seu foco foi alcançar os municípios do sertão, com implantação de reformas.

[...] destituiu chefes políticos, demitiu juizes e promotores, removeu delegados e chefes de Mesas de Rendas (coletorias estaduais), promoveu cuidadosa triagem na nomeação dos novos prefeitos, desprezando a velha praxe de compadrio. (RODRIGUES, 1981, p. 8)

Com essas medidas, laços de fidelidade foram atingidos e vínculos comerciais também, rigorosos sistemas de arrecadação tributária foram implantados, que se distinguiam entre as mercadorias importadas pelo litoral através do porto de Cabedelo, e pelas fronteiras terrestres. Tais medidas foram tomadas devido às dificuldades financeiras por ele enfrentadas, porém causaram descontentamento entre os fazendeiros do interior, como se percebe no trecho deste cordel:

¹⁰ Pai do teatrólogo paraibano Ariano Suassuna, de valor reconhecido nacionalmente, Ariano foi membro da Academia Paraibana de Letras, ficou conhecido por suas obras, entre elas: o “Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta”, a peça teatral adaptada para filme “O Auto da Compadecida”, a novela “Pedra do Reino” entre outras. João Suassuna, seu pai, nasceu em Catolé do Rocha em 19 de janeiro de 1886. Entre outras atribuições foi advogado, jornalista e político. Em 1924, assume o Governo da Paraíba, e inicia seu governo pelo sertão incentivando a agricultura e agropecuária, construindo silos para guarda de cereais, além da construção de pontes, açudes e outras obras. Em Princesa e outros municípios, construiu grupos escolares. Em 1926 enfrentou a coluna Prestes, juntou-se ao seu amigo José pereira e ao coronel Manoel Benício, vencendo a batalha.

Zé Pereira era amigo fraterno de João Suassuna, a quem depositava toda confiança. Nas eleições de 1930 para Presidência e Vice-Presidência da república, haveria eleições para senador e deputado federal. Contrariando a vontade da comissão Executiva do partido, do qual João Suassuna fazia parte, João Pessoa em 17 de fevereiro de 1930 oficializa uma chapa excluindo todos os candidatos à reeleição. Preservou, porém, o nome do deputado Carlos Pessoa, seu primo. Estes desacordos, as tentativas de desprestígios, a recolhida do nome de João Suassuna à chapa aludida, culminaram para que no dia 23 de fevereiro de 1930, o coronel José Pereira rompesse com o governo de João Pessoa.

Detalhes sobre a biografia de João Suassuna podem ser conferidos, na *Série Histórica 3*, um projeto que traz importantes nomes da história da Paraíba, pertencentes A União Editora. Esta série foi escrita por sua sobrinha, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro Coutinho, e está disponível gratuitamente para *download*, no site da instituição.

Da reação, que foi grande,
 Não sei se ficou sequela.
 Só sei que lhe reservaram
 O nome de “João Cancela”
 Outros queriam “Porteira”
 E, nessa tal brincadeira,
 Vi “nêgo” cair da sela (NUNES, 1978, p. 40)

O descontentamento segundo Inojosa (1980) atinge não apenas administradores das cidades interioranas da Paraíba, mas também os das cidades pernambucanas, já que as questões geográficas facilitavam o comércio com as vizinhas cidades de Pernambuco. Os comerciantes das cidades do interior da Paraíba e dos Estados próximos que faziam parte da cadeia de negócios com a cidade, não aceitaram, e reagiram às reformas impostas por João Pessoa.

Postos fiscais para fiscalização foram instalados nas fronteiras da Paraíba. Assim, reações como a da Associação comercial de Fortaleza (CE) simbolizam moção de repúdio ao presidente paraibano, e protestos ocorreram na cidade de Recife, liderados por representantes do grupo mercantil pelos Pessoa de Queiroz.

As imposições de João Pessoa renderam o apelido de “João Porteira”, fazendo referência à instituída taxa de pedágio, além da criação do imposto territorial e o de incorporação, por meio da Lei Tributária nº 673 de 17 de novembro de 1928, que tinha objetivo de regular a importação e exportação de mercadorias, com o propósito de combater a crise econômica do Estado.

Ficou a lei conhecida como “imposto de barreira”. Os Estados protestavam contra a nova lei, Pernambuco, com mais vigor, dada à alta incidência do comércio entre os Estados da Paraíba. A decisão interfere imediatamente em Princesa. Uma vez que distam 418 quilômetros da capital, situada na fronteira com o vizinho Estado de Pernambuco, essas condições faziam com que seu comércio fosse voltado para esse Estado.

João Pessoa ordenou que a aquisição de produtos pelas cidades do interior fosse feita pelo porto de Cabedelo. Devido à distância, esse tipo de transação inviabilizava o comércio com as cidades do interior e a capital paraibana, dificultando o comércio das cidades sertanejas com os Estados vizinhos. Os produtos encareciam devido a distância, à precariedade dos meios de comunicação, à falta de estradas e à demora da chegada das mercadorias.

A ideia de controle dos tributos, o desvio das relações comerciais com o porto do Recife, e a concentração do comércio através do monopólio das transações, ocasionou uma política da valorização do comércio na capital do Estado paraibano.

A soma destes fatores e a efervescência do momento político vivido ascenderam o clima de tensão entre os chefes políticos do interior e dos comerciantes do Estado pernambucano. Sobre o fato, Nóbrega (1997, p. 14) comenta “As reações foram imediatas. O comércio vizinho empreendeu uma violenta campanha contra o presidente paraibano, chegando a pedir intervenção federal no Estado”. O que nos faz perceber nesta fala, é a proporção que o fato tomou alcançando dimensões federais.

Os fatos elencados contribuíram para os desacordos entre João Pessoa e os coronéis do interior, sobretudo o coronel Zé Pereira que possuía forte influência em sua redoma política. Além dos já citados, outros fatores também refletiram no estreitamento dos laços políticos entre os dois.

Várias medidas consideradas hostis aos chefes locais, dentre os quais se destacavam quanto ao coronel princesense: tentativa de desarmamento (a que José Pereira não se sujeitou); transferência de seu irmão Manuel Carlos da chefia da Coletoria de Princesa para a de Patos, sem consulta ao coronel; tentativa de nomeação do prefeito do município a sua revelia; nomeação de um seu inimigo, tenente Manuel Arruda, para delegado de polícia do município; a indiferença com que passara a ser tratado pelo governador se dirigia ao palácio. (RODRIGUES, 1981, p. 20)

As medidas parecem ter o intuito de afastar o chefe sertanejo das atribuições políticas da cidade de Princesa. Já em 1929, João Pessoa se candidatou à vice-presidência da República na chapa da Aliança Liberal, liderado por Getúlio Vargas. Esses desacordos e insatisfações levaram ao rompimento entre estas duas forças políticas.

Apoiado pela influente família dos Queiróz, em fevereiro de 1930, o coronel José Pereira inicia o que se conhece como a “Guerra de Princesa”, “O maior de que se tem notícia na Paraíba” afiança Mariano (2015, p. 113). O levante armado tem início em 1º de março de 1930, tendo como intenção confundir o insustentável no Estado e provocar uma intervenção federal. Assim, João Pessoa seria afastado do cargo e teria a extinção da reforma tributária.

O contingente armado em Princesa sob o comando de José Pereira possuía aproximadamente dois mil homens, que partiram da Serra de Teixeira para combater o Batalhão da polícia militar do Estado. Os enfrentamentos e lutas ocorreram durante cinco meses, até que se encerrasse a Guerra.

Nesta época, a administração do Estado da Paraíba alcançava um dos registros de maior movimentação e visibilidade na política de todos os tempos. Ideias inovadoras, fortes opiniões, planos de governo inéditos, e comportamentos rebeldes fizeram com que João Pessoa tivesse ora aliados, ora adversários.

Em uma viagem curta ao Recife, com intuito primeiro de visitar seu amigo, o juiz Cunha Mello, juiz Federal do Pernambuco, que estava enfermo e se recuperava de uma cirurgia. Sobre o fato, Aguiar acrescenta (2000, p. 116) “Muita coragem e temeridade. A capital pernambucana era um viveiro de seus inimigos”. Nesta ocasião, preferiu fazer a viagem sem a companhia de irmãos ou amigos.

O que se registra da viagem a Recife, é que além da visita ao amigo enfermo Cunha Mello no hospital Centenário, ele foi a joalheria Krauser comprar uma lembrança para um ente querido. Esteve em uma visita na sede do jornal Diário da Manhã, almoçou no restaurante Leite, e em seguida foi ao estúdio de Luiz Pierreck.

Ao pôr do sol daquele dia, por volta das 17:00 horas, João Pessoa foi tomar um chá na Confeitaria Glória, localizada à rua Nova no centro da cidade, acompanhado de Caio de Lima Cavalcanti, Agamenon Magalhães e do comerciante Alfredo Dias. Por volta das 17h30min, em 26 de julho de 1930, neste local, ocorre o assassinato de João Pessoa, perpetrado pelo advogado João Dantas¹¹, que dispara tiros de revólver, sendo este seu adversário político, com quem nutria rixas pessoais. A notícia da morte chega à capital paraibana via telegrama, e logo se espalha pelos Estados.

Na mesma ocasião da tragédia, João Dantas foi baleado pelo ajudante do chofer do político paraibano, Antônio Pontes de Oliveira. Dantas foi contido por Agamenon Magalhães, e as demais pessoas que estavam na confeitaria. Ele foi recolhido e levado para casa de detenção, e logo após transferido para a Central de Polícia para depor, e em seguida levado ao Quartel do Derby, pela condição de ser bacharel em Direito.

Após o assassinato de João Pessoa, fomentando o movimento articulado pela Aliança Liberal, a presidência do Estado passa a ser assumida por Álvaro de Carvalho, que entra em

¹¹ João Duarte Dantas, nasceu em Mamanguape no dia 12 de junho de 1888, foi advogado e jornalista, era ligado ao Partido Republicano da Paraíba, além de amigo e partidário do coronel José Pereira. Na historiografia paraibana seu nome está diretamente associado ao assassinato de João Pessoa, que foi motivado por questões políticas e pessoais. Detalhes sobre este acontecimento podem ser conferidos no livro “Por que João Dantas assassinou João Pessoa: o delicto do “Glória” e a tragédia da penitenciária do Recife, em 1930”. O livro é de autoria de Joaquim Moreira Caldas (2008).

Os conflitos pessoais que envolvem João Pessoa e João Dantas podem ser vistos em “Parahyba, mulher macho” (1983). O filme foi dirigido por Tizuka Yamazaki, é inspirado na biografia da personagem principal, a professora e poetisa Anayde Beiriz (interpretada por Tânia Alves), que possuía um envolvimento amoroso com João Dantas (interpretado por Cláudio Marzo).

acordo com Washington Luiz, presidente do Brasil à época, e intervém no Estado da Paraíba decretando o fim do movimento armado em Princesa.

Com a morte do político, muitas foram as homenagens póstumas que ficaram eternizadas, em especial, pela mudança do nome da capital da Parahyba, que passa a se chamar *João Pessoa*. A mudança da bandeira e nome foi registrada em praças e logradouros, não só na Paraíba, mas também em outros Estados e cidades do Brasil, Paulino (2014).

O Presidente Washington Luís por intermédio do General Lavanieri Wandelely, entra em acordo oficial com José Pereira, para pôr fim a Guerra. Assim, ele entregaria as armas e como troca garantida, receberia o Exército na cidade, até que a segurança fosse estabelecida e Princesa fosse reintegrada ao território da Paraíba de forma pacífica. O acordo foi firmado e cumprido. Com isso, idosos, crianças e mulheres retornavam para habitar na cidade.

Com a situação voltando à normalidade, José Américo persuade o governo estadual, e sem autorização oficial invade Princesa com aproximadamente trezentos e sessenta e cinco policiais fortemente armados, causando correria, mortes e muito pânico entre os moradores.

Dado o fato, o coronel José Pereira temendo a prisão, abandona a cidade. Seus bens foram sequestrados, a família passa a ser perseguida, e ele foge. Passa por vários Estados e vive na clandestinidade. Muda seu nome, ora chamado de Honorato Cavalcanti, ora Dionísio Pedro. Mesmo usando destes artifícios, em alguns locais, chegou a ser reconhecido, e por muitos recebeu apoio e ajuda na acolhida.

Para aquisição de dinheiro e para conseguir se manter, passou a ser vendedor de rede e fumo, como transcorre Pereira (2013, p. 215) dedicando um dos capítulos do livro que tem como epígrafe *A fuga do Coronel José Pereira: os primeiros passos de uma longa jornada*, descrevendo sua peregrinação e refúgio, passando várias regiões do país, na tentativa de não ser reconhecido e nem perseguido.

Em 1934, o coronel passa a morar na vizinha cidade de Serra Talhada (PE). Em 1937, após o golpe do Estado Novo, é ameaçado pela polícia pernambucana na pessoa do interventor Agamenon Magalhães. Retorna para Princesa e vive até 1940, vindo a falecer em Recife no dia 13 de novembro de 1949, na Casa de Saúde São João. Sua morte ganhou grande repercussão na política e na imprensa do Estado paraibano.

No cemitério da cidade de Princesa Isabel, na porta central de entrada, seu corpo repousa em um mausoléu pomposo facilmente identificável, que conta com uma placa de descrições. Alguns curiosos, visitantes e pesquisadores visitam o local para conhecerem e apreciarem um pouco mais sobre os ocorridos da Guerra.

5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CORONEL JOSÉ PEREIRA

A teoria das representações sociais tem como principal teórico o psicólogo social Serge Moscovici, que define as representações como “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 2012, p. 27).

Seus estudos surgem com a ideia de compreender e explicar a realidade social e tem como função a elaboração do comportamento e comunicação entre os indivíduos. As representações são construídas a partir das interações entre os sujeitos, sendo a comunicação facilitada a partir do conhecimento do cotidiano e das particularidades do grupo.

O autor propõe em seus estudos, que as representações podem ser analisadas como ciência, uma vez que o estímulo recebido pelo indivíduo no processo de vivência e convivência trará respostas sobre a maneira como percebemos o mundo. Diz ainda, que as representações sociais devem ser percebidas como um fenômeno e não como um conceito.

Essa teoria está ligada à produção de saberes sociais, e a tarefa de conceituação segundo Sá (1996) é tão difícil que alguns autores ao tratarem da temática, iniciam suas obras e precedem a definição como espécie de preparação indutiva do leitor. O autor diz que o próprio Moscovici “resistiu a apresentar uma definição precisa das representações sociais, por julgar que uma tentativa nesse sentido poderia acabar resultando na redução do seu alcance conceitual” (SÁ, 1996, p. 31). Alguns autores, porém, como a Minayo (1994), por sua vez, define o conceito de representação social como sendo:

Um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias do pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. (MINAYO, 1994, p. 89)

Ao nos debruçarmos na compreensão dos conceitos atribuídos às representações sociais nesse estudo, este, nos ajuda a compreender como os conflitos sociais e políticos marcados pela figura tratada nesta pesquisa, o coronel Zé Pereira, alcançou no processo de interação social o imaginário coletivo da sociedade. A autora afiança que as “Representações Sociais enquanto imagens construídas sobre o real são um material importante para a pesquisa no interior das Ciências Sociais” (MINAYO, 1994, p. 108).

Reis e Bellini (2011, p. 8) acreditam que as RS “se constituem num trabalho mental onde o sujeito tem como resultado a formação de uma imagem do objeto”, sendo estas um conjunto de explicações que surgem por meio das comunicações entre os indivíduos na vida cotidiana. Assim, o pensamento traz o que estava longe, para perto, tornando familiar o que era estranho.

As Representações Sociais podem se manifestar em palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam, devendo ser analisadas através da compreensão da estrutura e dos comportamentos sociais. Lessa e Santos (2019, p. 4) acrescentam que “uma representação é mais que uma imagem estática de um objeto na mente de um grupo”, podendo ser compreendida como unidade pelo que as pessoas pensam e do modo como fazem.

Nas Ciências Sociais, o estudo das Representações Sociais segundo Brasileiro, Azevedo e Freire (2014) aborda os atores sociais em movimento, suas ideias e concepções de mundo. E estas representações são aquilo que estes atores produzem e consomem nas suas práticas cotidianas, geradas mediante o processo de comunicação, e a partir das informações adquiridas no sentido que é atribuído a um dado objeto pelo sujeito nas práticas comuns, sendo que estas representações se baseiam nas expectativas e nas necessidades que os sujeitos desenvolvem a respeito de um objeto ou situação.

Como comentam Santos e Dias (2015, p. 12) “O conjunto de ações individuais e coletivas da representação, assim como sua postura que valoriza o senso comum como fonte de conhecimento científico, torna-se uma teoria necessária para compreender a realidade social”. Entre os membros de um grupo cria-se o objeto representado com significado e realidade. Como resultado da interação social, as pessoas expressam e confirmam suas crenças subjacentes.

As representações sociais são categorias do pensamento científico que expressam a realidade social, tendo a capacidade de explicar, compreender e questionar as relações sociais vigentes. Através das informações produzidas e nos apresentadas, é possível construir a imagem referente ao indivíduo no contexto social. Ela “situa os sujeitos de forma simbólica nas relações sociais e nas categorias decorrentes das características da sociedade” como comentam Braga e Campos (2013, p. 2).

Estando estabelecidas nos produtos que consumimos e nas comunicações que estabelecemos, a teoria das representações sociais são entidades quase tangíveis, tendo o objetivo de proporcionar um olhar diferenciado sobre o individual e o coletivo, segundo Martins e Cortêz (2019, p. 163) “O ato de representar ou se representar implica um exercício pelo qual o sujeito se reporta a um objeto real ou mítico”, sendo uma alternativa para

compreensão social, estando apresentada através de palavras, gestos e na reunião em nosso cotidiano.

O estudo desta teoria auxilia na compreensão dos fenômenos coletivos, compreendendo que o indivíduo tanto é agente de mudança na sociedade como um produto dessa sociedade. Jovchelovich (1994) acredita que as RS são formadas no convívio social entre as pessoas, seja quando se encontram para se falar, quando discutem o cotidiano, quando estão expostas às instituições e aos meios de comunicação ou através da herança histórico-cultural. A autora apresenta a noção de representação como sinônimo de cópia, espelho do mundo e acrescenta que:

A teoria das Representações Sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de sua identidade social [...] o domínio das operações simbólicas, o espaço das construções humanas sobre o real, onde a realidade enquanto campo contratual pode ser expandida, redefinida, e eventualmente transformada, exige que pensemos o caráter atribuído à relação entre o mundo material e mundo simbólico. (JOVCHELOVICH, 1994, p. 65)

A alteridade no contexto das representações sociais também é destacada em sua fala. Ao entender que é “um elemento constitutivo na gênese de desenvolvimento de vidas individuais, ela também pode iluminar alguns dos parâmetros normativos que definem a vida em comum” (JOVCHELOVICH, 1994, p. 70), contribuindo com aspectos constitutivos da esfera pública.

É na esfera pública, espaço comum a todos através da ação, que os sujeitos sociais agem na sociedade, desenvolvendo seus comportamento e saberes nos processos de comunicação, constituindo-se desse modo como objeto de estudo multidisciplinar e na compreensão das relações sociais. Entender as representações sociais como categorias de pensamento que expressam a realidade, traz ao sujeito a percepção retida na lembrança, ou do conteúdo do pensamento que é possível expressar a realidade, justificar ou explicá-la.

Marinho e Morigi (2017, p. 5), compreendem que “as pesquisas em representações sociais se estabelecem com um domínio em expansão devido à necessidade de informação sobre as vivências de um grupo social e sua relação com os conflitos que se apresentam”, o que nos faz compreender que em sociedade não estamos isolados num vazio social, e que estas relações são construídas frente a esse mundo de objetos, pessoas, ideias e acontecimentos.

A imagem que uma representação legítima sobre um fato ou um indivíduo pode “indicar algo significativo e cujo valor não é medido por sua materialidade, e sim por sua força simbólica” Chauí (2000, p. 9). A repetição insistente é um dos fatores que marcam e contribuem para a construção de uma imagem, seja esta de excelência ou não. Assim, haverá uma crença generalizada, vindo a legitimar a imagem do indivíduo ou do fato tratado.

A visibilidade de José Pereira parece-nos ter acontecido pelo fato de o mesmo ser um coronel com personalidade, influência, ambições e estereótipo de homem político e público. Compreender a estrutura social da época onde o coronelismo foi oficializado pela República Velha, faz-nos compreender a sua presença marcada e registrada na política paraibana.

Os fatores sociais que regem e agem na construção das representações sociais do coronel, apresentados pelo jornal *A União* e *Jornal do Commercio*, alinham-se aos acordes dissonantes da confusão e embate entre os dois jornais. A imagem é construída nos discursos e força persuasiva que apresentam os dois periódicos, e parece ganhar vigor com a repetição insistente do uso dos termos nos conteúdos informacionais.

Do ponto de vista simbólico, a convergência da pesquisa que gira em torno do objeto “notícia/informação” nos confirma que o campo da política é de interesse coletivo e é marcado em cada momento de sua formação histórica. Dessa forma, o que é noticiado pode trazer efeitos favoráveis ou não sobre a construção da imagem da personalidade central tratada no noticiário.

A política enquanto tema de rotina dos jornais nos permite analisar que o jornalismo contempla elementos de identificação social, como no lugar em que a fala construída, o contexto histórico, e o partido explícito ou velado ao qual o jornal se posiciona. As representações sociais construídas em seus discursos são apresentadas através da informação, e as análises podem ser feitas sob diversos vieses, inclusive em contextos acadêmicos e científicos.

Os periódicos tratados nesta pesquisa trouxeram cada um em suas matérias as representações do coronel José Pereira que estão alinhados às ideias por eles defendidas. No pensamento Chauiano (2000) as representações são marcadas por acontecimentos históricos e nas reproduções de falas marcados pela sociedade que são promovidas e autorizadas pela ação dos políticos.

A repetição insistente na fala legítima a imagem de algo ou alguém, seja ela de forma positiva ou não. Esta reprodução marca uma crença generalizada e força simbólica que situa o indivíduo no momento da formação histórica, como podemos perceber com o que aconteceu ao coronel José Pereira.

5.1 O jornal A União

A fonte histórica utilizada como aporte para pesquisa, *A União* é a Superintendência de Imprensa e Editora do Estado da Paraíba, é um dos principais veículos de comunicação, do Estado paraibano. Como se vê na figura 5, na edição de nº 1. O jornal foi fundado em 02 de fevereiro de 1893 e se define como um órgão da Administração de Regime Especial, com autonomia administrativa e financeira.

Figura 5 – Primeira Edição do Jornal *A União* de “02 de fevereiro de 1893”



Fonte: Site do jornal *A União* (2020)

A sede do periódico localizada em João Pessoa (PB) é responsável pela publicação do Diário Oficial da Paraíba, além de ser o periódico mais antigo em circulação no Estado. A primeira sede estava localizada no cento da cidade, em uma casa na rua Visconde de Pelotas, passando por outros endereços, até se fixar no atual, localizado no Distrito Industrial.

A longevidade do jornal alcança neste ano de 2020, cento e vinte e sete anos de existência, concedendo voz aos diversos acontecimentos do Estado e contribuindo para o caráter público da informação. Sobre a popularidade e engajamento do jornal, as autoras Maia e Flor (2018, p. 9), comentam “[...] Diferenciou-se dos outros jornais em circulação na época de sua fundação, pois extrapolava o noticiário; também era porta-voz dos atos do governo, publicando portarias, leis e decretos”. Sobre a transcendência do periódico, o autor acrescenta:

[...] Ele é composto de páginas de um passado histórico, tendo como função principal deixar a sociedade informada sobre os acontecimentos e fatos ocorridos, e de uma forma paralela ele guarda esses acontecimentos para as gerações futuras, gerando uma fonte inesgotável de informação [...] (SOUZA JÚNIOR, 2015, p. 19)

Esse periódico proporciona uma rica fonte de pesquisa, dissemina cultura e os valores da sociedade paraibana, atingindo as massas com esses recursos. Narrou e narra diversos fatos importantes dos acontecimentos locais, é uma organização representativa como órgão oficial do governo, constituindo-se uma importante fonte histórica para a sociedade. A narrativa política, por exemplo, é importante que sejam preservadas como fonte de informação para pesquisas e debates sociais.

A Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) possui versão online disponível em sua página na internet. O endereço possui *layout* agradável, intuitivo e de fácil manipulação. Nela, é possível consultar gratuitamente a publicação diária do jornal e as notícias são atualizadas constantemente. Na página, há oferta de serviços produzidos pela empresa e uma gama de possibilidades de uso do portal. A *União* Editora produz trabalhos com realização de impressos como livros, revistas, cartazes, folders, jornais e formatos de comunicação gráfica.

No site é possível fazer um percurso histórico sobre a trajetória secular deste periódico. Na página principal se encontra a primeira edição digital disponível para consulta e *download*. É possível ter acesso ao acervo de memórias fotográficas contendo uma galeria digital com fotografias que demonstram as instalações “loais do prédio”, “prédio do centro histórico do Distrito Industrial”, “pessoas que fizeram *A União*”, “eventos que marcaram nossa história”, entre outros.

Além das ofertas e serviços, também oferecidos na página inicial do site, no espaço “Catálogo e Produtos”, que oferta “reserva de anúncio”, “parque gráfico”, “editoração de livros”, “serviços gráficos”, “charges e ilustrações” e “assinatura do jornal” como oferta lucrativa de serviços pela empresa, neste mesmo espaço há também disponível uma aba para acesso gratuito, de consultas a jornais digitalizados em “Arquivos Digitais”.

Ao clicar no espaço “Arquivos Digitais”, o usuário é direcionado à página “Jornal A União”, onde encontrará disponíveis as versões digitais do jornal divididas por década. Ao clicar na sequência ano/mês/dia de interesse, o jornal é disponibilizado na íntegra para consulta. O jornal desde sua origem não circula nas segundas-feiras. Neste dia, portanto, não existirá jornal digital disponível. Para as outras versões diárias faltantes, responsáveis pela central de informação do periódico (via e-mail) informaram que a ausência da publicação se dá pela inexistência do jornal na instituição.

O jornal *A União*, apresenta função informacional, porém nasce¹² como instrumento de conciliação política de suas lideranças no golpe militar, tendo pretensão de harmonizar correntes que disputavam a concentração de riqueza e poder, tornando evidente a figura dos coronéis nos sertões do Estado. Sendo o órgão que concedia voz ao governo do Estado, comuns seriam os noticiários que destacassem os fatos políticos, a publicação do cotidiano e agenda dos governantes locais.

Final do século XIX, momento de surgimento do jornal, o Brasil vivia a Primeira República (1889-1930), dominada pela aristocracia cafeeira. Arruda e Piletti (2001) descrevem que mediante um acordo firmado entre os dois Estados, São Paulo maior produtor de café do país, e Minas Gerais, grande produtor de leite, os dois Estados se revezariam na Presidência da República do país, momento conhecido como República do café-com-leite.

Em 1929, segundo o acordo, na sucessão presidencial seria a vez de Minas Gerais ocupar a direção suprema do Brasil. Porém, o fluminense Washington Luís “quebra” o rodízio mantido há quase vinte anos, e lança o paulistano Júlio Prestes, governador de São Paulo, como seu candidato à presidência do Brasil, causando dissabores políticos em várias regiões do país. Com esse cenário, surgem as estratégias políticas, e em uma convenção realizada no Rio, foi aprovada a chapa formada com Getúlio Vargas candidato à presidência, e João Pessoa a vice-presidência, para as eleições de 1º de março de 1930. O acordo, porém, foi negado por João Pessoa e o episódio ficou conhecido como “O Nego”. Sua atitude é comunicada em um telegrama:

Reunido Diretório partido, sob minha presidência, depois consultados amigos maior representação política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura eminente dr. Júlio Prestes sucessão presidencial República. Peço

¹² O texto foi retirado da página oficial do jornal A União, onde Gonzaga Rodrigues tece palavras na tipografia “Surgimento da União”, em texto comemorativo aos 127 anos de existência do jornal, informações detalhadas e complementares podem ser encontradas no endereço: <https://auniao.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo>. Acesso em: 18 fev. 2020.

comunicar essa resolução líder maioria em resposta sua consulta sobre atitude da Paraíba. Saudações. (sic). (AGUIAR, 2000, p. 48)

Com o “Nego” de João Pessoa, o jornal chega a níveis recordes de tiragem, dada a efervescência do cenário histórico daquele momento. A bandeira do Estado paraibano, apresentada na “Figura 6” abaixo descrita, retrata e eterniza o momento histórico político trazendo em sua composição um terço da bandeira em cor preta, representando o luto vivido pelos paraibanos sobre a morte de João Pessoa, ocorrida no ano de 1930. Os dois terços restantes está composta em vermelho, representando a Aliança Liberal. Nesse espaço, está escrito “NEGO” em letras maiúsculas e cor branca, representando a negação de João Pessoa à candidatura, como pode ser abaixo observado.

Figura 6 - Bandeira do Estado da Paraíba



Fonte: Google Imagens (2020)

A narrativa política dada pela imprensa está relacionada ao interesse público e coletivo utilizados como fonte de informação pela sociedade. Nessa prática, o jornal *A União*, órgão ligado ao governo paraibano, na condição de artefato noticioso, é legitimado dos discursos políticos.

A afirmação do jornal como espaço legitimado para a divulgação de fatos tidos como relevantes colocou-o como um referente de mundo, assumindo alguma centralidade frente aos processos sociais junto aos quais busca

influir. O jornal não determina ou limita consequências, mas integra o processo político do princípio ao fim e a este se mantém ligado em seus desdobramentos. (BARRETO, 2006, p. 19)

O Estado da Paraíba, local de maior circulação do jornal, é a voz das elites políticas paraibanas. Esse veículo informacional orbita e alcança repercussão nos seus leitores, sendo a notícia um fenômeno social na vida cotidiana, sobretudo com informações acerca da política, tendo esta, espaço garantido no pódio da notícia. No ano de 1930, João Pessoa como líder político do Estado, era alvo das notícias na coluna política do jornal *A União*, bem como o coronel José Pereira, uma vez que era líder político e nutria fortes laços políticos com o governo do Estado. Os acirrados embates entre os dois governos era alvo do noticiário, dado o fato da visibilidade e interesse pela informação.

5.2 “A trabalho do Estado”: A União como fonte de informação cotidiana da Paraíba

“Conhecer¹³ a história de *A União* é conhecer a história do próprio povo paraibano”
(Ricardo Coutinho)

Atuante com serviços informacionais concedidos aos paraibanos há mais de um século, e o favorecimento que incorporou o jornal como órgão oficial do Estado, em sua primeira edição e publicação do periódico, já antes mencionado, é possível perceber a definição do próprio jornal quanto a sua funcionalidade, como se percebe no trecho que se segue:

É um órgão do partido republicano que se formou com os elementos conservadores da sociedade, para garantir a ordem publica, apoiar a administração, e fundar pelo sistema federativo o império da lei neste Estado.

Em um ano de laboriosa existência legitimou os títulos de sua origem; e ampliando seus meios externos de acção, sabe que progride, e mesmo ao longe a altivez de sua dignidade, nunca afrontada, e o cumprimento desassombrado dever o leva a pressentir seus triumphos. (sic). (Jornal *A União*, 1893, anno 1, Nº 1)

A narrativa política na imprensa paraibana foi favorecida por este jornal, uma vez que sua trajetória é construída em torno da ideia de se constituir como Órgão Oficial do Estado. Como fonte institucionalizada *A União* se distancia das fontes que geram informação,

¹³ Epígrafe retirada da página oficial do jornal *A União*, início da cessão “Uma viagem no tempo”, disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo>> Acesso: 17 de jun. de 2020, neste espaço é possível conhecer o percurso histórico do periódico, a frase é proferida por Ricardo Coutinho, político paraibano.

podendo em suas matérias trazer conteúdos convenientes ou políticos, proeminente com os acontecimentos.

Fundado o jornal com a pretensão de harmonizar as correntes que historicamente tinham a concentração de riqueza e poder, a imprensa possuía influência sendo uma tribuna onde se encontrava a fonte de informações e opiniões. O jornal na época constituía um importante instrumento de informação nesse momento de início do século, a materialidade do jornal em formato impresso contribuía para circulação da informação segundo os autores:

O “jornalismo impresso, pensando aquele que se imprime numa página e circula pela sociedade, aquele que se volta para a cobertura do cotidiano, o olhar principal encontra-se sobre os produtos jornalísticos noticiosos cujo foco está assentado na apresentação daquilo que acontece no mundo”. (TAVARES; BERGE, 2010, p. 1)

Sendo o jornal, um dos poucos instrumentos utilizados como fonte de informação na década de 1930, período que se situa esta pesquisa, cada performance informativa possuía a intenção de estabelecer, legitimar e determinar o fato noticioso apresentado. Nessa prática, o jornal utiliza recursos para particularizar determinados acontecimentos, ao noticiar os fatos, escolhendo seu lugar por entre as páginas, concede intencionalmente destaque, além de narrar os fatos de maneira orientada de como transferir, e de como ser recebida a notícia pelo leitor.

Sendo a notícia política um acontecimento de interesse do público, na condição de artefato noticioso, o periódico *A União*, passa a ser aceito e tido como verdade, já que a credibilidade é um dos elementos em que se ancora o leitor, quando quer se inteirar sobre um fato. Barreto (2002, p. 12) acrescenta que “Num processo de flexão o jornal empalma o fato relatado, de alguma maneira passa a integrá-lo e passa a ser, para o leitor, a virtual praça social onde este se deu. É a notícia como a equivalente a realidade”.

O enquadramento da informação cotidiana é construído face aos acordos, o controle, a censura e os possíveis silenciamentos da informação. A credibilidade da notícia alcançada por este jornal gerencia a informação cotidiana no Estado paraibano. A década de 30 marcou o entusiasmo do jornal, uma vez que relatou fatos não só da capital, mas também das cidades interioranas na efervescência que vivia a política deste período.

As estratégias de uso de textos objetivos e vocábulos mais próximos do uso comum aproximavam os leitores ainda mais do periódico, expressando sua posição em defesa do sistema instaurado para que uma notícia chegasse às páginas do jornal. Para isso, são levados em conta valores estabelecidos como: novidade, notoriedade, proximidade, relevância e importância.

Atuante também no campo gráfico, há que mencionar que *A União* desenvolve técnica de impressão de livros, revistas, jornais e impressos em geral. Foi um centro formador de artífices gráficos, onde foram produzidas edições de alto prestígio de autores como Machado de Assis, Olavo Bilac e Coelho Neto, atribuindo a esta gráfica, renome cultural. Além da formação de profissionais, a sociedade tinha acesso ao material produzido. Portanto, a função de *A União* não era apenas informativa, mas também social e cultural.

Em 2017, um fato motivou as comemorações de reconhecimento dado ao centenário do jornal, pois este foi registrado no projeto de Lei 1491/2017 de autoria do deputado João Bosco Carneiro Júnior, que reconhece o jornal *A União* como Patrimônio Cultural da Paraíba. De acordo com o texto do projeto, o jornal *A União* se configura como “guardião da história da Paraíba”, além de ao longo de sua trajetória ter testemunhado os acontecimentos mais importantes do Estado.

Hoje, diante das mudanças ocorridas no mundo globalizado, a modernidade também chegou ao entorno do citado jornal, a difusão da informação também recorreu aos recursos tecnológicos do jornal, que possui hoje versão em formato digital possibilitando e ampliando o acesso dos usuários. Assim, é possível através da rede de computadores conhecer e reviver a memória do Estado paraibano, através da plataforma do jornal *A União*.

Com a difusão das tecnologias da informação o acesso às informações se torna ilimitado, a leitura dos jornais pode ser feita simultaneamente por vários leitores, pesquisadores, usuários ou curiosos ao mesmo tempo, permitindo dessa forma também a conservação e preservação dos raros exemplares ainda existentes. Jornais a exemplo de *A União* e outros de grande expressão no país, já disponibilizam através da rede, a memória da instituição e memória brasileira por meio da descrição do acervo jornalístico.

5.3 Sentidos da informação: a construção da imagem do coronel “Zé Pereira” segundo o jornal *A União*

Ao analisar as edições do período aqui estudado, foi possível perceber que no ano de 1930 o jornal *A União* assim como nos dias atuais, circula de terça a domingo, não havendo, portanto, edições nas segundas-feiras, já que o local não possui expediente em final de semana. As raras edições existentes nas segundas, ocorriam apenas em casos excepcionais, a exemplo das eleições. O jornal era composto em sua maioria de oito páginas, as matérias e imagens não contêm assinatura nem dos repórteres nem dos fotógrafos. Em cada edição, no

canto superior esquerdo da capa principal, contém a identificação do diretor interino do periódico, identificado como Dr. Nelson Lustosa.

Uma estratégia utilizada pelo jornal era que as matérias referentes à “Guerra de Princesa” em sua maioria se iniciavam na capa do jornal, e ao final do texto, marcadas entre parênteses contendo a informação “(*continua na 8ª página*)”. O conteúdo aí iniciado finaliza na última página, o que nos leva a crer que o assunto era de interesse coletivo e que o recurso utilizado serviria possivelmente para prender a atenção do leitor.

Ao longo do mês de março até o mês de julho, as matérias sobre o fato, passam a ser diárias, as publicações se revezam entre a capa, a segunda página ou na última página do noticiário, apresentando em cada uma destas posições de acordo com o destaque da notícia e a importância do fato, o título das matérias sobre a Guerra se repetem, e facilitam a localização do conteúdo até mesmo para os leitores menos atentos, dando a impressão de que há uma intenção por parte do jornal que o fato vire notícia.

A primeira informação referente à cidade de Princesa aparece no dia 19/02/1930 na edição nº 41, representada abaixo na “Figura 7”, que tem como manchete “*O presidente João Pessoa (sic) em excursão pelo interior*”. O conteúdo da matéria informa que o presidente junto com sua comitiva pernoitaria na cidade de São João do Cariry e em seguida, deveria seguir para cidade de Princesa Isabel para cumprimento da agenda política. O domínio é marcado neste trecho com um discursivo de natureza política.

Na edição seguinte, nº 42 de vinte de fevereiro, momento de campanha eleitoral e negociações políticas, após a manchete apresentada na primeira página, o conteúdo em palavras realçadas destaca a receptividade dada ao político através dos domínios “*estrondosa manifestação e o banquete*” oferecido a João Pessoa pelo líder político de Princesa, José Pereira. A notícia revela o tom festivo e afetuoso do momento, a presença destes termos marca a presença de um domínio discursivo de natureza comemorativa.

Figura 7 – A União edição nº 42

O presidente João Pessoa em excursão pelo interior

A chegada de s. exc. e comitiva a Alagôa do Monteiro ✕ A estrondosa manifestação feita ao futuro vice-presidente da Republica em Princeza ✕ O banquete oferecido pelo deputado José Pereira ao chefe do governo ✕ A vibração popular nos dois grandes reductos aliancistas do nosso Estado ✕ A partida hoje para outras localidades

Alagôa do Monteiro, 19 — Sahimos de São João do Cariry às 6 horas, acompanhados de uma comissão composta dos principais elementos do partido situacionista ali. Essa comissão nos acompanhou até Pedra Branca, onde, na residência de um correligionário, foi servido café.

Dessa localidade rumamos com destino a Alagôa do Monteiro, aqui chegando de surpresa, pois o presidente João Pessoa era esperado à tarde.

O presidente e comitiva hospedaram-se em casa do prefeito Celso Cavalcanti. (A União).

Alagôa do Monteiro, 19 — O presidente João Pessoa tem sido visitadíssimo. S. exc. pretende proseguir viagem às 14 horas, com destino a Princeza, onde pernoitará. (A União).

Alagôa do Monteiro, 19 — O presidente João Pessoa recebeu a visita dos srs. coronel Francisco Candido e Silvanando Raphael, majores Marciano de Oliveira, José Bastião, Francisco Brindeiro, Ambrásio Brindeiro, Miguel Jansen, Cleora Manuel, Pedro Alcantara, tenente Manuel Marinho, delegado regional, Aprício Quaresma, academico de medicina e innumeros outros correligionarios.

A banda de musica de S. Thomé, em virtude da surpresa da chegada da comitiva presidencial, chegou mo-



Presidente João Pessoa

visitou as obras em construção da Cadeia Publica, prometendo novo auxilio além do já fornecido pelo governo do Estado.

Autorizou o proseguimento da construção do prédio do grupo escolar, desde que fosse modificado o alludido projecto, dando melhores proporções ao edificio.

Em seguida percorreu a matriz local em companhia do vigário da freguezia.

O chefe do governo foi após recebido no Conselho Municipal, que se achava completamente cheio de familias e correligionarios, sendo saudado pelo juiz dr. Carneiro da Cunha, que relembrou os principais pontos do programma politico e administrativo do presidente João Pessoa.

Palou também o sr. Djalir Faicão Brindeiro em nome da mocidade monteirense, dizendo que aquella manifestação era traduzida por um lado pela palavra de um antigo companheiro de estudos e por outro pela voz da mocidade impetuosa e sincera.

Em seguida o presidente João Pessoa agradeceu aquella manifestação que muito o commovia. (A União).

ALAGOA DO MONTEIRO, 19 — Depois da recepção no Conselho Municipal o presidente João Pessoa retornou à residência do cel. Sá Cavalcanti, sendo servido um "lunch".

Em seguida o chefe do governo e

(Continúa na 5ª pagina)

mentos após, tocando em frente à residência do cel. Celso Cavalcanti.

O almoço terminou às 14 horas. (A União).

Princeza, 19 — Acaba de chegar o presidente João Pessoa. (A União).

(Recebidos às 3 1/2)

ALAGOA DO MONTEIRO, 19 — Depois do jantar em casa do cel. Sá Cavalcanti o presidente João Pessoa

Fonte: Jornal A União

As excursões pelas cidades do interior paraibano referidas pelo jornal aconteceram no final da campanha, nas proximidades do dia da eleição. Em Princesa Isabel, o rompimento do laço político entre as duas lideranças causado por acordos não firmados entre as partes, culminou na falta de apoio do coronel ao governo de João Pessoa. O tom dos discursos do jornal a partir desse momento muda e o clima de tensão é marcado nas matérias jornalísticas.

O enquadramento constituído a partir dos conteúdos informacionais são elementos para a interpretação do discurso, formulado por sua vez, pelos produtores da informação. Para análise dos conteúdos das matérias, elaboramos o quadro abaixo, que foram extraídos os principais trechos e termos no decorrer dos acontecimentos, que eram diários e recorrentes. Dessa forma, foi possível visualizar os domínios utilizados na construção da imagem do coronel “Zé Pereira” segundo o jornal A União:

Quadro 2- Termos extraídos das matérias do jornal *A União* referentes ao coronel José Pereira na “Guerra de Princesa”

MESES	MANCHETES	TERMOS ENCONTRADOS NAS MATÉRIAS	DOMÍNIOS
fevereiro	“O presidente João Pessoa em excursão pelo interior”	Dia 19/02 “estrondosa manifestação e o banquete”	Festa Comemoração
março	“A traição e os traidores” “Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o sertão” “A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira”	Dia 04/03 “retardado mental e bronco” “primitivismo” e “trabuqueiro” Dia 08/03 “Perturbação da ordem” “chefe do cangaço de Princeza” Dia 11/03 “bandoleiros a mando de José Pereira” Dia 12/03 “Cangaceiros chefiados por José Pereira” Dia 14/03 “salteadores, assassino e ladrões”. Dia 18/03 “O combate aos cangaceiros capitaneados por José Pereira” “Lampiões de gravata” Dia 19/03 “Bandoleiros” e “facínoras” Dia 27/03 “Bandidos de Princesa”, “cangaceiros indisciplinados e capazes de tudo” “Jagunços” e “bandoleiros”	Cangaceiro Jagunços Bandoleiros
abril	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira”	Dia 01/04 “Criminosos chefiados por José Pereira” Dia 03/04 “Bandoleiros de Princesa” “criminosos” Dia 05/04 “Instinto criminoso de José Pereira” “O cangaceiro José Pereira” Dia 06/04 “O miserável traidor José Pereira” Dia 09/04 “O movimento criminoso de cangaceiros de Princesa” Dia 16/04 “O bandoleiro José Pereira”	Cangaceiro Crime

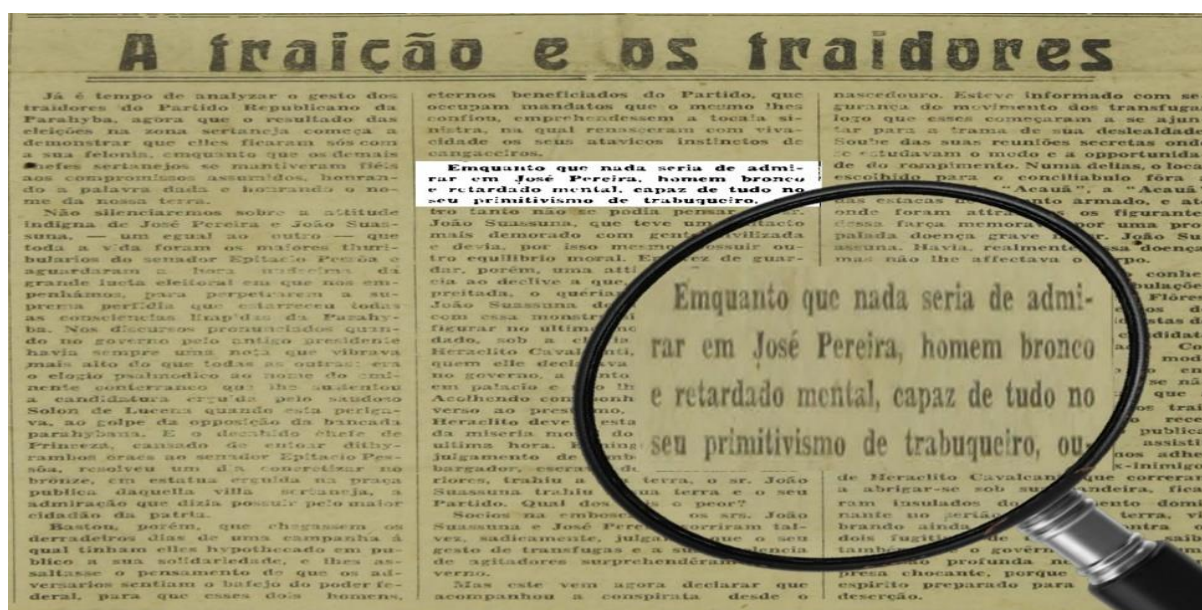
maio	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira”	Dia 01/05 “Os capangas de José Pereira” Dia 07/05 “Trabuqueiro” Dia 08/05 “O truculento cabeça dos assassinos e ladrões de Princesa ou é um imbecil ou um desmemoriado” Dia 13/05 “cangaceirismo covarde” Dia 22/05 “Os recrutados por José Pereira eram: assassinos, ladrões e salteadores” Dia 25/05 “Miseráveis comparsas de José Pereira”	Cangaceiro Assassino
junho	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira”	Dia 04/06 “O bandido José Pereira” “O bandido de Princesa” Dia 21/06 “Instinto ladravaz de José Pereira”	Cangaceiro Bandido Ladrão
julho	“A campanha contra os bandidos de Princesa”	Dia 03/07 “José Pereira cumpre seu programa se assassinatos e saques hediondos” Dia 15/07 “Os cangaceiros aliciados para os crimes mais revoltantes pela perversidade de José Pereira” Dia 19/07 “Fascinora” Dia 26/07 “Acusa o coronel de reproduzir e utilizar notas falsas”	Cangaceiro Assassinato Crime Financeiro
agosto	“Ocupação militar de Princesa”	Dia 19/08 “Depoimento de um professor sobre a tomada de Princesa pelas forças federais” Dia 31/08 “presidente Alvaro de Carvalho deverá nomear autoridades que devem ocupar Princesa”	Relatos Político

Fonte: Elaborado pela autora

Com a leitura e a extração dos termos foi possível visualizar o que foi escrito sobre José Pereira. Ao nos aproximarmos da abordagem da análise de domínio de acordo com Pinheiro, Café e Silva (2018) por meio do estudo interpretativo do que foi escrito, é possível observar a definição ideal do assunto. Assim, o pesquisador entrelaça as noções do que foi dito de forma sistemática até chegar a conclusão do conteúdo desses domínios.

No mês de março, com o resultado da eleição e a confirmação da ausência dos votos para João Pessoa contabilizados na cidade de Princesa, causada pela falta do apoio do coronel, a reação é imediata por parte do jornal, que pode ser percebido na capa da edição nº 51 do dia quatro, apresentada na “Figura 8”. A matéria tem como título “A traição e os traidores”. O uso dos termos traz o entendimento da falta de fidelidade¹⁴, ou perda de lealdade que resulta em uma ação traiçoeira.

Figura 8 – A União edição nº 51



Fonte: Jornal A União

No conteúdo da extração do jornal acima destacado, a palavra “bronco” associa José Pereira a um homem rude, grosseiro e ignorante; já “retardado mental” indica o comprometimento de sua qualidade cognitiva e emocional; “primitivismo”, por sua vez, associa seu comportamento ao de povos primitivos. Por fim, “trabaqueiro” como sendo um assaltante de mãos armadas.

É possível perceber que os conteúdos informacionais oferecidos pelo jornal A União, os quais representam e estruturam a construção da figura do coronel José Pereira, estão presentes em alguns termos sugeridos pelo jornal. Porém, os domínios que predominam entre os termos são “cangaceiro” e “cangaceirismo”. A existência insistente destes marca a presença do domínio discursivo que relaciona sua figura diretamente ao crime.

¹⁴ Para compreensão do significado dos termos extraídos nos jornais, foi utilizada a pesquisa através do Dicionário Online de Português, que pode ser consultado através do link: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>.

A dimensão epistemológica estudada por Hjørland e Hartel (2003) nos ajuda a compreender as concepções de uso do recorrente do domínio, uma vez que os autores entendem que o estudo interpretativo do assunto está relacionado ao interesse da comunidade por este conteúdo.

Nos títulos das matérias que se repetiram alguns dias nos jornais de março: “*Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o sertão*”, a palavra ‘cangaceiros’ é uma alusão à figura do coronel relacionando-o ao movimento do cangaço, que na época tinha como uma das principais lideranças o cangaceiro Lampião, conhecido como “o rei do cangaço”, principal figura que encabeçava na região de Princesa esse grupo armado.

O movimento do cangaço ocorreu nesse período e foi mais comum no Nordeste brasileiro. O termo cangaceiro é definido por Facó (1976, p. 29) como aqueles que “lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas”. Os membros do cangaço vagavam por várias cidades, eram comumente associados ao banditismo e acusados de cometerem atos de violência, assassinatos e crimes.

Numa visita a Juazeiro do Norte (CE), Lampião foi entrevistado pelo médico Dr. Octacílio Macêdo. Perguntado sobre seus ‘coiteiros’, ele responde: “de todos meus protetores, só um traiu-me miseravelmente. Foi o coronel José Pereira de Lima, chefe político de Princesa. É um homem perverso, falso e desonesto” (MACÊDO, [193-], p. 9), de acordo com o trecho da fala do próprio Lampião, é possível perceber a desarmonia e a falta de fraternidade existente entre o cangaceiro e o coronel José Pereira.

O jornal procurou construir uma imagem negativa do coronel associando-o ao banditismo e à subversão. Uma das maneiras utilizadas pelo jornal para caracterizar José Pereira esteve no modo como o cenário foi organizado: o título dado às matérias que centralizam a imagem do coronel pelas forças utilizadas no cangaço, o uso de termos depreciativos e a escolha das páginas onde estariam posicionadas as notícias.

Carvalho e Arruda (2008) comentam que a forma de construção da representação relacionada ao indivíduo é formada por imagens, palavras, ações e expressões decorrentes das interações humanas, daquilo que é feito ao longo do tempo. Desta maneira, o registro das matérias feitas pelo jornal *A União* com a credibilidade que pode alcançar por ser um órgão oficial do Estado paraibano, pode possibilitar ao leitor construir a imagem do coronel de acordo com o que está sendo mostrado pela notícia registrada.

A narrativa midiática empreendida pelo jornal *A União* sobre o coronel, utilizou estratégias discursivas que sugerem a desqualificação da figura do coronel e legitimação das manifestações favoráveis a João Pessoa. Os autores Kreniski e Aguiar acreditam que o jornal

é “um instrumento de manipulação e intervenção na vida da sociedade” (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 5). Essa partidarização de “A União” na cobertura dos acontecimentos sugere o uso desse meio de comunicação para atender aos interesses da classe política e da sociedade paraibana.

Foi possível observar que a narrativa política era selecionada e direcionada dentro das páginas de forma estratégica. Por outro lado, observou-se que os anúncios relacionados a João Pessoa, personagem midiático, em torno do qual se construiu um modelo político de mudanças, antagonista às lideranças políticas governamentais anteriores, tinha espaço garantido nas matérias de capa. As estratégias narrativas, as composições das fórmulas simbólicas na defesa do político eram evidentes no conteúdo.

A forma como os elementos foram postos contribuiu para a representação da imagem de José Pereira perante a sociedade. Zanatta e Costa (2014) nos lembram que as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações humanas, intervêm na definição das identidades pessoais e sociais e contribuem para a expressão dos grupos.

Entre fevereiro e início de março, meses que configuraram momento de final de campanha e eleição, os laços afetuosos são mantidos e é possível perceber o clima amistoso entre as partes a partir do discurso empreendido pelo jornal. Na matéria, o destaque é marcado nesse momento pela receptividade dada pelo coronel à presença de João Pessoa na cidade de Princesa Isabel.

Com o resultado do pleito, podemos perceber que o jornal *A União* muda seu discurso e adota uma posição de repulsa ao posicionamento contrário de José Pereira. Na matéria do dia 07/03/1930 antes citada, intitulada de “*A traição e os traidores*”, no conteúdo, a utilização dos termos “*cangaceiro*” e “*louco*” estigmatiza a figura do coronel, colocando-o em uma posição onde a sociedade pode compreender seu comportamento de forma negativa. Ao atribuir características depreciativas, na perspectiva normativa, social o coronel está posto fora desta norma, pois o jornal o coloca numa ‘curva’ em que a sociedade pode rejeitá-lo.

Por meio desta exposição, é possível perceber que *A União* apresentou ao leitor a pessoa de José Pereira como um indivíduo perigoso, como se pode perceber no uso dos termos “*O cangaceiro José Pereira*” que traz ideia de um bandido; “*Instinto criminoso de José Pereira*”, relaciona suas atitudes como imbuídas de um impulso natural; “*facínora*” considerado como aquele que comete crime de forma perversa e cruel e “*O bandoleiro*” como sendo o assaltante de estradas. As palavras depreciativas parecem ter o intuito de

desconstruir as qualidades do coronel, que se justificam no detrimento da opção do coronel em escolher a maneira de conduzir suas ações e não apoiar o governo de João Pessoa.

Ao analisar a informação configurada no trecho da notícia, torna-se perceptível a intenção do jornal em macular a imagem do coronel, *A União* foi atuando de maneira a criar um ambiente de hostilidade entre seus leitores e o coronel princesense. Ao extrair do noticiário termos das matérias de 27/03/1930 e 22/05/1930 respectivamente, temos “*Cangaceiros indisciplinados e capazes de tudo*”, “*Os recrutados por José Pereira eram: assassinos, ladrões e salteadores*” e “*ameaçava com armas nas mãos a tudo e a todos*”.

A análise constatou também com a extração destes termos, dotados de uma carga semântica e simbólica que, de acordo com o jornal, não apenas o coronel, mas também os homens que compunham sua tropa seguiam seus princípios, possuíam comportamentos extremos e o ambiente da cidade de Princesa Isabel estava tomado pelo terrorismo.

Foi possível perceber na análise que em nenhuma das matérias do jornal, foi utilizado o termo “coronel” para se referir a José Pereira, uma vez que, como lembra Caminha (1981, p. 8) dentre as principais propostas do governo de João Pessoa estava “o sistemático desprestígio aos coronéis”. O uso do termo confere ao coronel poder político e liderança administrativa como chefe local.

O confronto foi marcado e noticiado pelo jornal desde o rompimento até o final da Guerra no mês de julho. Durante o mês de agosto, percebe-se um silenciamento das informações referentes ao coronel e à “Guerra de Princesa”. Durante este mês, poucas informações marcaram a presença de Princesa nas notícias, a exemplo dos dias 05 e 19/08/1930 que trazem o relato da tomada de controle da cidade pelas forças federais.

Esse fato se explica pelos acontecimentos que marcaram a morte de João Pessoa no dia 26 de julho. A partir desse momento, o foco das notícias mudou e as informações ganham cobertura diária no jornal. Edições a exemplo do nº 178 de 02 de agosto são dedicadas exclusivamente à cobertura dos fatos que levaram à morte do político.

As matérias se dedicam a falar sobre a morte e marcam as edições deste mês, falam sobre a trajetória e vida de João Pessoa, de sua ida a Recife na véspera da tragédia que culminou em sua morte. Descreve ainda como ocorreu o assassinato, o cortejo fúnebre, a despedida dos paraibanos, as homenagens que lhes foram prestadas, o traslado do corpo para o sepultamento no Rio de Janeiro, a comoção que foi tomada não só pelo Estado paraibano, mas por todo o país, sobre a missa de sétimo dia, a missa de trigésimo dia, entre outras informações.

A última notícia registrada sobre a cidade de Princesa Isabel aparece na última página do jornal do dia 31/08/1930 em uma pequena nota, escrita na íntegra, que informa: “O presidente Alvaro de Carvalho deverá nomear, na próxima semana, as autoridades que devem ocupar Princeza (sic). Este município será entregue ao governo (sic) do Estado por estes dias. A pequena notícia parece marcar o fim das notícias referentes “Guerra de Princesa”, e aponta o controle federal sobre este município.

6 O JORNAL DO COMMERCIO

Fundado em 03 de abril de 1919 por F. Pessoa de Queiroz, o veículo de comunicação *Jornal do Commercio* tem sede localizada na cidade do Recife (PE). A relevância do periódico para o Estado pernambucano é destacada, ainda nos dias atuais, na fala dos autores Rocha; Cardoso (2018, p. 5), “é o veículo de maior vendagem em Pernambuco e um dos 50 maiores em circulação paga no Brasil”.

O jornal nasce engajado num ideal de campanha política do paraibano Eptácio Pessoa que concorria à presidência da república, e sai vitorioso como o primeiro presidente civil eleito com voto direto (1919-1922). O alinhamento do periódico à campanha política é comentado por Barros (2009, p. 60) “o primeiro jornal que foi para as ruas trouxe uma única foto: Eptácio Pessoa junto ao seu programa de governo”.

Em 1927 o JC iria encerrar devido a prejuízos financeiros, mas F. Pessoa compra o empreendimento, anos à frente, e na Revolução de 30, o periódico se mantém fiel ao Governo Federal e incomoda os liberais. Nesse momento, Eptácio Pessoa já não contava mais com o apoio do jornal e dos irmãos ‘Pessoa de Queiroz’, devido à posição assumida contra as diretrizes adotadas pelo Governo Federal.

Com indicação do tio Eptácio, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, seu sucessor, vence a campanha em 1928 e passa a governar o Estado da Paraíba. Apesar de primo dos ‘Pessoa de Queiroz’, o discurso adotado pelo jornal é contrário à forma de administrar do político, já que no seu plano de governo estavam ideias consideradas inovadoras para época, como desarmamento para combater o cangaço, política de desprestígio aos chefes locais e reforma tributária. Esta última por sua vez, reflete diretamente nos ‘Pessoa de Queiroz’ já que eram empresários e mantinham fortes laços comerciais, dada a proximidade, com as cidades interioranas da Paraíba. A influência e a importância econômica da empresa são lembradas por Inojosa (1980, p. 27) “Um jornal matutino de incontestável influência por todo Nordeste e o prestígio da poderosa J. Pessoa de Queiroz & Cia., que dominava economicamente, como um polvo, do sertão ao litoral paraibano”.

O aumento dos impostos proposto por João Pessoa, a citar, o imposto de trânsito sobre os veículos de rodagem, e o de estatística ou incorporação, que se refere à importação, privativo de *A União*, dificultava a comercialização entre os Estados e as cidades do interior, que, para adquirirem os produtos precisavam vir ao porto de Cabedelo-PB, próximo à capital. O objetivo do imposto de importação é comentado por Inojosa (1980):

Na verdade o novo imposto apresentava esta faceta discriminatória: razoável para as mercadorias que desembarcassem pelo Porto de Cabedelo: sensivelmente aumentando para as que penetrassem o Estado pelas fronteiras terrestres, com a criação das respectivas porteiras fiscalizadoras. Inojosa (1980, p. 29)

A implantação dos impostos rende ao presidente paraibano os apelidos de “*João Porteira*” e “*João Cancela*” e causa protestos entre os comerciantes. O tributo feria frontalmente os interesses dos J. Pessoa de Queiroz & Cia. A “Guerra Tributária” como ficou conhecida, é noticiada e contestada pelo JC e gera embates com o noticiário *A União*, periódico paraibano.

No período da Revolução de 30, o jornal enfrenta uma grande crise, a sede da empresa é depredada e incendiada, tirando o jornal de circulação durante quatro anos. Nesse período, F. Pessoa de Queiroz passa a viver exilado em Paris voltando ao Brasil em outubro de 1932.

Com ajuda financeira da elite da Colônia Portuguesa, o jornal se reestabelece, tornando-se uma Sociedade Anônima, voltando a circular em 30 de setembro de 1934. O endereço para reinstalação foi o mesmo da antiga sede, localizado à Rua 15 de Novembro, hoje Rua Imperador Pedro II, centro de Recife. A empresa vive um momento de ascensão, aumenta seu patrimônio, adquire sete novas concessões de rádio e investe em outras mídias.

Segundo Barros (2009), com o apoio do presidente Eurico Gaspar Dutra, F. Pessoa de Queiroz conseguiu concessões para instalar estações de rádio, em 1951, nas cidades pernambucanas de Garanhuns, Caruaru, Pesqueira, Palmares, Arcoverde, Triunfo e Limoeiro. F. Pessoa de Queiroz recebia apoio, em sua maioria, das lideranças políticas destes municípios para instalação das rádios.

Na década de 1960, é instalada a construção da TV Jornal no Recife, inaugurada em 18 de junho deste ano. Esta foi a primeira emissora da empresa *Jornal do Commercio*. O terreno para construção foi doado a F. Pessoa de Queiroz, uma permuta que em troca divulgaria as matérias da prefeitura na TV durante um ano. Com a participação mais ativa na política e distanciamento da empresa, em 1971, seu filho o engenheiro Paulo Pessoa de Queiroz ficou com a responsabilidade da gestão financeira da empresa. Participando de forma mais ativa, assume os negócios “com uma frágil experiência em administração” Barros (2009, p. 71).

Ele assume a gestão em um momento desafiador do início de uma nova crise financeira, marcada pela presença de mais despesas do que receita. Neste período também, o empresário Roberto Marinho em 22 de abril de 1972 inaugura a TV Globo em Olinda-PE, uma concorrente da Empresa *Jornal do Commercio*, impactando ainda mais na falta de

rendimentos da empresa. A crise se agrava, e em 1974, por decisão Judicial, a empresa tem seus bens penhorados, fato incomum para esse tipo de seguimento, o que ganhou grande repercussão na imprensa de todo país.

Nesse momento, salários de funcionários foram atrasados, programação de filmes suspensa por falta de pagamento, baixa na audiência, equipamentos desativados, entre outros. Durante essa intervenção judicial, em 1975, o governador Moura Cavalcanti foi incumbido de procurar quem assumisse a empresa. Formou-se então um grupo de novos acionistas, entre eles, empresários e políticos. Assim, o jornal volta a circular e os veículos retomaram suas atividades.

Não conseguindo pagar suas contas, em 1982, a Justiça Federal passa a administração da empresa para o interventor Albany Castro. Durante sua trajetória, empresa sempre manteve relação política com os poderes locais, como se percebe neste trecho:

A sobrevivência do grupo de mídia, em todo momento, esteve ligada aos poderes políticos locais. Outro exemplo dessa relação com a política foi a participação do então deputado federal Fernando Lyra na articulação da venda da empresa a um grupo de industriais do Rio Grande do Norte. (BARROS, 2009, p. 77).

Em 1985, com a deflagração de uma greve, os políticos locais articulam a venda do empreendimento a novos acionistas. A gestão com estes novos empreendedores foi conflituosa. Apesar disso, recebeu apoio da Caixa Econômica Federal, que concedeu empréstimos os quais não foram suficientes para solucionar a crise, que já promovia greves entre os trabalhadores da empresa.

Frente a um quadro de grande número de demissões e um possível monopólio da comunicação, já que em 1987, só existiam dois jornais diários: *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*, os políticos se articularam no sentido de encontrar saída para solucionar a permanência do *Jornal do Commercio*.

Em 1987, a empresa é reerguida e passa por profundas reformulações, sejam administrativas, tecnológicas e/ou estruturais. Os investimentos necessitavam de altos custos para reestruturação, consolidação da redação, ajustes na informatização e na impressão. O investimento veio através da compra do empreendimento pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, na época proprietário do Grupo Bompreço, uma rede de supermercado, que ao adquirir o empreendimento estabelece relações políticas, econômicas, sociais e culturais com a sociedade pernambucana.

Por intermédio dos processos de modernização, em 1994, o jornal passa a ser disponibilizado pela internet no portal JC online, passando a comercializar mais à frente anúncios online. Investimentos ocorreram também na ampliação e modernização do parque gráfico da empresa, foram implantadas e inauguradas novas rádios por várias cidades do interior, ampliando o mercado de trabalho e proporcionando visibilidade à empresa e às cidades que receberam as instalações, uma estratégia de interiorização do Sistema *Jornal do Commercio*. O sucesso nas estratégias de reerguimento da empresa por Paes Mendonça é percebido neste trecho:

O sistema *Jornal do Commercio*, a partir da gestão de Paes Mendonça, se enquadra nas lógicas das indústrias culturais, compreendendo-o como uma organização industrial e comercial que produz bens simbólicos (a informação e o entretenimento), como atividade final. (BARROS, 2009, p. 108).

Seguindo sua trajetória, em 03 de abril de 2019, o jornal celebrou cem anos de circulação, superando obstáculos, crises e censuras. Possui assinantes e anunciantes que são essenciais para manter a permanência do jornal em circulação. Tendo a responsabilidade de manter a notícia que acontece a partir da coleta, escrita e avaliação do conteúdo a ser publicado, o percurso historiográfico de formação e atuação do *Jornal do Commercio*, como veículo jornalístico informativo pernambucano é marcado pela resistência e representatividade que o jornal simboliza no Estado de Pernambuco.

6.1 A voz opositora do *Jornal do Commercio*

O *Jornal do Commercio*, que nasce do engajamento político, tem a finalidade de apoiar a campanha de Epitácio Pessoa à presidência. O mesmo sai vitorioso, porém com desalinhamento posterior entre os diretores do jornal e o político. Após a posse administrativa de seu governo, os laços não mais se mantiveram, e o reflexo desses desentendimentos respingou também na gestão de governo de seu sobrinho, João Pessoa, presidente da Paraíba à época. O JC se posicionou como periódico de oposição, cuja imprensa cedeu forças, concedendo voz ao coronel princesense “Zé Pereira”.

As estratégias discursivas empreendidas pelo periódico nas matérias relacionadas à figura do coronel e a de João Pessoa eram evidenciadas estabelecendo os conflitos da narrativa em torno dos dois personagens. A paisagem política centralizada nas duas figuras fica evidente na posição de um jornalismo adversário, que se manifesta concretamente nas

notícias contadas pelo jornal, aparentemente isentas, já que são contadas com técnica jornalística.

O jornalismo adversário segundo Guazina (2011, p. 19) “se caracteriza por ter como finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental da cena pública. Tal cobertura baseia-se na oposição entre os campos jornalísticos e político”, sendo os jornais, instituições políticas de relevância para a sociedade, uma vez que, não haja monopólio da informação e que ela se manifeste concretamente nas notícias e nas narrativas.

Os dois jornais tratados nesse estudo se posicionam como adversários, uma vez que se apropriam em seus discursos dos dois atores políticos de oposição, coronel José Pereira e João Pessoa, discorrendo nas matérias embates que privilegiam a intriga política entre as duas figuras. O entendimento de oposição em política é descrito por Pedroso (1990, p. 153, grifo da autora) como “o conceito de oposição é entendido como **opção** política que o veículo faz diante de seus leitores, ultrapassando o simples registro do cotidiano [...]”.

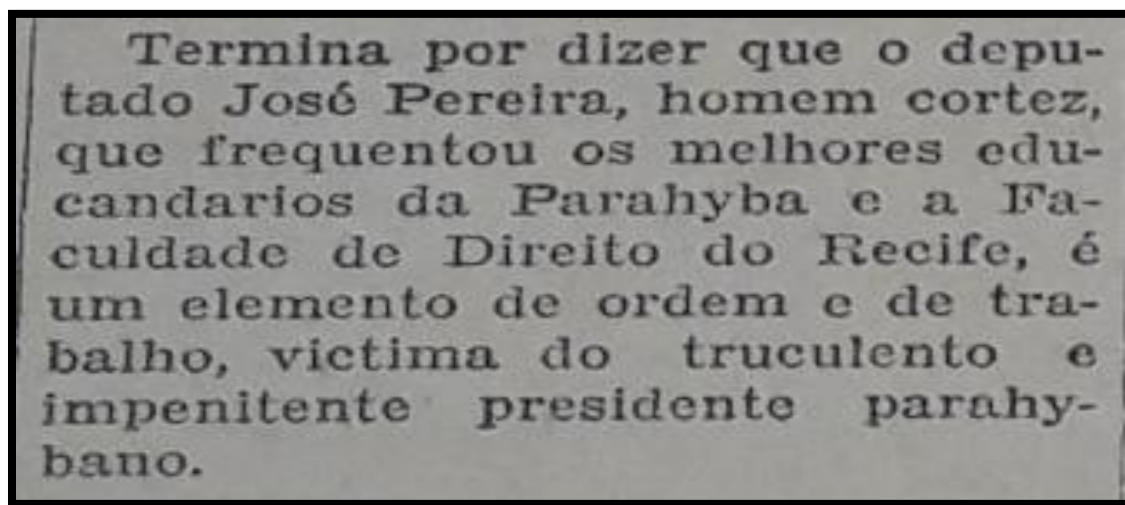
O *Jornal do Commercio* apresenta marcas discursivas e estratégias enunciativas que descrevem como se dá o enquadramento da notícia da cobertura política do jornal. Sobre esse tipo de discurso, Parzianello et al. (2018), comentam que:

Os jornais usam estratégias discursivas para a construção de sentido apaziguador, pretendendo um estado de normalidade forjado pela repetição de quadros, em um terreno nada ajustado, mas pelo contrário, absolutamente tenso que é o terreno da política. (PARZIANELLO, PARZIANELLO, CAMPO, 2018, p. 120)

Aos autores acreditam que a editoria de política e seu espaço de publicação nas matérias com essência informativa ganha espaço como interesse para a comunidade, uma vez que o jornalismo atua como mediador dos interesses na arena do campo político, sendo este um espaço para a formação da opinião pública e para a divulgação das ações dos governantes e administradores.

No jornalismo de oposição a produção de informação difere do modelo convencional de matérias jornalísticas. Nos conteúdos, os elementos alternativos o definem como de oposição ao adotar um modelo politizador de comunicação. Nesse trecho da matéria apresentado pela “Figura 9”, é possível perceber o posicionamento favorável do *Jornal do Commercio* em apoio à liderança política do coronel José Pereira, tanto a suas qualificações pessoais quanto à oposição ao presidente paraibano.

Figura 9 – *Jornal do Commercio* dia 07 de junho de 1930



Fonte: *Jornal do Commercio*

O campo jornalístico deste jornal ao se relacionar com o campo político parece ser um lugar de construção de consenso e articulação de interesses, já que laços comerciais com donos do jornal JC eram mantidos com o coronel princesense. O conteúdo das matérias encontrado no jornal é um ambiente de enfrentamento ao governo paraibano, pois ao defender o coronel, defende também o jornal e seus projetos empresariais de forma partidária.

Ao relacionar o jornal à ideia de “campo” defendida por Pierre Bourdieu, entendemos que essa concepção está ligada à pluralidade dos aspectos que constituem a realidade do mundo social, pluralidade esta que se estende ao mundo e à lógica, é o lugar onde se constrói o sentido comum, é o espaço de práticas específicas dotado de história própria. Nesse extrato Bourdieu (2012) comenta:

Todas as chamadas a ordem inscrita na ordem das coisas, todas as injunções silenciosas ou as surdas ameaças inerentes à marcha normal do mundo especificam-se, evidentemente, segundo os campos, sendo considerado o local onde se define um universo de problemas, de marcas intelectuais e referências. (BOURDIEU, 2012, p. 78)

O campo por sua vez é estruturado pelas relações objetivas entre instituições e agentes. Sendo as lutas, posições, concorrências e interesses que o caracterizam e que faz parte do espaço social, o campo é marcado pelas lutas concorrenciais entre os agentes que lutam por interesses específicos.

Parafraseando, Bourdieu Lima (2010, p. 2) acrescenta “o que configura o campo são as posições, as lutas concorrencias e os interesses”. Estas lutas podem ocorrer tanto dentro

como fora dos campos, sejam elas travadas nas mais variadas áreas. No campo da arte, ocorre quando se procura a legitimidade dos produtos artísticos pelas partes envolvidas, ou ainda no campo das ciências, no intuito de legitimar a autoridade científica. Quando se fala de divisão de campos antagônicos, no caso dos dois jornais abordados nesta pesquisa, o que se evidencia é a relação de poder.

O campo é sistematizado a partir das relações de poder, é uma oposição de forças distribuídas entre posições dominantes e dominadas. Nessas relações, há o imbricamento dos agentes e instituições além dos capitais simbólico, econômico e cultural. O campo do poder é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou entre agentes que possuem diferentes tipos de capital, podendo a partir destes, dominar o campo. A depender da posição ocupada pelo agente no campo e de posse dos capitais, os agentes usam de estratégias para confrontar ou usar forças de conservação para subverterem, controlarem ou estruturarem seus seguidores e discípulos.

6.2 Sentidos da informação: a construção da imagem do coronel “Zé Pereira” segundo o *Jornal do Commercio*

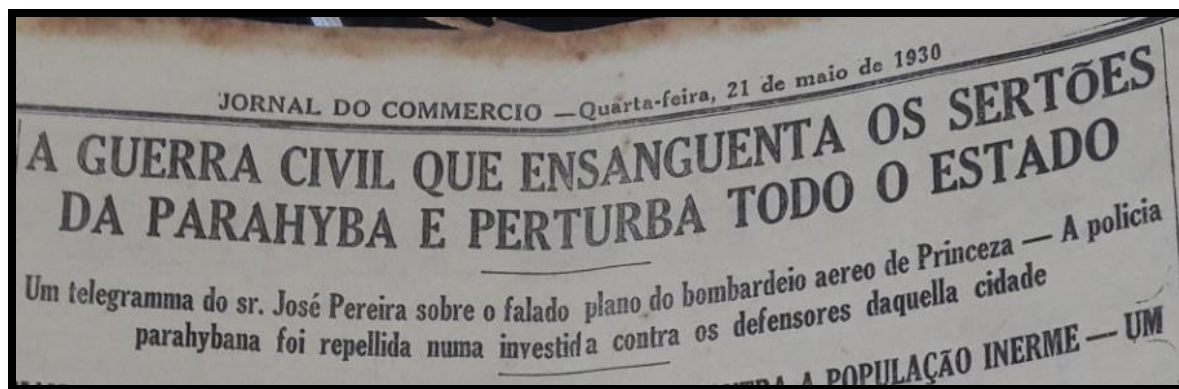
A coluna do *Jornal do Commercio* dispunha de um vínculo diário de informações sobre os acontecimentos políticos da Paraíba. Ao longo do ano de 1930, foi possível perceber que as publicações ocorriam de domingo a domingo contendo aproximadamente doze páginas cada publicação. As matérias sobre a “Guerra de Princesa” não contêm assinatura ou identificação do autor que as produziu. Na capa das edições, há a apresentação do periódico como sendo um “*Órgão independente e noticioso*” e como responsável, o “*Director: F. Pessoa de Queiroz*”.

Os conteúdos sobre a “Guerra” estão localizados em sua maioria na quarta página do jornal e são de fácil identificação. E, como nos lembra Francisco (2018, p. 265), “a redação do texto jornalístico segue um conjunto de diretrizes capaz de adotar o relato informativo de uma estrutura específica e facilmente reconhecível”. Os recursos utilizados na chamada da matéria conduzem o leitor de forma rápida ao acesso sobre estas informações.

As matérias estão intituladas de forma contínua como “*A guerra civil que ensanguenta os sertões da Parahyba e perturba todo o Estado*”, como pode ser observado na “Figura 10”, o título só veio a mudar no mês de agosto após a morte de João Pessoa, alternando entre a “*A tragédia, ocorrida na confeitaria “A Gloria”*” e “*Agitação politica na capital e no interior*”.

da Parahyba”, “Os últimos acontecimentos políticos ocorridos na Parahyba” e “Em torno dos últimos acontecimentos que conduzem a Parahyba à completa pacificação”.

Figura 10 – Jornal do Commercio dia 21 de maio de 1930



Fonte: Jornal do Commercio

Ao fracionarmos os domínios predominantes no título principal da matéria: “guerra” que compreende um conflito hostil ou luta armada, “ensanguenta” que significa manchar de sangue ou macular e “perturba” transtorno ou alteração, é possível perceber que o cenário atribuído ao Estado paraibano, é de que os embates travados entre o coronel José Pereira e João Pessoa, segundo o jornal, parecem estar permeados por tensão.

O uso da repetição do título parece ser um recurso para além de facilitar a localização da matéria. O destaque dado pelo JC parece haver intenção de que o fato vire notícia e chame a atenção do leitor. Oliveira (2010, p. 17) comenta que “para que uma notícia chegue às páginas dos jornais são levados em conta valores estabelecidos como: novidade, notoriedade, proximidade, relevância e importância”.

A cobertura insistente dos fatos nos leva a crer que a abordagem deste assunto era de interesse para a sociedade, não apenas a paraibana, estado onde ocorriam os fatos, mas também para o Pernambuco, que possuía fortes relações com a Paraíba.

O JC em seu enquadramento informacional se posicionou de forma partidária em favor do coronel José Pereira, adotando um discurso elogioso e exaltador. O que podemos perceber com a análise, é que o jornal procurou construir uma imagem positiva do coronel, as estratégias narrativas e a composição das fórmulas simbólicas na defesa de sua pessoa são evidentes.

Muitas das notícias narram os insucessos das investidas de João Pessoa em querer atacar a cidade de Princesa Isabel. Em contrapartida, mostra o sucesso da tropa do coronel em defender “seu território”. Para um melhor entendimento, os principais termos relacionados ao

coronel foram extraídos do jornal, e laborado um quadro para visualizar os domínios utilizados na construção da imagem do coronel “Zé Pereira”.

Quadro 3- Termos extraídos das matérias do *Jornal do Commercio* referentes ao coronel José Pereira na “Guerra de Princesa”

MESES	MANCHETES	TERMOS (DES) QUALIFICADORES	DOMÍNIOS
fevereiro	“Política da Parahyba” “As últimas ocorrências no Estado da Parahyba” “Importantes ocorrências na vida política da Parahyba”	Dia 28/02 “Deputado José Pereira” “Chefe político de Princeza”	Chefe Político
março	“Os últimos acontecimentos da vida política da Parahyba” “O que vem ocorrendo de anormal na política da Parahyba” “Agrava-se a situação da Parahyba, com as ocorrências que se vem desenrolando nos sertões dos vizinhos Estados”	Dia 01/03 “Chefe político de Princeza” “Deputado José Pereira”	Deputado
abril	“A guerra civil que ensanguenta os sertões da Parahyba e perturba todo o Estado” “Historiando a situação de princesa, desde as origens do actual movimentos dos seus habitantes”	Dia 01/04 “Chefe político de Princeza” “Deputado José Pereira” “Chefe Sertanejo”	Chefe

maio	“A guerra civil que ensanguenta os sertões da Parahyba e perturba todo o Estado”	Dia 07/05 “Defensor heroico de Princeza” Dia 15/05 “A cidade tá calma” “campanha contra Princeza” Dia 16/05 “Normaliza-se a vida em Princeza” Dia 17/05 “Apresentaram-se ao sr. José Pereira mais 150 voluntários para defesa da cidade” Dia 18/05 “Deputado José Pereira” “população indefesa e desarmada de Princeza” Dia 20/05 “Resistir ao ataque” Dia 22/05 “Heroico sertanejo” Dia 30/05 “Massacre da população sertaneja” Dia 31/05 “Declina o prestígio do presidente da Parahyba” Dia 31/05 “Intrépido”	Defensor Intrépido
junho	“A guerra civil que ensanguenta os sertões da Parahyba e perturba todo o Estado”	Dia 04/06 “Libertadores de Princeza” “Reina a calma na cidade” Dia 07/06 “Cortez” Dia 12/06 “Corajosos sertanejos” Dia 15/06 “A calma reina em Princeza” Dia 19/06 “Os libertadores continuam vitoriosos” Dia 20/06 “Corajosos filhos do sertão” “Solidariamente austero” Dia 21/06 “O presidente da Parahyba foi o único causador da luta que ora ensanguenta os sertões parahybanos” “Princeza e sua vida normal” Dia 22/06 “Paz e a alegria reinam em Princeza”	Cortez Libertador Corajoso Austero

julho	“A guerra civil que ensanguenta os sertões da Parahyba e perturba todo o Estado” “A tragédia de ontem, na confeitaria “A Gloria”	Dia 03/07 “Vai tudo bem em Princeza” “A cidade permanece em completa calma” Dia 04/07 “A cidade continua calma” Dia 10/07 “Forças libertadoras” Dia 12/07 “Reina calma em Princeza” “Chefe de Princeza” Dia 16/07 “É de completa normalidade a situação de Princeza” “Generoso” Dia 19/07 “A calma habitual de Princeza” Dia 22/07 “Calma e animação em Princeza” Dia 25/07 “Valente defensor de Princeza” Dia 26/07 “A cidade continua em calma e dominada por grande animação”	Cidade calma Valente Generoso
agosto	“A tragédia, ocorrida na confeitaria “A Gloria” “Agitação política na capital e no interior da Parahyba” “Os últimos acontecimentos políticos ocorridos na Parahyba”	Dia 08/08 “Continua em calma esta cidade” Dia 09/08 “Esta cidade permanece em calma” Dia 13/08 “Nesta cidade não há a menor alteração da ordem pública” Dia 17/08 “É calma a situação de Princeza”	Situação tranquila Cidade calma

Fonte: Elaborado pela autora

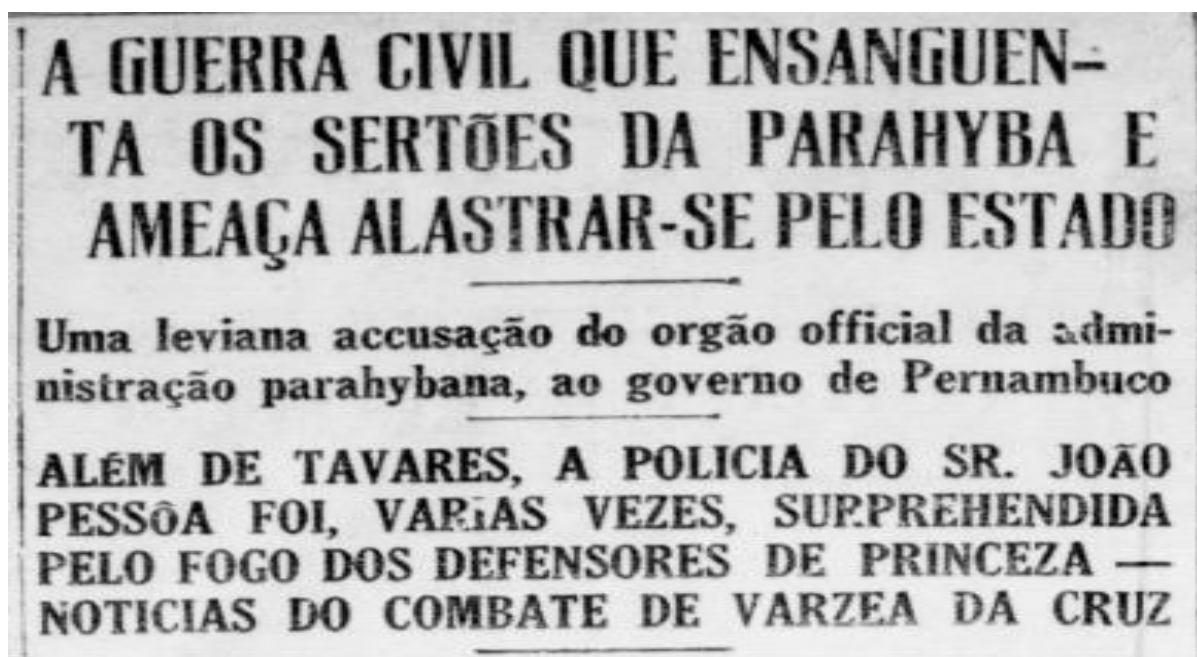
No início da ocorrência dos fatos, as matérias apresentadas por este jornal possuíam variação diária das manchetes e os textos eram apresentados de acordo com o ocorrido do momento. No quadro acima foram apresentadas algumas destas variações. A chamada da matéria muda a partir do dia 28 de março e passa a ser repetida diariamente, vindo a mudar apenas no final de julho, tendo como foco a morte de João Pessoa. Com este recurso, a localização dos textos sobre a “Guerra de Princesa” é facilmente identificada pelo leitor, e estão posicionadas em sua maioria na última página do periódico.

Os termos utilizados para se referir ao coronel no mês de fevereiro, quando ainda havia o compadrio com governo do Estado, variaram entre “deputado” e “chefe político”, um

reconhecimento (por este jornal) da autoridade política exercida por José Pereira na cidade paraibana.

Retirados todos os termos das matérias e observados na íntegra, foi possível perceber que dentre os domínios mais citados pelo jornal, “*libertador*” e “*defensor*” foram os de uso mais recorrentes, com o sentido de “aquele que liberta”, “aquele que liberta um povo de grande perigo” e “liberta um povo da escravidão”. Os domínios conferem ao coronel como aquele que defende não apenas o território princesense, mas também os moradores do local. Estes termos passaram a ser apresentados nas matérias, quando a Guerra eclode e os idealizadores do jornal compreendem que ao agir contra as forças do governo João Pessoa, o coronel age com bravura para defender o “seu território” e o “seu povo”.

Figura 11 – *Jornal do Commercio* dia 30 de março de 1930



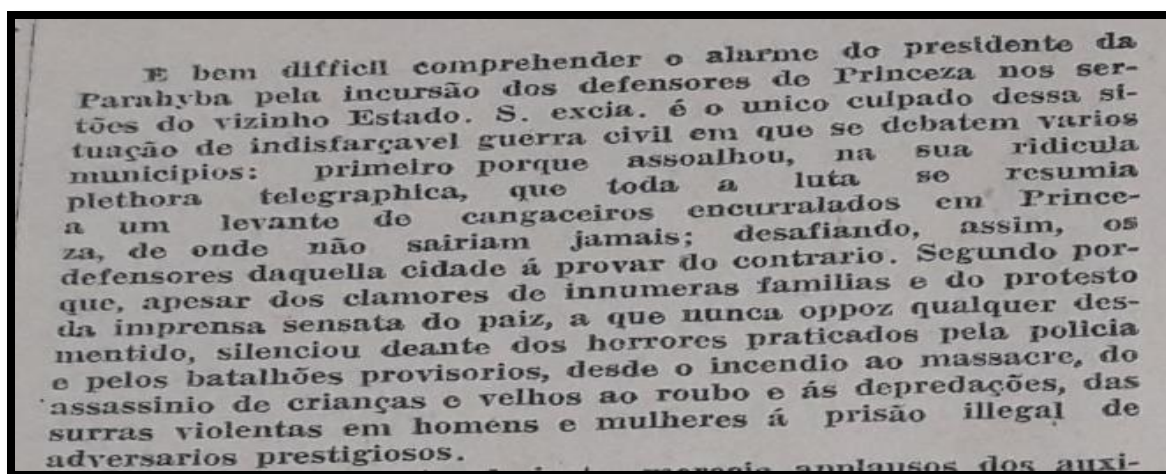
Fonte: *Jornal do Commercio*

Apresentado na “Figura 11” acima descrita, é possível perceber que ao enunciar o domínio “*Defensores de Princeza*”, e ainda, “*Corajosos sertanejos*” e “*Corajosos filhos do sertão*”. Estes termos são encontrados em um grande número de matérias, apresentados no plural e com ideia de coletividade. Isso nos leva a compreender que os combatentes juntos com José Pereira somavam forças frente à Guerra. A matéria do dia 17/05/1930, com a chamada “*Apresentaram-se ao sr. José Pereira mais 150 voluntários para defesa da cidade*” reforça a ideia de que havia uma concordância espontânea do envolvimento dos combatentes.

Os domínios citados no quadro: “Declina o prestígio do presidente¹⁵ da Parahyba”, “O presidente da Parahyba foi o único causador da luta que ora ensanguenta os sertões parahybanos”, apesar de não se referirem imediatamente ao coronel, atribuem a João Pessoa a reação dos líderes municipais do interior, com a ocorrência das derrotas nas investidas, o jornal vilipendia as estratégias do presidente paraibano.

Nas matérias do JC, em muitos momentos, foi travado um embate contra João Pessoa. Assuntos sobre o político e ataques sobre seu governo eram uma constante no noticiário, como se observa no extrato abaixo:

Figura 12 – *Jornal do Commercio* dia 16 de julho de 1930



Fonte: *Jornal do Commercio*

Neste trecho, o periódico atribui a reação dos combatentes interioranos como represália às ações tomadas por João Pessoa ao administrar o Estado. Destaca também a forma como são tratados, sendo chamados de cangaceiros pelo político, bem como a falta de trato com as famílias e ainda por não ouvir os protestos advindos da imprensa do país.

O jornal centralizava seu discurso direcionado as duas personalidades, já que os dois líderes em questão, ao atuarem de forma rival, agiam para atender anseios da sociedade à época. A população deposita e gera uma expectativa normativa que seja atuada pela figura de liderança a qual é representada, e que podem ser correspondidas através de sua atuação enquanto gestor de um determinado grupo.

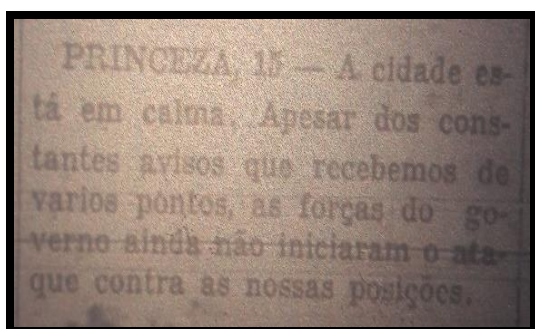
As formas de tratamento usadas para se dirigirem as duas personalidades também foram recursos utilizados pelo JC. Estas são variadas. Ao se referir ao coronel, o jornal o trata

¹⁵ O cargo correspondente atualmente de governador de Estado, no ano de 1930, era chamado de “Presidente de Estado”.

como “*deputado José Pereira*” ou “*Chefe de Princeza*”, conferindo-lhe um tom de prestígio. Ao passo que “o sr. João Pessoa” em muitas das vezes era a maneira de o jornal se reportar à autoridade política paraibana.

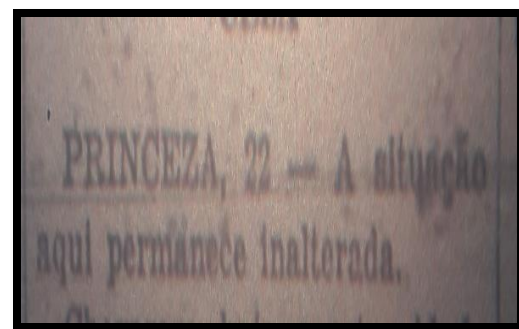
Na presença dos domínios “*A cidade tá calma*”, “*Reina a calma na cidade*”, “*Princeza e sua vida normal*”, “*Paz e a alegria reinam em Princeza*”, “*Nesta cidade não há a menor alteração da ordem pública*”, entre outros, que se registraram nas matérias de todos os meses do combate, e registrados abaixo nas “Figuras 13”, “Figura 14”, “Figura 15”, “Figura 16” “Figura 17” e “Figura 18”, o JC insiste em mostrar que mesmo diante dos acontecimentos, a vida cotidiana e a normalidade são uma constante na cidade. Estas notas são telegramas curtos, que na maioria das vezes foram enviados à direção do jornal pelo próprio José Pereira.

Figura 13 – JC dia 16 de março de 1930



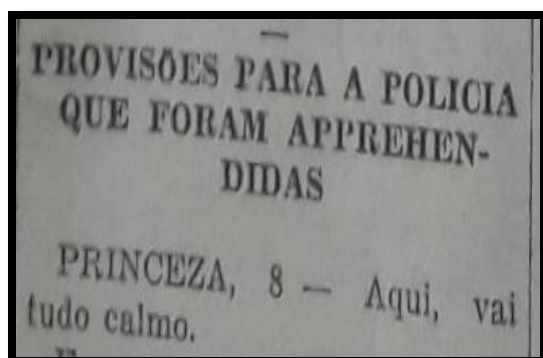
Fonte: *Jornal do Commercio*

Figura 14 – JC dia 23 de abril de 1930



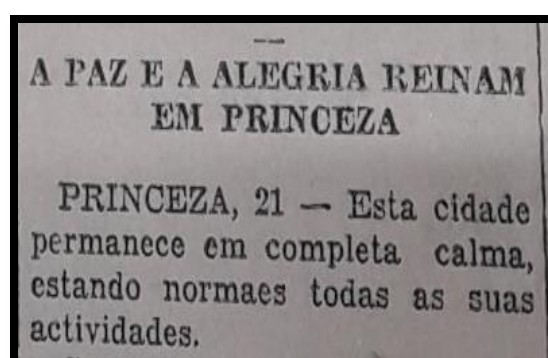
Fonte: *Jornal do Commercio*

Figura 15 – JC dia 09 de maio de 1930¹⁶



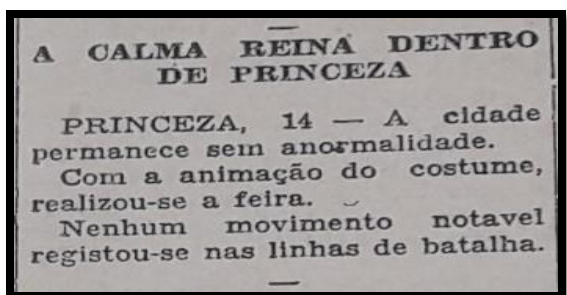
Fonte: *Jornal do Commercio*

Figura 16 – JC dia 22 de junho de 1930

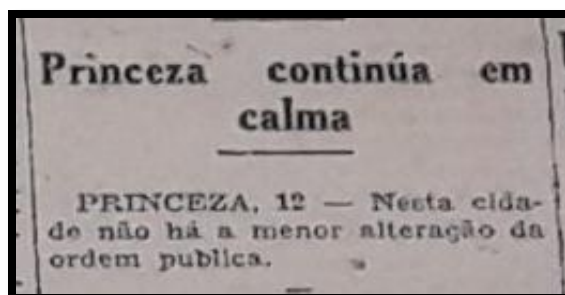


Fonte: *Jornal do Commercio*

¹⁶ Informações de telegrama enviadas pelo coronel José Pereira ao *Jornal do Commercio*, forma de comunicação muito comum à época, eram recebidas e publicadas pela redação no dia posterior.

Figura 17 – JC dia 15 de julho de 1930

Fonte: *Jornal do Commercio*

Figura 18 – JC dia 13 de agosto de 1930

Fonte: *Jornal do Commercio*

Estas notícias conferem ao campo noticioso e aos leitores muito mais que um sentido de normalidade. Elas informavam que mesmo com as investidas no campo de guerra do presidente, a segurança, a confiança e a harmonia na cidade eram uma constante. Além de demonstrar serem enfáticos que a cidade de Princesa não teria sido derrotada pelo governo, como tinha sido ventilado em algumas informações.

Com o assassinato de João Pessoa ocorrido na confeitaria Glória, final de julho, a Guerra chega ao final e perde o sentido. Assim, durante todo mês de agosto, o jornal cobre o fato com nota de condolências, fala do cortejo e faz a cobertura do traslado do corpo para sepultamento na cidade do Rio de Janeiro, além de informar sobre as missas de sétimo e trigésimo dia de falecimento.

Em paralelo, notícias sobre o cenário cotidiano de tranquilidade da cidade Princesa eram registradas corriqueiramente pelo jornal. Havia uma comunicação intensa e diária entre o jornal e o coronel, que eram mantidas através de telegramas. A última nota encontrada dentro do recorte proposto pela pesquisa foi no dia 24 de agosto, que registra um telegrama do dia anterior enviado pelo General Alberto Lavenère que diz “*PRINCEZA, 23- Reina calma em toda a região*”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as características marcantes nos processos sociais que formam um elo entre a sociedade e a notícia estão os meios de comunicação de massa. O jornal impresso aproxima o leitor dos fatos noticiados. Entre os seguimentos midiáticos o jornal tem especial importância para área política, seja na intenção de expor ou reconstruir fatos e acontecimentos reais ou fictícios, os jornais utilizam recursos como palavras e imagens para reconstrução dos fatos.

Quanto aos debates sociais e às narrativas sobre assuntos políticos, os periódicos como objeto de estudo se representam com uma relação dialogal. A notícia posta é uma interface entre o real e o leitor, mesmo por, aparentemente, não ser o referente exato da realidade, que recombina e faz sentido junto aos que leem seja de forma cognitiva, cultural ou ideológica. Os veículos de comunicação desempenham um papel de estigmatizar, de qualificar e desqualificar, compreender a narrativa política como uma prática jornalística na condição de artefato noticioso, algo que pôde ser percebido no decorrer desta pesquisa.

Descortinar os discursos do jornalismo paraibano nos levou a acreditar que a teoria do jornalismo mostra que o conflito é um dos valores-notícia, os profissionais selecionam os fatos que se transformarão em notícia, e sustentar o conflito é estruturante para o jornalismo político. A legitimação dos jornais como espaço para divulgação dos fatos é tida como referência e assume a centralidade como palco dos acontecimentos políticos.

A disputa política entre os dois jornais em questão, neste momento, parece apresentar um jogo entre os dois personagens contextualizados no sistema de administração local, explicitando um conflito, que por sua vez, com uma parcialidade exagerada, contextualizam de forma pública o interesse por eles apresentados.

Assim, os jornais tratados nesta pesquisa não determinam ou limitam as consequências dos fatos postos, mas se integram num processo político do início ao fim dos acontecimentos, estando sempre atento aos desdobramentos e assumindo a centralidade dos embates que existem entre o coronel José Pereira e João Pessoa.

Estas proposições foram percebidas, ao ser executado o objetivo desenvolvido e aqui proposto, isto é, o de analisar como foi construída a imagem do Coronel José Pereira através dos conteúdos informacionais nos veículos jornalísticos *A União* e *Jornal do Commercio*, nas publicações que se estendem entre os meses de fevereiro a agosto do ano de 1930.

Após a aquisição do material no Arquivo Municipal e na Fundação Joaquim Nabuco, ambas localizadas na cidade do Recife/PE, e dada a leitura dos jornais deste período, os termos foram extraídos, o que possibilitou observar como se deu a construção da imagem a

partir dos dois periódicos. Ao apresentar os dados em uma tabela, isso facilitou a observação da recorrência dos termos, o que tornou possível sugerir os domínios que possibilitam a organização e um posterior resgate da informação no processo de organização da informação.

Para um entendimento mais vasto dos acontecimentos inerentes a esse período, com a conclusão deste trabalho foi possível perceber que os dois periódicos centrais da pesquisa, *A União* e *Jornal do Commercio*, dedicaram espaços exclusivos e coberturas diárias para divulgação dos acontecimentos políticos da Paraíba tendo como foco central a “Guerra de Princesa”.

A repetição dos títulos das chamadas, o uso de termos (des) qualificadores, a localização dos pontos estratégicos das matérias, a posição partidária e a cobertura diária, foram recursos utilizados pelos dois periódicos na defesa de seus interesses, utilizando o espaço nos jornais e a produção das notícias para registrar estes fatos.

Analisado o conteúdo das matérias foi possível perceber que o jornal *A União* trouxe diariamente a cobertura dos acontecimentos do começo ao fim da revolta. José Pereira era pauta constante do noticiário. Entre os principais domínios que o jornal utilizou para representar o coronel estão as palavras “cangaceiro, ladrão e assassino”. Essa recorrência caracteriza o que em semiótica se chama de ancoragem, tendo como função no discurso, convencer o enunciatário da verdade anunciada como sendo oficial.

O uso dos termos faz crer ao leitor que está sendo justo atribuir ao coronel a responsabilidade dos acontecimentos da Guerra. Os argumentos demonstrados no teor das matérias como assassinatos, depredação de imóveis, e o uso de dinheiro falso para comprar armamento e pagar a seu pessoal, entre outros comportamentos atribuídos ao coronel, parece ser outro mecanismo discursivo para tornar ainda mais verdadeiros os fatos da narrativa.

Nas matérias deste jornal, uma série de ataques foram proferidos à pessoa de José Pereira. Por outro lado, pouco se falou sobre as investidas sem sucesso dos soldados mandados da capital para atacar e vencer os combatentes na cidade de Princesa, bem como a escassez de alimento e a falta de água, além de todas as dificuldades que enfrentaram as tropas de João Pessoa no decorrer dos difíceis dias de luta.

Diante das dificuldades em enfrentar o coronel José Pereira e seu grupo, muitas foram as estratégias utilizadas pelo governo do Estado, e que por sua vez, não foram noticiadas por este Jornal. Diante dos acontecimentos, o comando recorreu às estratégias, as quais, para o momento se tornariam jocosas, levando como “reforço” para o combate um feiticeiro, com a ideia de somar sorte junto à equipe. Diante desta investida, esperava-se que José Pereira fosse o primeiro a ser atingido no ataque. Contudo, a sorte foi contrária, e o primeiro a ser atingido

e morto foi o próprio feiticeiro. A cobertura sobre o ocorrido pode ser conferida no jornal do dia 07 de junho de 1930 no *Jornal do Commercio* e outros autores que tratam da Guerra de Princesa.

A *União* como órgão oficial legitimado, apresenta João Pessoa como um personagem político midiático, em torno do qual, se construiu um modelo de mudanças, antagonistas às lideranças governamentais anteriores. Ele é marcado com a imagem de homem detentor de poder, centralização e domínio. O jornal constantemente destaca seus feitos prestando notoriedade ao político, dando projeção as suas ações e feitos, executando assim, sua função de porta voz do governo estadual.

Por outro lado, em nome da honra, comportamento comum à época, José Pereira comandou a sedição de Princesa, e sua representação e agenciamento de imagem apresentada pelo jornal *A União*, remete a um homem austero e violento, sendo legitimado por meio dos termos já citados “cangaceiro” e “assassino”. As estratégias discursivas utilizadas por este jornal atingem a honra e o campo da moralidade de José Pereira.

Há um forte imbricamento entre as figuras João Pessoa e o coronel José Pereira, ainda que o foco desta pesquisa se limite às representações deste, não há como dissociá-los. Tanto na historiografia paraibana quanto na cidade de Princesa Isabel, os dois personagens parecem estar eternizados nas produções literárias e na memória de muitos.

As marcas perenes alcançadas por este acontecimento, voltadas à imagem de João Pessoa, dão visibilidade a sua carreira política, que ficaram assim registradas na posterior mudança do nome da cidade, antes, Parahyba, depois, passando a se chamar João Pessoa. A mudança da bandeira do Estado que passa a ser bicolor, exprime o político e narra esse momento da história, nas muitas homenagens que levam nomes de ruas, logradouros e praças espalhados em várias cidades e Estados do Brasil, além de uma vasta literatura sobre sua biografia e atividade na política.

Do outro lado do embate, com a intenção de buscar elementos como credibilidade e legitimidade, encontra-se o jornalismo adversário do *Jornal do Commercio*, que por sua vez, usa entre os domínios “libertador, defensor e destemido” para representar o coronel José Pereira. O conjunto destas características sobre o mesmo personagem são absolutamente opostas aos apresentados pelo jornal *A União*, já que cada jornal apresenta suas performances de acordo com seus desígnios.

A cobertura feita pelo JC traz no desenrolar dos fatos e dos textos, abordagens com manifestações favoráveis ao coronel princesense, A sistematização simbólica abordada pelos dois jornais nos leva a perceber a princípio que José Pereira e João Pessoa são partes de um

mesmo projeto político, peças de um jogo articulado como estratégia por um mesmo jogador. Epitácio Pessoa, ao mesmo tempo em que mantém relações de compadrio com José Pereira, mantinha laços afetivos e familiares com o sobrinho João Pessoa.

Ao observarmos as representações sociais apresentadas pelos dois jornais, diante da influência e da força de persuasão que possuíam, foi possível perceber que estas representações foram reproduzidas insistentemente, de forma consciente e marcadas por um conflito simbólico de oposição estabelecida numa relação positiva por um jornal e outra negativa pelo outro.

Cada jornal de acordo com sua ideologia construiu a imagem a ser representada pelo coronel diante da sociedade, *A União* atribuiu a representação não apenas ao coronel, mas a todos e qualquer que dele fosse aliado, as simbologias e uso dos termos no plural confirmam este fato. Nas matérias, O JC desqualifica a atuação política de João Pessoa e destaca as ações de José Pereira em defesa do “seu território”, fazendo parecer ser um capricho proposital, com intenção de persuadir o enunciário.

O processo de construção de representações marcadas por acontecimentos históricos, e que são frutos de reproduções marcadas na fala da sociedade, é pauta de narrativa de obras de alguns estudiosos. A expressão do Pensamento Chauiano nos alude de alguma forma à política promovida e autorizada pela ação dos políticos, o que pode ser percebida durante a construção desta pesquisa.

A autora acredita que a repetição insistente legitima a imagem de algo ou alguém, seja ela como forma de excelência ou não. Nesta reprodução, crava-se uma crença generalizada e força simbólica que marca o indivíduo no momento da formação histórica, como podemos perceber com o que aconteceu ao coronel José Pereira.

No que se trata do plano de organização dos conteúdos, os jornais buscaram apresentar características específicas. As vozes discordantes apresentadas e visualizadas nos reflexos e nos embates dos discursos nos levam a compreender o ambiente social de conflito político do momento. Os conteúdos foram apresentados de forma sistemática e os registros foram historicamente consolidados pelos dois jornais, meios de comunicação considerados veículos de massa.

A criação e transformação da informação são percebidas e compreendidas na marca da administração da forma como foram postas as duas figuras. O ambiente social do momento era marcado por disputas onde o poder e o mandonismo eram símbolos de prestígio, a influência ia para além do local administrado, saltando as esferas nacionais e internacionais.

Diante do exposto, é possível inferir que a Guerra não foi apenas armada, mas ideológica, que são evidentes na batalha travada entre os dois jornais, utilizando publicações tendenciosas e atraindo interesses de grupos políticos e da sociedade por meio de seus discursos. De um lado o JC, auxiliado por interesse do capitalismo industrial, e do outro, *A União*, em defesa do governo do Estado representado por João Pessoa.

Foi possível perceber ainda, que mesmo após nove décadas deste acontecimento, o fato ainda está bem presente nas produções científicas e acadêmicas da atualidade. O tema Princesa, coronel José Pereira, morte de João Pessoa e Revolução de 30 são instigantes e se confundem. Abordar o tema é sinônimo de paixão, não é apenas lembrar e entender os fatos ocorridos, mas compreender a coragem e a valentia dos revoltosos sertanejos.

Destarte, acreditamos na relevância desta pesquisa e destacamos a importância de considerar mais detidamente o jornal como fonte de pesquisa, a importância de sua preservação de forma mais cuidadosa, e de ampliar sua disponibilidade em formato digital, como nos foi possível acessar de forma facilitada na página digital do jornal *A União*. A reflexão proposta amplia o debate teórico conceitual que suscita em seu princípio, dada a complexidade do tema e as amplas possibilidades de abordagem.

É importante destacar que o desenvolvimento de pesquisa no campo das representações sociais amplia a possibilidade de novos caminhos teóricos metodológicos no campo da Ciências Sociais Aplicadas e em Ciência da Informação. Através da teoria das representações sociais é possível explicar diversos tipos de fenômenos, assim como o ocorrido na apresentação do coronel à sociedade, na revolta de 1930, pelos dois jornais aqui apresentados.

Faz-se, pois, oportuno, acrescentar que nesta Guerra entre Perrepistas e Liberais com uma importante representatividade histórica da cidade de Princesa, o episódio que durou seis meses é considerado o maior derramamento de sangue do Estado da Paraíba. O que se registra ao seu final é que “No terreno puramente bélico, a campanha de Princesa se constituiu um confronto o qual não se registrou vencedor e nem vencido. José Pereira não derrotou as forças estaduais, e estas não conseguiram nem mesmo chegar à cidade rebelada” (Inês Caminha, *Jornal Correio das Artes* p. 9).

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alômia. **“Paraíba masculina”: honra e virilidade na revolução de 1930**. ANPHU, XXV Simpósio nacional de história. Fortaleza, 2009.
- AGUIAR, Maria Livia de Sá Roriz; HERSCHMANN, Micael. Vida cotidiana: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau. **Revista eletrônica do PPGMC/UFF**, n. 5, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9728>. Acesso em: 29 de abr. 2020.
- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Série histórica 37: João Pessoa**. João Pessoa: A União Editora, 2000.
- AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lúcia Maria. Agenciamento e análise de domínio: um encontro possível. **Informação & Sociedade**. v. 27, n. 2, p. 75-88. João Pessoa, 2017.
- AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lúcia Maria Arruda. **Os conceitos de comunidade discursiva, domínio de linguagem na análise de domínio Hjørlandiana**. XVII ENANCIB. Bahia, 2016.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da informação**, Brasília, João Pessoa: v. 32, n. 3, 2003.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila *et. al.* Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília: v. 38, n.3, 2009.
- ARRUDA, José Jobson de Arruda; PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BARRETO, Emanuel. **Jornalismo e política: a construção do poder**. Estudos e jornalismo e mídia. vol. III nº 1. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2238/1937>. Acesso em: 29 de abr. 2020.
- BARROS, Rosário de Pompéia Macêdo de. **Das relações políticas à racionalização das indústrias culturais: a trajetória do sistema** *Jornal do Commercio* de comunicação. Recife: 2009. Dissertação em Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- BAUER, Martin. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin W.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: 4º ed. Editora FGV, 2006.
- BORKO, Harold. Ciência da informação o que é isto? **American documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: 11º ed. Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. Ed. Companhia das Artes. Rio de Janeiro. 1996. 425 p.

BRADLEY, Duane. **A imprensa: sua importância na democracia**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.

BRAGA, Claudomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Representações Sociais, comunicação e identidade: o indígena na mídia impressa. Goiás: **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 107-122, jul./dez. Goiás, 2013.

BRASILERO, Fellipe Sá; AZEVEDO, Regina Lígia Wanderlei de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Representações Sociais e necessidade de informação: um estudo no campo arquivístico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **Informação & Sociedade** v.24, n.3, p. 107-121. João Pessoa, 2014.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado), 2018.

CARVAHO, Bruno Leal Pastor de. **Digitalização de jornais**. Rio de Janeiro: Acervo, 2016.

CARVAHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paideia**. 18(41), 445-456. Araruama-RJ, 2008.

CASTRO, Luiz Gustavo Soares; OLIVEIRA, Antônio José Barbosa. de. **Jornal movimento: uma análise da memória social, do discurso político e midiático da imprensa alternativa e da informação**. Revista Conhecimento em Ação, v. 1, n. 1, jan./jun. Rio de Janeiro, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Fernanda Carla da Silva. **O Estado novo no controle da informação cotidiana: o caso da cidade de Natal (1941-1943) a partir do jornal “A República”**. Universidade Federal da Paraíba. (Dissertação de Mestrado), 2019.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**, v.25, n.2, p. 7-17, maio/ago. João Pessoa, 2015.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FLORÊNCIO, Francisco. **Processo histórico da emancipação política, administrativa e judiciária do município de Princesa Isabel (PB)**. IHGP. Edição do Autor, 2017.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução a ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, João Lelis de Luna. **A campanha de Princesa**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GHENO, Tatiane Cristina. **Análise de domínio: um estudo das publicações científicas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo; Atlas, 2008.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; JUNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida; BRITO, Sônia de. **Circulação e leitura do impresso: uma análise discursiva da linha editorial do semanário Segunda-Feira sobre o sujeito leitor**. Londrina – PR, 2018.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do jornal nacional no escândalo do mensalão**. Brasília: 2011. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. O não-cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Gleny Duro. (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**. V. 41 n. 1, p.13-21, jan./abr., Brasília, 2014.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise na produção científica internacional. **SCIRE**, 2017. Disponível em: <<https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/issue/view/271/14>> Acesso em: 01 de jul. de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora revista dos tribunais Ltda., 1990.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HJ ØRLAND, Birger; HARTEL, Jenna. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge organization**, v. 30, n. 30/4, p. 239-245, 2003.

HJ ØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American society for Information Science**. v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa: José Pereira x João Pessoa, 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JANUÁRIO, Palmira Karlyere de Andrade. **Política e relações de poder na Paraíba: a revolta de Princesa (1930)**. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual da Paraíba, 2009.

JOVCHELOVITH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: JOVCHELOVITH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, 2003.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991)**. Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, 2011.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LESSA, Bruna; SANTOS, Luise Leane Santana. Representação social e protagonismo do profissional bibliotecário na literatura de ficção. **Inf. Pauta**. Fortaleza, v.4 n.1 jan./jun. 2019.

LIMA, Aloysio Pereira. 1884-1984 José Pereira, a chama ainda acesa. Série IV centenário Princesa. In: LEAL, José. **Numa entrevista com José Pereira**. João Pessoa: A União Editora, 1984.

LIMA, Aloysio Pereira. **Série histórica 31: José Pereira Lima**. João Pessoa: A União Editora, 2000.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. Campo do Poder, segundo Pierre Bourdieu. **Revista Cógito**, n11. p 14-19. Salvador, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15199479201000010000. Acesso em 09 jul de 2020.

LONGHI, Carla Reis. Informação Jornalística: da mediação a midiaticização. **Intercom-RBCC**. São Paulo, v.38, n.2, p. 185-206, jul./dez, 2015.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (Org.) In: **História dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

LUCENA, Tião. **A guerra de Princesa**. Recife: Bagaço, 2103.

LUCENA, Tião. **Peste e Cobiça: a inveja e o ódio tramam contra o amor no alvorecer do século XX**. João Pessoa: Editora Audiovisual Propaganda, 2010.

LUCENA, Tião. **No tempo das coisas singelas**. João Pessoa: Logomarca Publicidade, 2003.

MACÊDO, Octacílio. **Lampião: a vida e a morte do rei do cangaço**. Juazeiro do Norte: MCM editora, [193-].

MAIA, Manuela. Eugênio; FLOR, Ana Cristina Coutinho. A Representação da Informação do Arquivo Fotográfico do Jornal A União: proposta de descrição. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 1, 2018.

MARIANO, Paulo. **Princesa: antes e depois de 30. 2.ed. revisada e ampliada**. João Pessoa: Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto? o arcaico e o moderno na cidade de Princesa Isabel (PB) na década de 1920**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

MARINHO, Andréa Carla Melo; MORIGI, Valdir José. **Memória e Representações sobre a cultura gaúcha: uma análise do website oficial dos festejos farroupilhas**. ENANCIB, Marília/SP, 2017.

MARTINS, Gracy Kalli; CORTÊZ, Gisele Rocha. A Representação da Informação e do Conhecimento e as Representações Sociais: intersecções e limites. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar C. MARTINS, Gracy Kalli. MOTA, Denysson Alex Ribeiro. (Org.) **Organização e Representação da Informação e do Conhecimento: intersecções teórico-sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MELO, Fernando. **João Pessoa: uma biografia**. João Pessoa: Idéia, 2003.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes; DUARTE, Francisco Ricardo; CARVALHO, Luis Oeste Ribeiro; SOUZA, Tito Eugênio Santos. **Metodologia Científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE: Livro Digital, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. Encontrabilidade e teoria da intencionalidade: propriedades para informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Bib.** v.14, n.2, p. 130-140. João Pessoa, 2019.

MOCELLIN, Renato. **Para compreender a história**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MUÑOZ TORREZ, Juan Ramón. Aproximación al concepto de información periódica especializada. In: Esteve Ramírez, F. (Coord.). **Estudios sobre información periodística especializada**. Valencia: Fundación Universitaria San Pablo CEU, 1997. P. 25-41.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “informação construída” nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre BORDIEU. *Datagramazero*. **Revista da Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: 2004.

NÓBREGA, Milton. **João Pessoa: perfil de um líder**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1997.

NUNES, Luiz. **A morte de João Pessoa: e a revolução de 30**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.

OLIVEIRA, Joana D’arc de. **Entre o jornalismo e o marketing político: a cobertura política do jornal do Tocantins nas eleições municipais de Palmas 2008**. ALCAR. I Encontro de história da mídia da Região Norte. Palmas, 2010.

PARAÍBA. Interprete: Luiz Gonzaga. Compositores: L. Gonzaga e H. Teixeira. [Gravada], 1950. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47095/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PARZIANELLO, Geder Luis; PARZIANELLO, Sandra Barbosa; CAMPO, Louise Ariene da. O Jornalismo político do interior e o seu valor notícia em jornais impressos. **Revista Sociais & Humanas** - vol. 31 / nº 1. Santa Catarina, 2018.

PAULINO, Maria da Conceição Pereira. **Intervenção no espaço público: o caso da praça João Pessoa/PB**. URBANA, V.6, nº 9, ago.-dez, 2014 - Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas -CIEC/UNICAMP.

PEDROSO, Rosa Nívea. Por um conceito de jornalismo de oposição. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, v. 5, n. 1, 1990. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99683>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PEREIRA, Aloysio. **Eu e meu pai, o coronel José Pereira**. João Pessoa: Ideia, 2013.

PEREIRA, Priscila Leandro. Fontes documentais: o jornal A União e a educação do homem rural paraibano por meio da coluna “a União Agrícola” (1946-1961). IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UFPB, João Pessoa: **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5.

PINHEIRO, Liliane Vieira; CAFÉ, Lúgia Maria Arruda. SILVA, Edna Lúcia da. O desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias sob o olhar da teoria da complexidade e da análise de domínio. **Bíblios (Online)**. UFSC, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n73/a05n73.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PONZI, Álfio. 1884-1984 José Pereira, a chama ainda acesa. Série IV centenário Princesa. In: LEAL, José. **O coronel de casca**. João Pessoa: A União Editora, 1984.

REIS, Sebastiana Lindaure de Arruda; BELLINI, Marta. Representações Sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, 2011.

ROBERTO, Domingos Sávio Mariano. **Princesa: história e voto-1935-2016**. João Pessoa: Mídia Gráfica Editora, 2019.

ROCHA, Heitor Costa Lima da; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. O *Jornal do Commercio* e as manifestações sobre o impeachment de Dilma Rousseff: a distorção patológica da comunicação para usurpação da representação política. **Revista estudos em comunicação**, nº 26, vol. 2. UFPE, 2018.

RODRIGUES, Inês Caminha L. **A revolta de Princesa: poder privado x poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa. In: SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María de Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-hill, 2006.

SANTOS, Geovans Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. **Teoria das representações sociais: uma abordagem sociológica**. Revista eletrônica de humanidades do Curso de Ciências Sociais/UNIFAP. Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte: v. 1, n. 1, 1996.

SILVA, Laelson Felipe da. **Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT**. João Pessoa: 2019. Dissertação em Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Nayane Maria Rodrigues da; PAIVA, Flaubert Cirilo Jerônimo. **Folkmarketing como proposta dos fatos históricos de Princesa Isabel (PB)**. VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. INTERCOM. Caruaru (PE), 2016.

SOARES, José Wellington Dias. Aspectos do tempo e do espaço: uma reflexão sobre o cotidiano. **Policromias**. Junho/2018. Ano III.

SOUZA JÚNIOR, Fábio Santiago de. **Relatório de estágio desenvolvido no arquivo do Jornal A União**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

TAVARES, Frederico de Mello B.; BEGER, Christa. Na notícia e para além dela: sobre o conceito de informação no jornalismo. **Informação & Sociedade**. v.20, n.1, p. 25-37. João Pessoa, 2010.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, Marília (SP), 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; ANÇANELLO, Juliana Venâncio. **Análise de conceitos sobre valor da informação no âmbito da ciência da informação**. Ciência da Informação, São Cristovão/SE: v. 1, n. 1, p. 26-46, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/9343>. Acesso em 29 de abr. 2020.

VIDAL, Adhemar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Coleção Depoimentos. João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luiz. Um passeio pelo caminho das representações sociais. **Psicólogo in Formação**, ano 18, n. 18, jan./dez. Campo Grande-MS, 2014.